



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANDERSON ALEXANDRE FERREIRA

**A DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS NA REGIÃO NORTE DO
MUNICÍPIO DE CAMBÉ (PR)**

Londrina
2018

ANDERSON ALEXANDRE FERREIRA

**A DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS NA REGIÃO NORTE DO
MUNICÍPIO DE CAMBÉ (PR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cleber da Silva Lopes

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Ferreira, Anderson Alexandre.

A dinâmica dos homicídios na região norte do município de Cambé (PR) / Anderson Alexandre Ferreira. - Londrina, 2018.
124 f. : il.

Orientador: Cleber da Silva Lopes.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Violência - Tese. 2. Homicídio - Cambé (PR) - Tese. 3. Gangues - Tese. I. Lopes, Cleber da Silva. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

ANDERSON ALEXANDRE FERREIRA

**A DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS NA REGIÃO NORTE DO MUNICÍPIO
DE CAMBÉ (PR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Cleber da Silva Lopes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Bruno Paes Manso
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Luís Felipe Zilli do Nascimento
Fundação João Pinheiro – FJP

Londrina, 05 de fevereiro de 2018.

Aos amigos (In memoriam)...

Sílvio Rodrigues Teixeira (Silvinho);

Fábio Cerdeira (Bingão);

Milk Diones Lopes (Milk);

Cleverson Macário (Clevinho).

AGRADECIMENTOS

Trabalhávamos, eu e meu primo, próximo ao cemitério de Cambé – localizado na Região Central da cidade – na época em que Silvinho, nosso amigo, foi assassinado. Ao menos três vezes por semana, íamos visitá-lo. Na maior parte do tempo, ficávamos parados diante do túmulo em profundo silêncio. Lá, acendíamos uma vela e, momentos depois, retornávamos ao trabalho. Quatro meses depois outro amigo, o extrovertido Bingão, também assassinado, foi enterrado vizinho ao túmulo de Silvinho. O ritual era o mesmo, agora para ambos. Anos depois, retornei ao cemitério e, para minha surpresa, Silvinho e Bingão já não se encontravam nas gavetas públicas. Perguntei a um funcionário do cemitério: “Onde está, ou para onde foi o que ‘sobrou’ de meus amigos?” Ele, trajando um uniforme todo azul, esparramado em uma cadeira surrada e palitando os dentes, disse: “Estão ali atrás, num saco de lixo”. Conheci recentemente as duas filhas de Silvinho; já são adolescentes e têm traços do pai – com excessão do fato de serem bonitas. Fico imaginando se fossem elas a ouvir: “Estão ali atrás, num saco de lixo”.

Quando o Cleber, meu orientador, me concedeu a oportunidade de sugerir nomes para a banca examinadora, pensei: “Tem que ser os melhores”. Pensei isso não por esta pesquisa ser “a melhor”, mas porque assim, de algum modo (e, o mais importante, do meu modo), mostro que os jovens que aparecerão nesta pesquisa não são “lixo”, mas sim, vítimas de uma engrenagem perversa que vitimiza milhares de Sílvios e Fábios todos os anos. São esses jovens que tiveram uma trajetória trágica e que, acima de tudo, deixaram um legado. Assim, agradeço imensamente aos pesquisadores Bruno Paes Manso e Luís Felipe Zilli por aceitarem o convite de participarem desta banca e pelas contribuições ao longo desta pesquisa, seja pelos estudos já publicados, que foram de grande valia, seja pelas orientações na fase de qualificação. Bruno e Luís Felipe, minha gratidão!

Algumas pessoas foram fundamentais para que esta dissertação fosse escrita. É impossível nomear todos e todas. Desculpo-me, então, com todos aqueles que eventualmente eu, injustamente, não cite agora. Dentre as pessoas fundamentais está, em primeiro lugar, meu orientador, Cleber. Ele, com uma paciência notável, soube compreender os momentos difíceis deste processo e me conduzir na pesquisa, de modo que o resultado do estudo ficasse aceitável. Além disso, concretizou o que acredito ser o desejo de qualquer pesquisador: um grupo

de estudos com pesquisadores dedicados e criativos. Cleber, deixo aqui registrado meu reconhecimento e admiração pelo seu profissionalismo e minha gratidão pelo privilégio de sua orientação e amizade!

Agradeço, também, a: Gabriel Patriarca, Caio Cardoso, Fabrício Lima, Gabriel “Verry”, Fran Gusmão, Carla Avanzi, Grazi Pestana, Amanda Vitória, Herbert Bachett, Diogo Pablos, Luiz Antônio Batista, e prof.^a Letícia Kulaitis, além de todo o Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS).

Agradeço aos profissionais do município de Cambé/PR pela disposição em ajudar no que foi preciso para o desenvolvimento desta pesquisa, em especial à secretária Ledamaris, eficiente e gentil, e à querida Sandra, da Secretaria de Planejamento (Seplan), por disponibilizar a lista de relação dos bairros. Agradeço imensamente aos profissionais da Secretaria de Saúde Pública de Cambé/PR por disponibilizarem, sem burocracia, os dados do Sinan. Deixo um grande e especial abraço às adoráveis Jessica e Bernadete, do departamento de epidemiologia, e à pesquisadora Dagmar Lachner, do CTA. Dagmar, você tem em mim um grande fã; estamos todos ansiosos pelo início de sua tese!

Um profundo agradecimento aos profissionais da Segurança Pública de Cambé/PR, em especial aos investigadores Flávio e Rangel, da DHPP, pela recepção. Não poderia deixar de citar o delegado Roberto Fernandes, que viabilizou todos os acessos necessários. Delegado Roberto, minha admiração pelo seu profissionalismo aumenta a cada dia! Agradeço à “funcionária mais antiga da casa”, Mara, que, cuidadosamente, filtrou os arquivos de registros de homicídios desde 1990, facilitando por demais o meu trabalho. Mara, meus agradecimentos! E, por último, mas não menos importante, agradeço ao escrivão Marcos, meu primeiro contato com os profissionais da delegacia.

Deixo um agradecimento especial aos corajosos interlocutores deste estudo, cada qual sendo uma peça fundamental deste quebra-cabeça. Destaco o Sílvio Vidotte e o sr. Zé do Mé, pioneiros e lideranças da Região Norte de Cambé/PR. Agradeço, também, os amigos de banca: Dri, Kejo, Jé, Jorge, Fabinho, Lindão e Sonic, e a outras dezenas de pessoas que, por minha insistência, relembrou momentos tristes de sua história. “Há coisas que é melhor que fiquem esquecidas”, me disseram.

Aos amigos de longa data, Márcio de Carvalho (e, por extensão, a toda a família Refúgio), Tomy Moreira e Fábio Ricardo Vidotte, indispensáveis na minha vida. Ao amigo Paulo Cappelletti e a toda a sua família por salgar e iluminar a vida de todos que os conhecem.

Aos meus familiares, agradeço por todo o apoio e confiança. A minha mãe Rute pelas orações. A meu pai Francisco e sua esposa Eliana pelo apoio financeiro e pela confiança depositada. A meu irmão Lucas e sua esposa Michele, que nos presentearam com nosso maior tesouro, seus filhos e meus sobrinhos Arthur e Matheus. Agradeço também aos demais familiares, sobretudo a meus avós paternos, que desempenharam um papel fundamental na construção de minha trajetória.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, Brasil), em parceria com a Fundação Araucária, fica a minha mais profunda gratidão pela concessão de dezoito meses de bolsa estudantil. Muito obrigado!

Acho que eu devia ter entre 14 e 15, quando botei minha mão no meu primeiro calibre, um três dois, velho, quase enferrujado, mas que sempre, véi, me adiantava vários lados!

Cirurgia Moral (1995)
A minha parte eu faço!

O quadro de eventos elaborado por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com a imparcialidade e o distanciamento de um pesquisador. É como uma máquina fotográfica, que pode ser focalizada em função de diferentes distâncias – *close up*, plano médio e grande distância. Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou os eventos que está estudando.

Nobert Elias (1997)
Os Alemães

FERREIRA, Anderson Alexandre. **A Dinâmica dos Homicídios na Região Norte do Município de Cambé (PR)**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

O intuito deste estudo é compreender a dinâmica de uma gama de homicídios registrados na Região Norte da cidade de Cambé, localizada no estado do Paraná. A partir de uma abordagem qualitativa, atentou-se para as articulações e para as motivações de conflitos que tiveram como desfecho a morte. Entre os anos de 2004 e 2006, em questão de índice de vitimização juvenil, o referido município foi destaque no país, aparecendo em segundo lugar no ranking das cidades com mais de 70 mil habitantes. Sustentamos a hipótese de que a principal explicação para a elevada taxa de vitimização entre os jovens cambeenses são os conflitos que surgem entre as “bancas”, grupos de aproximadamente trinta jovens que se ligam a uma multiplicidade de contendas de origens variadas. A abordagem é de cunho etnográfico, viabilizada em grande medida pela proximidade do pesquisador com os eventos que objetivou compreender. Isso possibilitou o acesso aos participantes, diretos e indiretos dos confrontos aqui tratados, de forma que as entrevistas realizadas foram semiestruturadas e oferecem profundidade. Tendo em vista a necessidade de segmentar a exposição dos conflitos, primeiramente se discorrerá acerca dos homicídios que os antecederam (1991-2000); depois, seguir-se-á para o surgimento das divergências propriamente ditas entre as bancas (2001-2006); e, por último, tratar-se-á dos resultados das conflagrações (2008-2012). Na análise dos relatos, o fio condutor foi o homicídio, tanto o individual quanto o coletivo.

Palavras-chave: Homicídios. Violência. Gangues. Cambé/PR.

FERREIRA, Anderson Alexandre. **The Dynamics of Homicide in the Northern Region of the city of Cambé (PR)**. 2018. 120 p. Dissertation (Master degree in Social Science) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

This study aims to understand the dynamics of a range of homicides registered in the Northern Region of the city of Cambé, located in the state of Paraná. With a qualitative approach, it focus on the articulations and motivations of conflicts that led to such deaths. Between 2004 and 2006, in terms of juvenile victimization rate, this county was in second place in the ranking of cities with more than seventy thousand inhabitants. We support the hypothesis that the main explanation for the high rate of victimization among the youngsters of Cambé are the conflicts that arise among the "bancas", groups of approximately thirty young people connected to a multiplicity of disputes risen from various origins. To a great extent, the ethnographic approach was made possible due to the proximity of the researcher with the events that he intended to understand. That fact allowed him access to the direct and indirect participants of the confrontations here presented through semi-structured depth-offering interviews. In view of the need to segment the exposure of conflicts, firstly the discussion about the homicides that preceded them will be presented (1991-2000); then, the emergence of the disagreements between the bancas (2001-2006); and, finally, the outcome of the conflagrations (2008-2012). In the analysis of the reports, the guiding thread was individual and collective homicide.

Key words: Homicide. Violence. Gangs. Cambé/PR.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I	– Taxa e Número Total de mortes por Homicídio no Brasil (1979-2015)	20
Gráfico II	– Taxa média de mortes por homicídio por 100 mil habitantes no Brasil segundo gênero e idade (1979-2015)	22
Gráfico III	– Taxa média de mortes por homicídio por 100 mil habitantes segundo gênero e idade no Brasil (1979-2015 – em duas escalas).....	23
Gráfico IV	– Número total de mortes por homicídio segundo estado civil (solteiro e casado) no Brasil (1979-2015)	24
Gráfico V	– Número total de mortes por homicídio segundo escolaridade e faixa etária (taxa média) no Brasil (1979-2015)	26
Gráfico VI	– Taxas de homicídio por 100 mil habitantes segundo cor/raça, negros e brancos, no Brasil (2000-2015)	29
Gráfico VII	– Número total de mortes por homicídio segundo local de ocorrência e faixa etária (taxa média) no Brasil (1979-2015).....	30
Gráfico VIII	– Número total de mortes por homicídio segundo local de ocorrência (hospital e via pública) no Brasil (1979-2015)	31
Gráfico IX	– Evolução das mortes por homicídio com utilização do instrumento Arma de Fogo (AF) no Brasil (1979-2015)	32
Gráfico X	– Taxa e Número Total de Homicídios em Cambé/PR (1979-2015).....	35
Gráfico XI	– Taxa média de mortes por homicídio por 100 mil habitantes segundo gênero e idade em Cambé/PR (1979-2015 – em duas escalas).....	36
Gráfico XII	– Taxa média de mortes por homicídio por 100 mil habitantes segundo gênero masculino e idade em Cambé/PR (2001-2015).....	37
Gráfico XIII	– Número total de mortes por homicídio segundo escolaridade em Cambé/PR (1979-2015)	38
Gráfico XIV	– Taxas de homicídio por 100 mil habitantes segundo cor/raça, brancos e negros, em Cambé/PR (2000-2015)	39

Gráfico XV – Número total de mortes por homicídio segundo local de ocorrência e faixa etária (taxa média) em Cambé/PR (1996-2015).....	40
Gráfico XVI – Número total de mortes por homicídio segundo instrumento utilizado e percentual de Arma de Fogo (AF) em Cambé/PR (2001-2015)	41

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, MAPAS e TABELAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura I** – Rotatória (Redondo) do Parque Residencial Ana Rosa, região norte do município de Cambé/PR (2002)75
- Figura II** – Menção à “organização criminosa” Primeiro Comando da Capital (PCC) no jardim Tupi em Cambé/PR106

LISTA DE MAPAS

- Mapa I** – Mapa Administrativo do Município de Cambé/PR34
- Mapa II** – Região Norte do Município de Cambé/PR62
- Mapa III** – Localização das “bancas” (gangues) na região norte do município de Cambé/PR (1998-2008)82
- Mapa IV** – Localização dos homicídios na Região Norte do município de Cambé/PR, (1998-2008)111

LISTA DE TABELAS

- Tabela I** – Cronologia dos homicídios, segundo agressor e vítima, na região norte do município de Cambé/PR (1991-2016)65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCR	Banca do Cavalo Roubado
CID	Classificação Internacional de Doenças
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCT	Primeiro Comando Tupi
PM	Polícia Militar
PMC	Prefeitura Municipal de Cambé/PR
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Município de Cambé/PR
SIM/MS	Sistema de Informação Sobre Mortalidade do Ministério da Saúde
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I –	Revisando o problema: as características da violência homicida no Brasil.....	16
1.1	O PERFIL SOCIAL DAS VÍTIMAS	21
2.1	FATORES AGREGADOS À VIOLÊNCIA HOMICIDA	30
1.2.1	O Local das Mortes.....	30
1.2.2	As Armas de Fogo	32
1.3	DO “PASSO DO VEADO” AO “RASTRO DE SANGUE”	33
1.3.1	Números da Violência Homicida em Cambé/PR.....	34
1.3.2	Fatores Agregados aos Homicídios em Cambé/PR.....	39
CAPÍTULO II –	Contexto teórico	42
2.1	TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA, GANGUES E CRIMINALIDADE	42
2.1.1	As Gangues Norte-americanas.....	43
2.1.2	Estruturas de Gangues	48
2.2	Dinâmicas de Rivalidade e Ciclos de Vingança	50
2.2.1	Alternâncias Legais e o Impacto nas Dinâmicas Criminais.....	52
2.2.1	Novos Atores da Dinâmica Criminal	57
CAPÍTULO III –	Aspectos metodológicos	61
3.1	A RELAÇÃO PESQUISA/PESQUISADOR.....	61
3.2	A ELABORAÇÃO CRONOLÓGICA DOS HOMICÍDIOS.....	64
3.3	JOGOS DE ALTERIDADE.....	65
3.4	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	67

CAPÍTULO IV – A dinâmica dos homicídios	68	
4.1	PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E OS PRIMEIROS HOMICÍDIOS.....70	
4.1.1	Os “caras considerados”	74
4.1.2	Brigas de Bar e Banalidades	78
4.2	A ASCENSÃO DAS “BANCAS”	81
4.2.1	“Terno contra Terno”	82
4.2.2	O Legado de Neguinho	88
4.2.3	As “Guerras” de “Bancas”	93
4.3	NOVA DINÂMICA CRIMINAL: AS QUADRILHAS.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110	
NOTAS DO PESQUISADOR	111	
REFERÊNCIAS	113	
ANEXOS	119	
ANEXO I –	1ª Edição do Jornal Comunitário: “A Voz dos Bairros”	120

INTRODUÇÃO

No início da década de 90, a antropóloga Alba Zaluar (1994, p. 235-254) já alertava para que os pesquisadores não se enganassem em achar que “manifestações incontroláveis de violência” fossem fenômenos particulares das grandes metrópoles. A referida antropóloga chamou tais manifestações de “guerra”. Segundo Zaluar, essa guerra ocorre, sobretudo, entre indivíduos de um segmento muito específico da população: “jovens pobres e negros ou mestiços que se matam entre si”. Porém, o mais correto seria pluralizar o fenômeno, posto que, na realidade, são guerras. Como constatado por Rocha (2012, p. 12), quase duas décadas após as observações de Zaluar, os jovens implicados nessas dinâmicas participam de várias guerras, envolvem-se em “uma multiplicidade de conflitos que se entrelaçam pelas causas mais variadas e distintas”.

Essas elucidações ajudam a compreender o contexto de manifestação do fenômeno de estudo. O município de Cambé, situado no Norte Paranaense, classificado como de médio porte segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), tem uma população de aproximadamente 100 mil habitantes. A cidade faz parte da chamada Região Metropolitana de Londrina, cuja população chega à casa dos 800 mil habitantes. Entre 2004 e 2006, Cambé ocupou a segunda posição no ranking nacional dos municípios com mais de 70 mil habitantes com os índices de vitimização juvenil mais altos. Londrina (município vizinho), por sua vez, embora maior e mais urbana, registrou o oitavo lugar naquele ranking (WAISELFSZ, 2008). No ano de 2012, Cambé chegou ao ápice no quesito homicídios de jovens com idade entre 15 e 19 anos, apresentando uma taxa de 354,07 mortes por grupo de 100 mil habitantes.

Contudo, diante do exposto, faz-se necessário ressaltar que não foram os dados, pura e simplesmente, que motivaram a realização deste estudo; os números serviram apenas de auxílio para a justificativa empírica do contexto e do problema de pesquisa. O que, de fato, orientou este trabalho é a necessidade de compreender como se articularam e quais as motivações dos conflitos que tiveram como desfecho a morte. O cenário de tais eventos é a Região Norte de Cambé/PR, mais precisamente os três principais bairros que a compõem: o Parque Residencial Ana Rosa (Ana Rosa); o Conjunto Habitacional Roberto Conceição (Cambé IV); e o Jardim Tupi (Tupi). O recorte temporal se inicia em 2001, quando jovens

majoritariamente do sexo masculino passaram a se organizar em grupos de aproximadamente trinta membros, designados de “bancas” ou “ternos”.

As características das bancas são várias. Internamente, os membros são identificados pelas atividades que desenvolvem, as quais, dependendo do ponto de vista de abordagem, podem ser classificadas como legais ou ilegais. É certo que os que se envolvem diretamente com práticas criminosas, como tráfico de drogas, assaltos, roubos, receptações, latrocínios e homicídios, por exemplo, não são maioria, apesar de estes indivíduos viverem à beira de um limiar tênue, entre “estar envolvido” e “ser de boa”.

Zaluar (1997, p. 45) destaca que, no Rio de Janeiro, as chamadas quadrilhas, constituídas por um pequeno grupo de pessoas, em geral, jovens, com a finalidade de desenvolver atividades ilegais, “carregam o nome de seus chefes como seus patrimônios, muito mais do que o nome dos bairros”. Algo semelhante é verificado nas bancas situadas na Região Norte de Cambé. Entre 2001 e 2008, surgiram pelo menos dez desses grupos, de modo que é nesse cenário, com jovens se organizando e se unindo, que os conflitos se iniciam e se intensificam. Antes de 2001, os homicídios não tinham o aspecto de conflito entre bancas; eram, por assim dizer, individuais, resultantes de desentendimentos interpessoais.

A partir do ano de 2001, o quadro social se modifica. Entre os anos de 2003 e 2006, pode-se dizer que os conflitos entre as bancas são parecidos com aqueles que Manso (2005) identificou em seus estudos nas periferias de São Paulo, nas quais encontram-se grupos de jovens que compartilham dos mesmos problemas e inimigos, e que se unem para enfrentar seus rivais. Nesse tempo, os conflitos se intensificaram e os homicídios aumentaram com relativa significância. É difícil afirmar, nesse caso, se foram os homicídios que fizeram com que os jovens mudassem a forma como se relacionavam ou se foi o modo como passaram a se organizar que promoveu alterações nas dinâmicas dos homicídios. Uma premissa não exclui necessariamente a outra, pois em se tratando dos homicídios cambenses ambas podem ser válidas. Neste estudo, o homicídio é o fio condutor da análise das histórias dos jovens, dos conflitos e dos bairros da Região Norte de Cambé.

Num contexto em que os conflitos têm causas múltiplas, os homicídios apresentam características que vão para além do discurso comum, nos quais, comumente, as explicações giram em torno do tráfico de drogas. Busca-se, aqui,

liquidar essa percepção com o alcance dos objetivos paralelos ao central, isto é, os objetivos específicos. Parece mais apropriado partir do contexto em que esses jovens estavam inseridos e pensar em como formavam grupos com traços peculiares. O primeiro objetivo específico, portanto, consiste em buscar responder à seguinte questão: 1) Como e em qual contexto se formaram as bancas? Esse contexto tem por marca a transição de gerações e o processo de socialização dos jovens, quando a violência adquire características próprias. A esse fato, aglutina-se o segundo objetivo: 2) Quais as particularidades de cada banca? Essa particularização é importante, posto que as bancas se organizam com base em suas especificidades. O modo de atuação desses grupos pode definir, ou não, o início da trajetória de seus membros em atividades ilícitas, como roubos, tráfico de drogas, receptações, dependência química etc. Diante desse cenário, desponta outra questão: 3) Como as bancas se consolidam e como declinam paralelamente à ascensão de outras bancas? O estabelecimento dessa conjuntura é central para o início das articulações e dos conflitos entre bancas.

Surge, em meio a esse cenário, algo novo na dinâmica das relações entre alguns desses jovens. O envolvimento em atividades ilícitas e a prática de homicídios resultam no encontro desses indivíduos em um local até então desconhecido: a cadeia. A “vida atrás das grades” acaba oportunizando a união entre lideranças que até então não tinham proximidade. Tal fato provocou alterações nas dinâmicas relacionais entre os membros que se encontravam na rua, fosse devido às conciliações ou em razão do aparecimento de novas divergências. Isso suscita outras questões: 4) Como os membros se articulam e transitam entre as bancas? 5) Qual o resultado da relação entre “cadeia” e “rua” para as novas dinâmicas de conflito que se formam e que têm por desfecho o homicídio? Tais questões não podem ser respondidas cronologicamente, uma vez que são eventos que possuem certa dinamicidade e que se operam conforme uma lógica de articulação entre os grupos.

Duas observações são cruciais para esta pesquisa. De acordo com Peres (2007, p. 138), prevenir a escalada da violência e a vitimização de jovens demanda a formulação de estratégias de enfrentamento com real eficácia. Contudo, “é necessário conhecer não apenas o perfil de vitimização por homicídio, mas também a sua dinâmica”, buscando compreender em que medida a violência define a identidade do jovem. Por sua vez, Rocha (2017, p. 25) ressalta que, de modo

geral, a produção sociológica sobre a violência e sobre a criminalidade tem crescido no Brasil. Porém, tal produção visa destacar, sobretudo, os padrões de vitimização letal com base em um grande volume de dados referentes a elementos sócio demográficos das vítimas e dos homicídios. Já os estudos que visam se aprofundar nas possíveis relações existentes entre atores e vítimas implicados nas dinâmicas de homicídios são ainda relativamente raros; assim, pouco se sabe sobre o “contexto nos quais as trajetórias das partes se cruzaram e como se encaminharam para um desfecho letal”.

As observações de ambos os autores se complementam. A necessidade de compreender as dinâmicas de homicídio, enquanto estratégia de enfrentamento do problema, e o escasso número de estudos que contemplam a relação direta entre agressor e vítima no desfecho homicida estão mutuamente ligados. Este estudo, portanto, dentro de suas limitações, busca trazer contribuições para um e outro.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No Capítulo I, busca-se justificar empiricamente o problema dos homicídios no Brasil como um todo e, em específico, no município de Cambé/PR mediante uma abordagem quanti/qualitativa, traçando o perfil social das vítimas. No referido capítulo, dialoga-se com uma grande quantidade de estudos sobre homicídios publicados no país. Já o Capítulo II é destinado à descrição do contexto e à fundamentação teórica deste trabalho, sobretudo no tocante à exposição da literatura, nacional e internacional, atinente ao fenômeno de gangues, quadrilhas e facções. No Capítulo III, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Nele, demonstramos a relevância da abordagem etnográfica em estudos dessa natureza. Por fim, o Capítulo IV tem por finalidade mostrar a dinâmica dos homicídios na Região Norte do município de Cambé/PR. Nesse ponto, o leitor entrará em contato com uma narrativa construída a partir da junção de uma série de relatos de atores que participaram, direta ou indiretamente, dos eventos por eles contados.

CAPÍTULO I

Revisando o problema: as características da violência homicida no Brasil

Apesar de ter adquirido múltiplos significados, sobretudo na chamada sociedade moderna, historicamente a palavra *violência* – originária do latim *violentia*, “força que se usa contra o Direito e a Lei” - preserva características que não se alteram com o tempo. Na língua alemã, as palavras *violência* (força imposta) e *poder* (origem do Direito) definem-se pelo mesmo termo, *gewalt*. No latim, ocorre a mesma ambiguidade com as palavras *poder* e *dominação*, definidas pelo termo *autoridade*. Para além dos significados dos termos e das palavras ou de suas origens linguísticas na prática, o que está em jogo é o quanto de legitimidade (sobretudo de consentimento de quem se encontra sob a autoridade de outrem) se concede ao uso do poder e da violência. Trata-se de um conflito entre quem tem e quem não tem legitimidade para usar da força e sob quais condições a utilizam. Assim, violência é o emprego da força ou da dominação sem legitimidade. Então, é violento aquele que usa da força sem legitimidade para tal. O problema então é definir o sujeito da violência (MISSE, 2006).

O emprego da palavra *violência* apresenta uma natureza social. Violento é sempre o outro, aquele a quem assim qualificamos, e, por conseguinte, ao empregar a palavra violência sobre o outro (sujeito), agimos socialmente. O outro, o violento, é aquele que viola (*violens*, do latim) “a integridade de um indivíduo, que não lhe permite a reação e que, portanto, transforma-o em um mero objeto” (MISSE, 2006, p. X). Ao agir com força impetuosa, excessiva, exagerada (*violentus*, do latim), não legítima, age contra o Direito e a Lei (*violentia*), fato que, na sociedade moderna, faz-se representado nos códigos institucionais, de modo que toda violência é criminalizada. A sociedade moderna, ao criminalizar o uso da força, acaba por conceder ao Estado o monopólio legítimo da violência. As palavras *crime* e *violência* acabam, assim, por se agrupar.

A formação de um monopólio legítimo de uso da força gera um novo padrão para os atos caracterizados violentos. Se no passado os atributos fisicamente superiores se qualificavam como vantagens no exercício do emprego da violência (ao sabor de critérios arbitrários), a partir da monopolização da força por parte do Estado, tal conduta, além de criminalizada e passível de punição, torna-se moral e socialmente reprovada (ELIAS, 1994; PINKER, 2011). É um processo

histórico, mas não linear. No decorrer de milênios e séculos, estatisticamente, as taxas apontam para uma redução considerável das ações, simbólicas ou práticas, violentamente orientadas entre grupos e indivíduos em suas relações interpessoais (PINKER, 2011; SOARES, 2008). O declínio histórico da violência em geral e, em particular, dos homicídios é conceitualmente explicado por Pinker (2011, p. 93) por meio do chamado *processo de pacificação*, cujo corte se explica, em termos hobbesianos, pela transição de *sociedades sem Estado* para *sociedades com Estado*. Segundo o próprio autor, “viver na civilização reduz em cinco vezes as chances de uma pessoa ser vítima de violência”. A respeito dessa transição civilizatória, Pinker se apropria, com ressalvas, da teoria formulada por Norbert Elias, a saber, o processo civilizador.

A teoria elisiana acerca do processo civilizatório perpassa pela compreensão de mudanças históricas, sociais e psíquicas no comportamento e nos sentimentos dos indivíduos. Perpassa também pela compreensão de como tais mudanças direcionaram e foram direcionadas por um conjunto de eventos que modelaram, para os indivíduos, uma personalidade civilizadora e que, por consequência, determinou uma nova ordem social. Elias (1994) destaca que à medida que as funções socialmente atribuídas às pessoas foram se tornando complexas e variadas, os impulsos pela dinâmica do interesse e da competição prevaleceram. A variação de funções dentro de uma nova ordem social tende a funcionar como uma rede. Além de ser um fator agregador, gera laços de interdependência entre as pessoas, tanto em suas atividades laborais de ordem individual, quanto de ordem coletiva. Isso produz bases sólidas para uma dinâmica social funcional.

A divisão social das funções e a relação de interdependência entre os indivíduos é apenas uma fração do processo civilizatório. As mudanças psicológicas que decorreram desse processo exerceram tal pressão social na conduta dos indivíduos a ponto de contemplar o *autocontrole*, seja consciente ou inconscientemente. Vigiar, fiscalizar e civilizar o comportamento de modo “correto” (não violento) foi resultado de tais mudanças comportamentais, o que foi se tornando mais eficaz geração após geração, constituindo a base de um novo processo de socialização. Esse controle de impulsos emocionais, ou autocontrole, reorganiza o tecido social. As ações outrora motivadas por uma disposição violenta, seja individual ou coletivamente, são agora socialmente inaceitáveis (ELIAS, 1994).

As mudanças de orientação psicológicas, a centralização do controle do Estado, o agenciamento de burocracias administrativas, a monetarização das relações comerciais, o desenvolvimento tecnológico, o monopólio estatal da violência construindo espaços sociais pacíficos e livres dos atos cegos e arbitrários de violência e, por fim, também enquanto consequência, o autocontrole dos impulsos emocionais são fatores que sustentam a teoria do processo civilizatório e do declínio histórico da violência em Elias (1994). Contudo, a teoria não está imune a críticas. Ainda que as estatísticas acerca da queda de homicídios na sociedade moderna (principalmente no ocidente) sustentem a teoria elisiana, existem exceções à regra.

Pinker (2011, pp. 131-193) elenca alguns casos. Dentre eles a relação entre crime e processo de democratização. Segundo o autor, o mesmo êxito que parte da Europa e outras regiões do mundo obtiveram no tocante ao declínio da violência, apresentando reduções das taxas de violência em geral e de homicídios em particular, não ocorreu em países onde as democracias não foram suficientemente estabelecidas. Países com democracias emergentes ou em processos semidemocráticos apresentam cenários com altos índices de homicídio, processo chamado pelo autor de *descivilizador*. Entre os vários casos espalhados pelo mundo, estão alguns países da América Latina. Os dados apresentados por Soares (2008) corroboram tais afirmativas. O crescimento das taxas de homicídios em países latino-americanos a partir década de 1960 não foi um fenômeno generalizado; ao contrário, ainda que se leve em consideração as limitações dos dados, eles se distribuem entre os países que apresentam crescimento, estabilidade, ou queda das taxas.

Teorias civilizatórias ou descivilizatórias possibilitam uma visão geral do problema. Entretanto, é necessário avançar. Pesquisas como a de Nery (2016) indicam uma percepção contrária àquela de que as causas dos homicídios podem ser compreendidas a partir de teorias universais e atemporais e reforça a importância de estudos científicos periodicamente orientados acerca da criminalidade urbana e das mudanças sociais, os quais, por consequência, possam colaborar com diagnósticos capazes de alterar a gravidade do problema. No caso da América Latina em geral e do Brasil, em particular, pesquisas apontam que o vertiginoso crescimento ou a queda do número de homicídios está usualmente relacionado a mudanças radicais em políticas públicas, à dinâmica de entrada ou saída de drogas nos países e à maior ou menor disponibilidade de circulação de

armas de fogo. Um caso não exclui o outro necessariamente (SOARES, 2008; SOARES, BATITUCCI, & RIBEIRO, 2007).

No decorrer no século XX, o Estado moderno apresentou sucessivas crises de legitimação (guerras imperialistas, revoluções políticas, corrupção dos mercados ilícitos) que foram marcas de grandes transformações na sociedade moderna. Os crimes acompanharam tais transformações, hierarquizaram-se (de crimes de sangue para crimes contra a propriedade), e a violência criminal, nesse contexto, apresenta-se em um novo padrão: o da *violência urbana* (MISSE, 2006). Por conseguinte, o que se entende hoje por violência urbana é resultado de uma multiplicidade de eventos vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles (CERQUEIRA, LOBÃO, & CARVALHO, 2007; MISSE, 2006). Segundo Misse (2006, p. XI), a violência urbana pode reunir motivações e características muito distintas “desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos”. No caso dos crimes individuais, há de se incluir os não-intencionais, como os provocados por negligência ou consumo excessivo de álcool e droga, bem como os que intencionalmente atentam contra a integridade (física, moral, etc.) e a vida do outro. Nessa última situação, incluímos os homicídios.

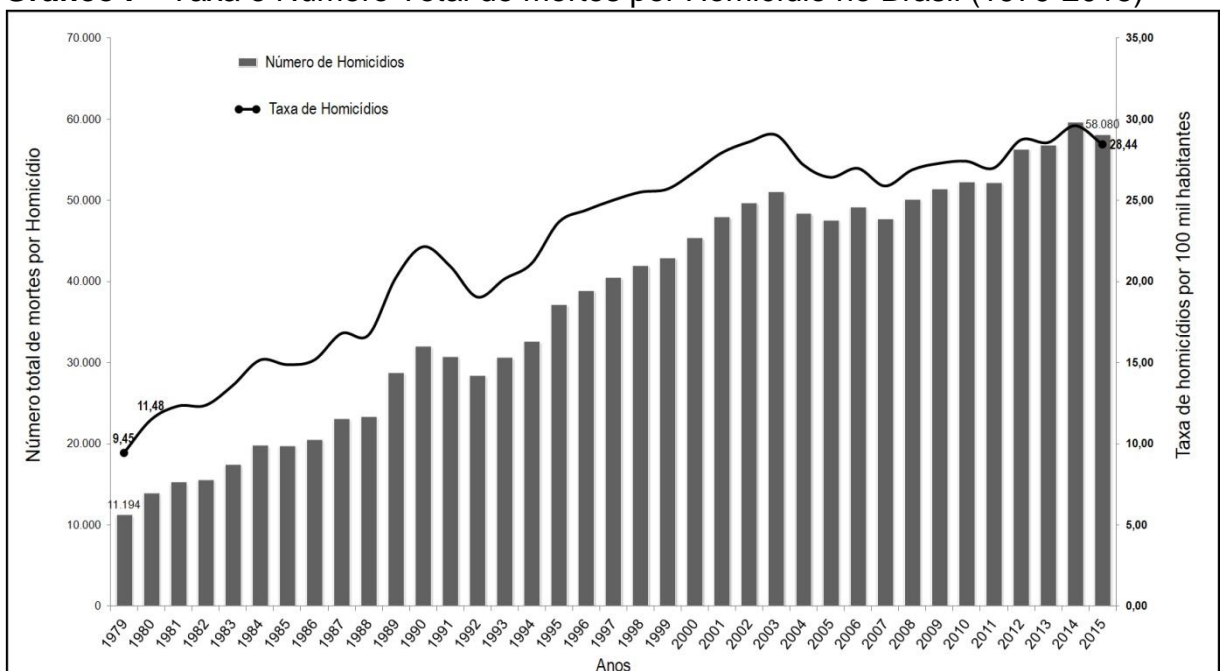
Cerqueira e colaboradores (2007) sustentam que a partir da década de 1980, o crescimento da criminalidade urbana no Brasil se propaga ao sabor de intensas transformações demográficas e sociais. Por outro lado, a falência do sistema de justiça criminal fez cair uma das principais sustentações do estado de direito, a do cumprimento das relações contratuais entre os indivíduos e entre estes e as instituições, de modo que a impunidade foi premiada. Segundo esses pesquisadores, tais condições estruturais criaram o cenário ideal para o aumento da criminalidade, em especial para o “crime organizado”: 1) espaços urbanos complexos; 2) grupos juvenis sem nenhuma orientação, incluídos na cultura massiva do consumo, mas sem meios econômicos para tal; 3) difusão e descontrole dos elementos que potencializam a criminalidade, como armas de fogo, drogas, bebida alcoólica; e 4) perspectiva de impunidade.

De fato, o problema da criminalidade urbana no Brasil tem seus primeiros sinais de crescimento na década de 1970, mas é a partir dos anos 80 que o problema se agrava, acompanhado pelo crescimento da violência homicida (CERQUEIRA, LOBÃO, & CARVALHO, 2007; PERALVA, 2000; RATTON, GALVÃO, ANDRADE, & PAVÃO, 2011; SOARES, 2008; ZILLI & VARGAS, 2013). Nos últimos

37 anos (1979-2015), segundo dados apresentados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), 1.388.062 assassinatos foram legalmente registrados no Brasil. Até o ano de 1979, o país apresentava uma taxa inferior a 10 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, a partir do ano de 1980 esse número passou a apresentar, em marcha acelerada, um crescimento médio acumulado anual de 5% e um crescimento bruto de 176% por grupo de 100 mil habitantes. No cenário atual, segundo os registros de 2015 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), o Brasil ocupa a 1ª posição no ranking mundial de homicídios em números absolutos, com um total de 55.574 mortes, e a 14ª posição corrigidos pela taxa de 26,74 mortes por grupo de 100 mil habitantes.

Já o Atlas da Violência (CERQUEIRA, et al., 2017), resultante da parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), tendo por base pesquisa realizada no ano de 2017 com os dados acrescentados ao ano de 2015, apresenta um número total 6,30% maior em relação ao sustentado pela UNODC, totalizando 59.080 homicídios; isso corresponde a 28,9 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. Elaborado a partir de informações do banco de dados do SIM/MS, e do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o gráfico a seguir ilustra a série histórica de homicídios no Brasil:

Gráfico I – Taxa e Número Total de mortes por Homicídio no Brasil (1979-2015)



Fonte: SIM/MS e IBGE; elaborado pelo autor.

Nota: do IBGE, dados populacionais do censo demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Do SIM/MS, informações codificadas de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID), revisão IX (de 1979 até 1995) e revisão X (de 1996 até 2015).

Segundo afirmam pesquisadores desse campo de estudo (CERQUEIRA, LOBÃO, & CARVALHO, 2007; ZILLI & BEATO, 2015), o crescimento acelerado do crime homicida no Brasil, com início nos anos 80, não consiste pura e simplesmente em um repentino aumento da criminalidade, mas trata-se de uma tragédia anunciada, cujo regular crescimento estatístico reflete um verdadeiro processo epidêmico, espacial e temporal, que concentra um conjunto de fatores estruturais e locais, alimentando a dinâmica criminal como um todo e a dinâmica homicida em particular.

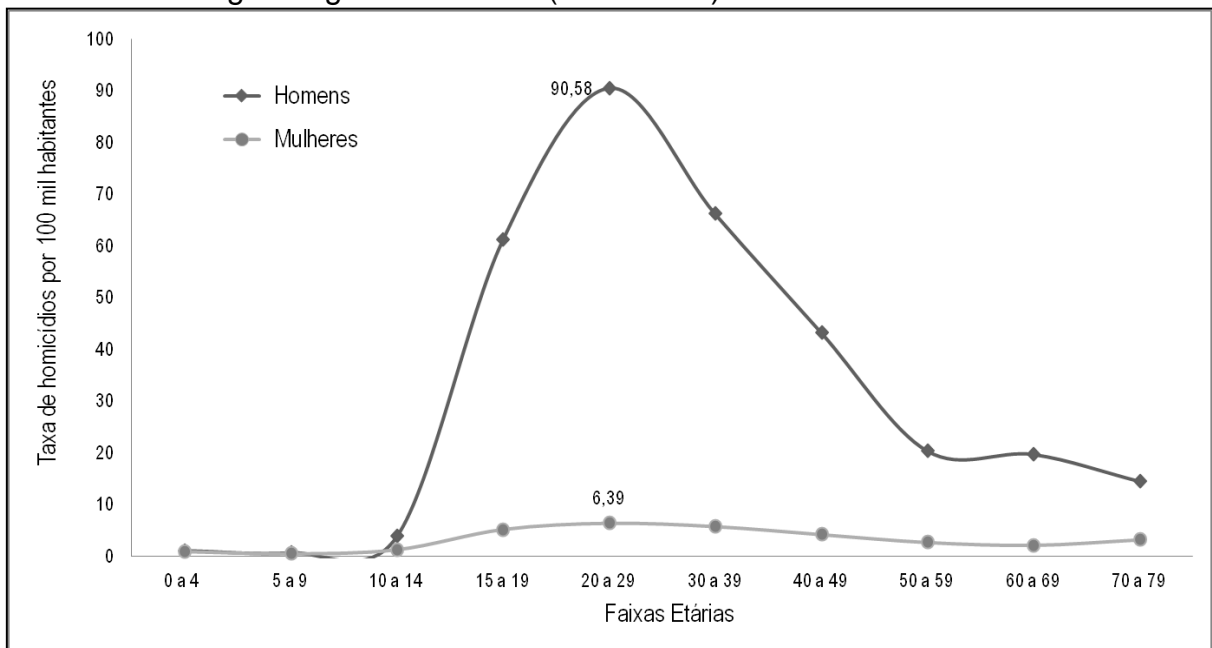
1.1. O PERFIL SOCIAL DAS VÍTIMAS

De modo geral, no Brasil, as vítimas de homicídio estão distribuídas espacialmente nas grandes cidades e concentradas em áreas de vulnerabilidade social, que se caracterizam pelo pouco suprimento de serviços públicos e pela alta degradação urbanística. A vítima do crime homicida apresenta um perfil bastante específico: é do sexo masculino, jovem (com idade entre 15 e 29 anos), solteira, com baixo grau de escolaridade, oriunda de classe social de status socioeconômico inferior e de cor/raça identificada, em sua maioria, como preta ou parda. Outro fator que assola grande parte desse grupo populacional é a utilização de arma de fogo no desfecho homicida, em geral, de baixo calibre. O “espetáculo” homicida é compartilhado coletivamente; comumente a vítima é assassinada em via pública a não mais que 800 metros de sua residência (BEATO & MARINHO, 2007; CANO & RIBEIRO, 2007; CERQUEIRA, et al., 2017; CERQUEIRA, LOBÃO, & CARVALHO, 2007; KANH & GOERTZEL, 2009; NÓBREGA JÚNIOR, ZAVERUCHA, & ROCHA, 2009; PERES, 2007; RATTON, GALVÃO, ANDRADE, & PAVÃO, 2011; ROCHA, 2017; SANTOS, 2007; SOARES, 2000; SOARES, BATITUCCI, & RIBEIRO, 2007; ZILLI, 2011; ZILLI & BEATO, 2015; ZILLI & VARGAS, 2013). Reforçando as afirmações sustentadas pelos autores supracitados acerca do perfil das vítimas do crime homicida no Brasil e levando em consideração a variação nos períodos abordados por tais pesquisadores, apresentamos dados atualizados, que compreendem o período entre 1979 a 2015. O recorte temporal contendo os últimos

37 anos permite uma análise que parte do início do agravamento da violência urbana no Brasil e, em particular, da violência homicida.

A violência qualificada letal está notadamente associada à mortalidade de grupos sociais caracterizados jovens¹. As informações vistas no Gráfico II apontam que a probabilidade de morte por crime de homicídio é muito mais elevada entre os grupos compostos pelas faixas etárias de 15 a 39 anos, sendo que, em especial, o problema se agrava no grupo composto pela faixa etária de 20 a 29 anos, chegando à taxa média de morte por homicídio entre os homens de 90,58 por grupo de 100 mil habitantes. O padrão se repete com as mulheres, apesar de existir uma vasta desproporção entre os gêneros.

Gráfico II – Taxa média de mortes por homicídio por 100 mil habitantes no Brasil segundo gênero e idade (1979-2015)



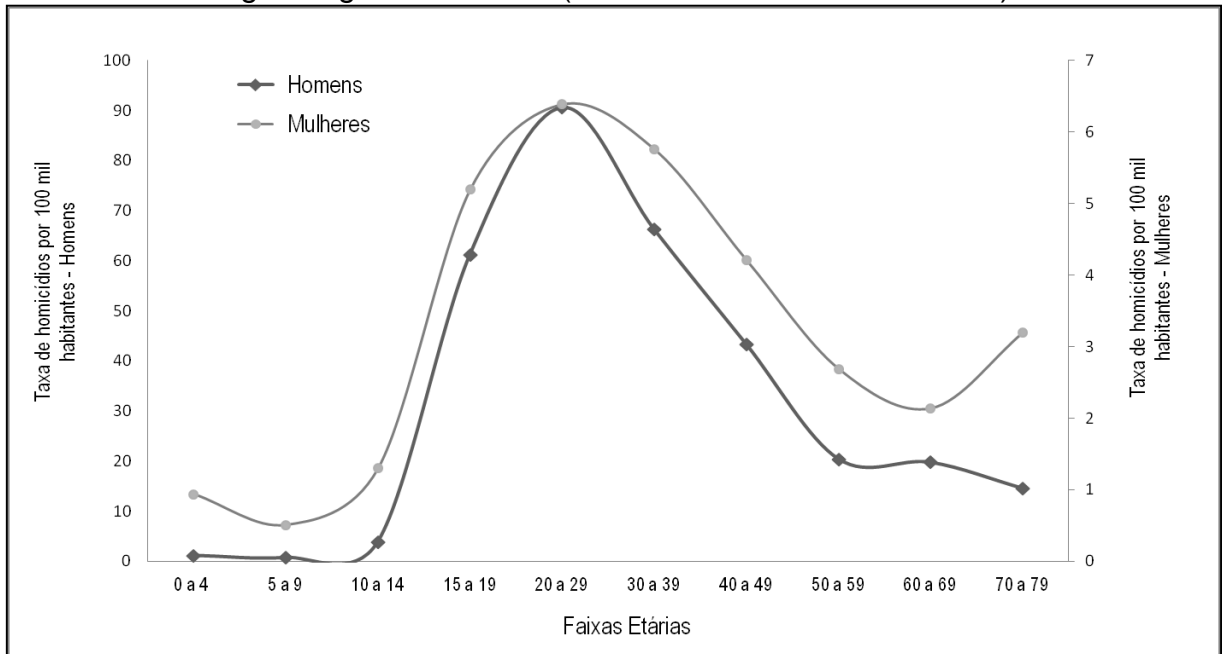
Fonte: SIM/MS e IBGE; elaborado pelo autor.

Devido à desproporção da taxa média de mortes por homicídio entre os gêneros, o Gráfico II não exhibe com clareza, visualmente falando, a repetição do padrão etário de mortes. O Gráfico III, entretanto, elaborado em duas escalas, corrige e exhibe este padrão. É um fenômeno evidentemente juvenil, no qual ambos os gêneros da faixa etária de 20 a 29 anos, nos últimos 37 anos, estão

¹ A partir do ano de 2006, a Secretária Nacional da Juventude, seguindo a tendência internacional estabelecida no Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, passou a considerar como população jovem os brasileiros com idades entre 15 e 29 anos, distribuindo-os classificatoriamente entre “adolescentes/jovens” (de 15 a 17 anos), “jovens/jovens” (de 18 a 24 anos) e “jovens/adultos” (de 25 a 29 anos). (VIEIRA, 2009)

desproporcionalmente representados enquanto principais vítimas.

Gráfico III – Taxa média de mortes por homicídio por 100 mil habitantes no Brasil segundo gênero e idade (1979-2015 – em duas escalas)



Fonte: SIM/MS e IBGE; elaborado pelo autor.

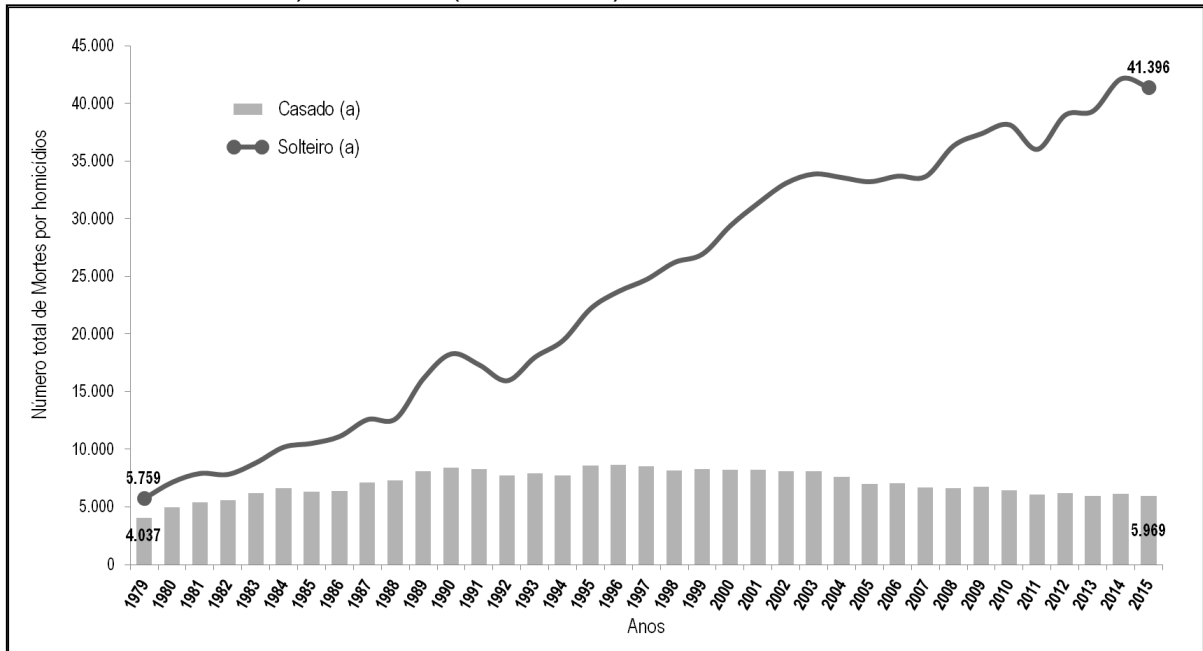
Soares e colaboradores (2007), a partir de estudos realizados entre os anos de 1997 e 2001, no estado de Minas Gerais, demonstraram que o fenômeno de vitimização da população etária classificada como jovem é estrutural, repetindo-se ano após ano. Dão destaque, ainda, para o fato de que, além de serem vítimas, estes jovens, sobretudo os do sexo masculino, ocupam também a posição de agressores². Além disso, o Gráfico III apresenta um fenômeno curioso: o crescimento da taxa média de mortes por homicídio entre as mulheres na faixa etária de 70 a 79 anos. Tal fenômeno também se apresentou nos estudos de Soares e colaboradores (2007). A explicação dos pesquisadores, no que se refere ao caso de Minas Gerais, é que se trata de uma tendência entre os assaltantes em escolher idosas como vítima.

Seguindo o itinerário do perfil das vítimas de violência homicida, a afirmação de que o estado civil tem relativa importância é passível de ser compreendida a partir da análise dos dados apresentados em números absolutos no

² Os Jovens do gênero masculino confirmam o padrão entre os registros históricos enquanto principais vítimas e agressores da violência homicida (PINKER, 2011; SOARES, 2008). Nas palavras de Soares (2008, pp. 21-22), “essa relação, na qual venho insistindo há tempo [...] entre gênero masculino e homicídio e entre juventude e homicídio, é confirmada em todas as sociedades e épocas para as quais os dados são minimamente confiáveis”.

Gráfico IV. O crescimento populacional e a correção pela taxa de 100 mil habitantes destoaria dos dados referentes às vítimas cujo estado civil é casado e que no período estudado obtiveram uma variação percentual de 48%. No caso dos solteiros, a variação percentual foi de 619%.

Gráfico IV – Número total de mortes por homicídio segundo estado civil (solteiro e casado) no Brasil (1979-2015)



Fonte: SIM/MS; elaborado pelo autor.

Nota: relativo ao estado civil das vítimas, foram retiradas da análise as seguintes categorias listadas no SIM/MS: 'viúvo', 'separado' e 'outro', que representam juntos menos de 5% do total. Por outro lado, a categoria 'ignorada', também retirada da análise, tem números representativos, 11%.

A explicação para o número de vítimas ser menor entre os casados, em comparação aos solteiros, é a exposição a situações de risco. Homens casados se expõem com menor frequência a riscos (SOARES, BATITUCCI, & RIBEIRO, 2007). No caso das mulheres, o padrão se repete, porém, em proporções muito menores que as dos homens. Os dados disponíveis pelo SIM/MS mostram que entre 1979-2015 as mulheres representaram a fatia de 7% dos homicídios no Brasil, sendo 5% (63.298) solteiras e 2% (23.436) casadas. Entre os homens os solteiros representaram 72% (817.070) dos casos e os casados 21% (238.053).

Como visto acima, o argumento de que mulheres casadas apresentam taxas menores de vitimização do que mulheres solteiras é igualmente válido e também sustentado pelo fator de menor exposição ao risco. O casamento protege da vitimização, porém tal proteção mostra ser maior para os homens. Soares e

colaboradores (2007) adicionam um agravante ao caso das mulheres casadas: para as mulheres solteiras, o risco de vitimização está, sobretudo, fora do local físico em que reside, já no caso das mulheres casadas (ou envolvidas em qualquer outro tipo de relacionamento), o casamento aumenta suas chances de serem assassinadas pelo companheiro dentro de casa.

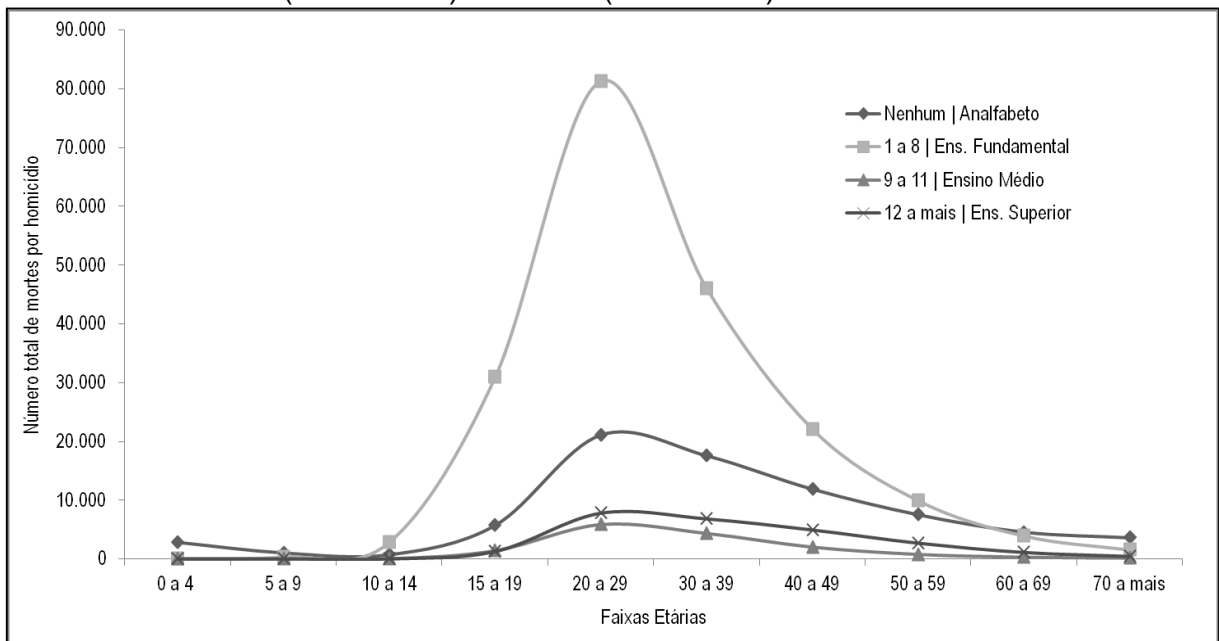
Avançamos para outra característica do perfil da vítima de homicídio no Brasil, a saber, a baixa escolaridade. A pesquisa de Marcos Rolim (2014) buscou formular um modelo de causalidade que agregasse os fatores diretamente ligados ao desenvolvimento de condutas infracionais violentas de jovens. Para a realização da pesquisa, Rolim entrevistou jovens em condição de cárcere, em sua maioria, devido ao crime de homicídio. Nessa empreitada, aplicou-se o conceito de *disposicionalidade violenta*, o qual não se limita à compreensão de traços psicológicos perceptíveis nos indivíduos singulares, mas ao contrário, avança no sentido de “descrever as condições sociais objetivas que aumentam a probabilidade de ocorrência de fenômenos que produzem consequências de algum modo funcionais” (ROLIM, 2014, p. 15). Esses fenômenos são responsáveis por produzir analiticamente dois aspectos: fator de risco e fator protetivo.

As pressuposições que orientam a pesquisa indicam que o fenômeno da *disposicionalidade violenta* é afetado pelas seguintes variáveis etiológicas (causalidade) do modelo: 1) a *brutalização* (experiências individuais de violência); 2) a *socialização familiar* (monitoramento familiar acerca das condutas violentas por parte do jovem); 3) a *socialização comunitária* (influência local exercida no comportamento do jovem); e 4) a *socialização escolar* (que implica verificar em que medida desempenhos acadêmicos satisfatórios não são alcançados devido à violência exercida pela escola sobre o aluno).

Todos esses fatores agregados possibilitam uma análise do grau de influência da *disposicionalidade violenta* sobre o comportamento violento dos jovens, o que pode gerar um equilíbrio ou desequilíbrio entre os fatores protetivos e fatores de risco. Por hora, compete a este estudo a investigação dos desdobramentos do processo de *socialização escolar*, ainda que os processos se combinem. Rolim (2014) se respalda, teórica e conceitualmente, na tradição sociológica burdiesiana para definir um sentido amplo, isto é, que não inclua apenas experiências acadêmicas formais e institucionais, mas que abranja também as relações diretas e indiretas do contexto escolar. O que a pesquisa sustenta é a existência de um

encadeamento entre o campo da *socialização escolar* e os seguintes fatores: experiência precoce com drogas ilegais, pequenos delitos e expulsão da escola. Esses fatores se ligam diretamente ao campo da *socialização comunitária*, a qual orienta os jovens a um *treinamento violento*. Segue abaixo o Gráfico V e algumas percepções com base no campo da *socialização escolar*.

Gráfico V – Número total de mortes por homicídio segundo escolaridade e faixa etária (taxa média) no Brasil (1979-2015)



Fonte: SIM/MS; elaborado pelo autor.

Nota: a categoria “ignorada” foi excluída da análise. Seus números são representativos, 64% do total. Destes, 39% no CID-IX e 85% no CID-X.

Os dados sobre a escolaridade da vítima de homicídio (disponíveis no SIM/MS) permitem uma mostra de apenas 34% do total. Levando isso em consideração³, é possível afirmar que a esmagadora maioria das vítimas de homicídio, além de corresponderem ao padrão etário de 20 a 29 anos, obtiveram entre 1 e 8 anos de experiência formal em instituição escolar (ensino fundamental incompleto). Ao unirmos estes dados com a análise do campo da *socialização escolar* é possível fazer alguns apontamentos.

Com alguma urgência, faz-se necessário o desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas que coíbam a evasão escolar. Para os jovens

³ Os estudos de Soares e colaboradores (2007) e Soares (2008), abrangendo períodos e regiões, analisaram a escolaridade da vítima de homicídio e obtiveram semelhança probabilística relativamente aos dados apresentados no Gráfico V. Tal dado, apesar das limitações em contexto nacional, sustenta este estudo.

homicidas que integraram o grupo de controle nas análises de Rolim (2014), a participação no sistema escolar formal foi de 6 anos em média. Outro ponto, não dissociado do último, é a falta, por parte da escola, de atrativos de socialização e de oferecimento de uma trajetória que assegure uma carreira profissional, ou mesmo, uma posição imediata no mercado de trabalho (ainda que esta não seja a função primeira da instituição escolar). No entanto, essa visão mercadológica da educação como um todo e, em particular, da escola aparece com mais evidência no discurso dos responsáveis pelos jovens. A fala dos jovens entrevistados destacou quase que exclusivamente dois aspectos: primeiramente, a relação pouco amistosa com os profissionais da educação e, em segundo lugar, a carência de recursos básicos, como vestimentas e demais acessórios, o que está notoriamente relacionado com a renda familiar. São fatores importantes que estimulam a evasão escolar, sobretudo o primeiro. Enquanto consequência de uma série de elementos, alguns já apontados, o fracasso escolar se apresenta, ao mesmo tempo, como causa e como efeito imediato do processo de socialização violenta, ligando-se ao campo da *socialização comunitária* e preparando o jovem para um contexto de *treinamento violento*. Nesses casos, os fatores de risco sobressaem aos fatores protetivos.

No contexto geral da dinâmica homicida, vítimas e agressores representam o mesmo grupo de indivíduos em suas relações interpessoais (MANSO, 2005; ROCHA, 2012; 2017; SOARES, 2008; ZILLI, 2011; 2015; ZILLI & BEATO, 2015). Dessa forma, tanto os dados sobre as vítimas de homicídio apresentados no Gráfico V quanto os agressores homicidas do grupo de controle de Rolim (2014) reforçam as análises do campo da *socialização escolar*. No primeiro caso a grande maioria das vítimas é jovem, enquanto que no segundo todos os agressores são jovens. Fica evidente, como observado, a relevância do fator escolaridade para a compreensão e para o diagnóstico do problema do homicídio no Brasil, ainda mais quando dialoga diretamente com o campo da educação em geral e com os demais campos estatais e não estatais, tais como: a assistência social, o esporte, o trabalho, a família, a comunidade, o terceiro setor e a segurança pública.

O campo da escolaridade apresenta, ainda, outra função para a análise dos homicídios, uma vez que o tempo de estudo da população é representativo de seu nível de pobreza. São inúmeras as pesquisas que correlacionam as variáveis escolaridade e renda em estudos de orientação quantitativa (CANO & SANTOS, 2007; CANO & RIBEIRO, 2007; GAWRYSZEWSKI & COSTA, 2005; NERY, 2016;

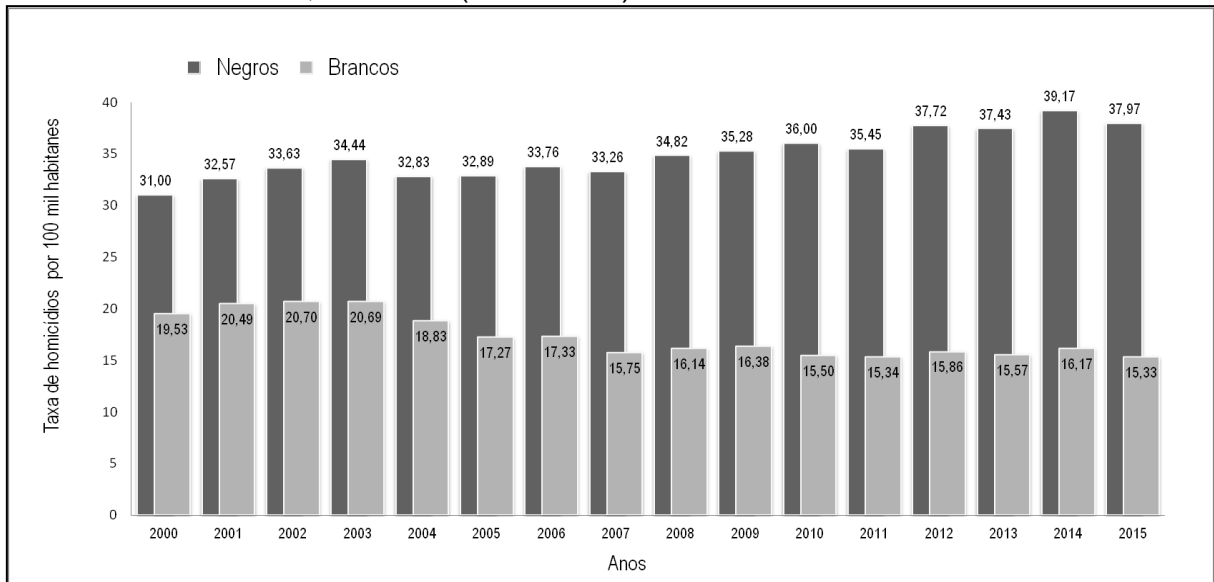
SOARES, 2000; 2008; SOARES, BATITUCCI, & RIBEIRO, 2007). Essa relação não é simples. Os resultados são múltiplos no tempo e espaço. No entanto, se desagregarmos as variáveis e isoladamente tomarmos *renda* enquanto indicador de desenvolvimento econômico e *escolaridade* enquanto indicador de desenvolvimento social, podemos afirmar que ambos os indicadores, nas últimas décadas, obtiveram melhorias significativas – crescimento da renda média da população, declínio do número de mortalidade infantil, redução do analfabetismo e aumento na escolarização da população –, ao passo que as taxas de homicídios cresceram (SAPORI, 2012; SOARES, 2008).

Se compreendermos *status socioeconômico* como agrupamento das variáveis *renda* e *escolaridade*, os resultados são mais satisfatórios. O estudo de Soares (2008) mostra que, no Brasil, os municípios mais violentos não são obrigatoriamente os mais pobres. Isso implica dizer que não há, necessariamente, uma relação direta entre homicídio e pobreza. No entanto, pesquisas como a de Cano & Santos (2007) e Carneiro (1999) mostram que, no contexto das grandes metrópoles, nas regiões caracterizadas periféricas, cujo status socioeconômico é menor, as taxas de homicídio são maiores. Se o recorte abarcar apenas regiões classificadas como periféricas e incluir outras variáveis relacionadas ao status socioeconômico, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com base em um cálculo seguro (coeficiente de Gini), as regiões em situação de miserabilidade não seriam aquelas que apresentariam as maiores taxas de homicídio. Ou seja, a situação de miserabilidade possui uma correlação baixa com os homicídios.

Voltaremos a essa questão nas seções subsequentes, pois que as variáveis *renda* e *escolaridade* demandam outro debate ao se correlacionarem com a variável *raça*. Vários estudos quantitativos divulgam resultados em que o fator *raça* se mostra mais importante para a análise dos homicídios que *renda* ou *escolaridade*. Em quaisquer combinações possíveis as vítimas negras superam, em números absolutos ou taxas, as vítimas brancas (SOARES, BATITUCCI, & RIBEIRO, 2007). Existe exceção à regra em estudos orientados regionalmente (FERREIRA, 2017). No entanto, no Brasil, de modo geral, os negros, além de serem as principais vítimas do crime homicida, ocupam posições menos qualificadas no mercado de trabalho, tem as menores rendas e os níveis educacionais são mais baixos em comparação aos brancos (SOARES, BATITUCCI, & RIBEIRO, 2007). Surge então a seguinte dúvida: os negros são as principais vítimas pela cor da pele ou pelo status socioeconômico

que lhes posiciona em locais mais propensos ao risco de homicídio? Retomaremos essa questão mais à frente. Por hora, segue o Gráfico VI com os dados acerca das taxas de homicídio segundo orientação racial.

Gráfico VI – Taxas de homicídio por 100 mil habitantes segundo cor/raça, negros e brancos, no Brasil (2000-2015)



Fonte: SIM/MS (CID-X) e IBGE (Senso de 2000 e 2010), elaborado pelo autor.

Nota: foram excluídas da análise as seguintes categorias: “sem categoria”, “indígena” e “amarelo” que juntas representam menos de 1% tanto no que se refere à população brasileira quanto ao número de mortes por homicídio.

Os dados sobre cor ou raça das vítimas apresentados no Gráfico VI difere dos demais em razão de o recorte temporal abranger informações a partir do ano 2000. Isso nos permite uma análise de 16 anos. Segundo pesquisas, é a partir desse período que os registros de homicídios disponíveis no SIM/MS, com identificação de raça, podem cobrir um patamar razoável de confiabilidade, 90% (WAISELFSZ, 2012). Os dados acima aglutinam a categoria *preto* e a categoria *pardo* para a definição da categoria *negros*, assim como utilizado por integrantes do movimento negro e por diversas pesquisas (CERQUEIRA, 2012; CERQUEIRA, et al., 2017; SOARES & ANDRADE, 2017; SOARES, BATITUCCI, & RIBEIRO, 2007; WAISELFSZ, 2012).

Os dados confirmam o negro enquanto perfil da vítima de homicídio no Brasil. As taxas são altas, sempre acima da média brasileira. Porém, é sempre adequado que sejamos comedidos com qualquer afirmação sobre as questões raciais no Brasil, especialmente em relação aos homicídios. Elencamos algumas questões: os fatores sociais que levam uma pessoa a se atribuir uma ou outra cor e

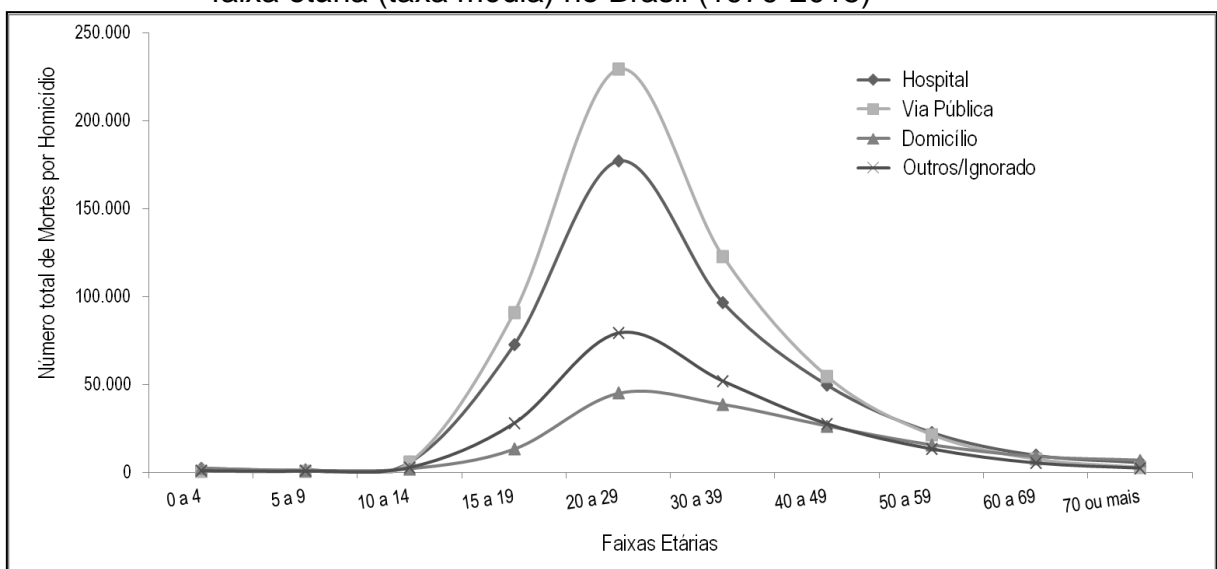
as razões pelas quais as pessoas mudam de uma graduação de tom de pele para outra ao longo da vida (MUNIZ, 2010); a arbitrariedade na dinâmica dos processos judiciais (ADORNO, 1995); a iniquidade de alguns profissionais da saúde e da segurança pública, responsáveis pelas notificações dos registros de homicídio (BORGES, et al., 2013; CERQUEIRA, 2012); e a armadilha do próprio discurso, visto que na dinâmica dos *Ciclos de Vingança* os negros seriam os maiores agressores.

1.2. FATORES AGREGADOS À VIOLÊNCIA HOMICÍDA

1.2.1. O Local das Mortes

O local de ocorrência de morte da vítima por violência homicida também confirma o padrão estabelecido pelos pesquisadores, a saber, a via pública. A análise combinatória entre as variáveis 'local de ocorrência' e 'faixa etária' sustentam o perfil padrão de vítimas na faixa de 15 a 39 anos, agravando-se com o grupo etário de 20 a 29 anos, independentemente do local de ocorrência do óbito. O local de ocorrência menos representativo é o domicílio. Como já tratado anteriormente, esse fato pode estar em grande medida relacionado aos homicídios de mulheres casadas, mas não se limita a tal. Segue o Gráfico VII com dados a esse respeito.

Gráfico VII – Número total de mortes por homicídio segundo local de ocorrência e faixa etária (taxa média) no Brasil (1979-2015)

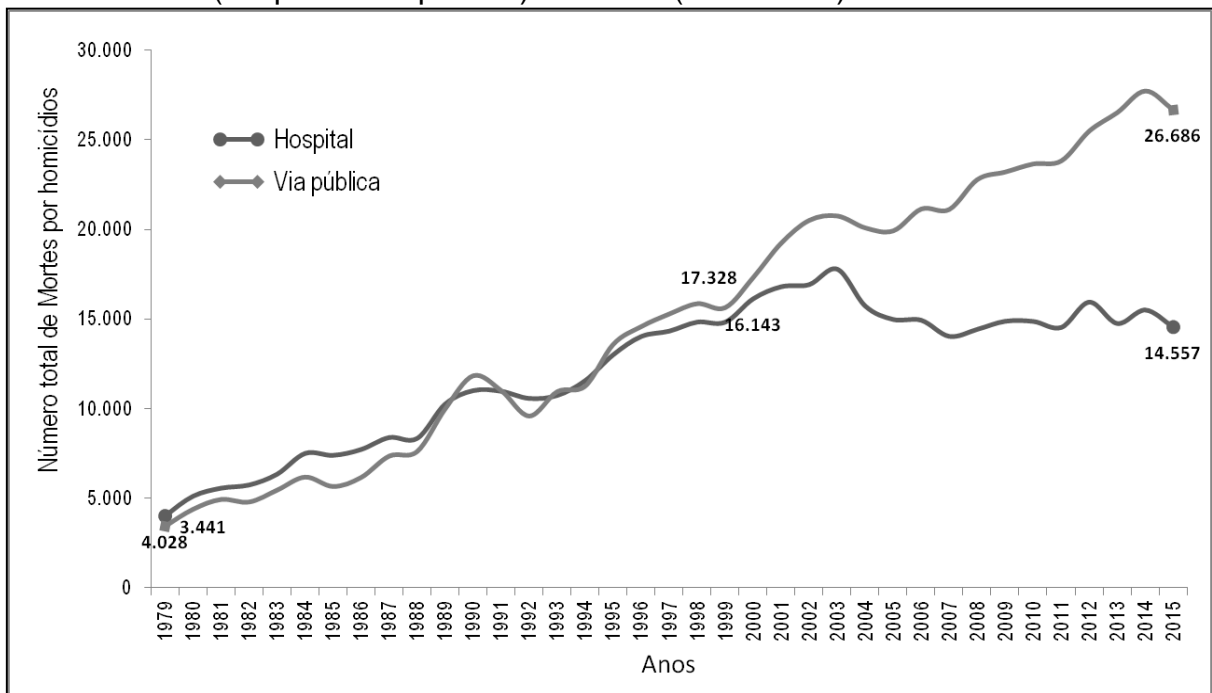


Fonte: SIM/MS; elaborado pelo autor.

Nota: As categorias "outro" e "ignorado" foram aglutinadas tanto nos registros do CID-IX quanto nos do CID-X. A partir do ano de 1998, o CID-X acrescentou outra categoria aos registros chamada de "outro estabelecimento de saúde"; unimos os dados desta categoria com a já existente, a categoria "hospital".

No caso dos locais mais representativos, via pública e hospital respectivamente, a dinâmica aparentemente se explica pelo grau de violência no desfecho do conflito somado ao instrumento utilizado para a realização do ato. Em caso de ocorrência de óbito em hospital, pressupõe-se que a vítima resistiu ao(s) ferimento(s) ou apresentava sinais, ainda que mínimos, de batimento cardíaco. A infraestrutura urbanística que potencializa o deslocamento de unidades de saúde móvel pode ser um dado importante a ser considerado nessa relação. Porém, de alguma forma, esse evento pode estar relacionado ao tipo de instrumento utilizado no desfecho do conflito. O Gráfico VIII apresenta uma relação curiosa a esse respeito.

Gráfico VIII – Número total de mortes por homicídio segundo local de ocorrência (hospital e via pública) no Brasil (1979-2015)



Fonte: SIM/MS; elaborado pelo autor.

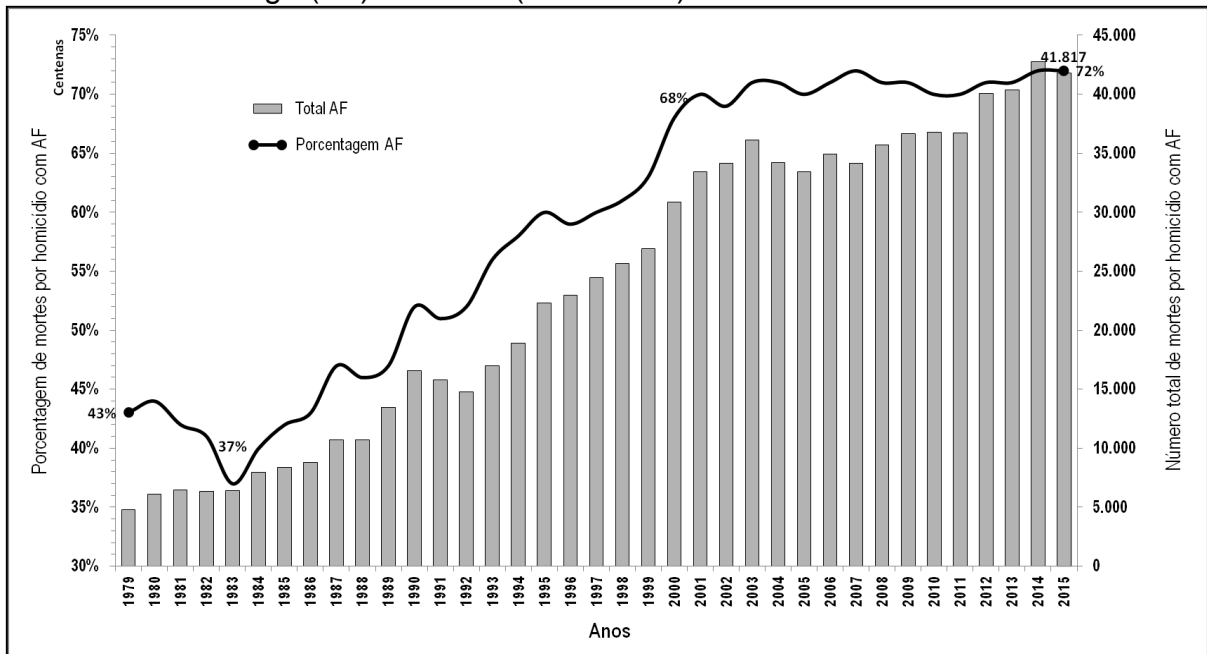
De 1979 a 2000, o número de mortes por homicídio em hospitais e em via pública se mantiveram próximos. A diferença percentual entre ambos os locais de ocorrência era, no ano 2000, de 7% favorável aos homicídios em via pública. Em 15 anos essa diferença saltou para 83%. Houve, então, estabilidade e leve queda no caso dos óbitos em hospitais e crescimento linear no caso dos óbitos em via pública. Insistimos que uma possível hipótese para tal evento é o grau de violência no desfecho do ato. Um fator que potencializa o aumento do grau de violência é o

acesso a armas de fogo de maior precisão letal, por exemplo, armas capazes de efetuar maior número de disparos (ZILLI & VARGAS, 2013).

1.2.2. As Armas de Fogo

A esse respeito, o Gráfico IX apresenta os registros quanto à evolução do instrumento arma de fogo em conflitos com desfecho homicida. No entanto, dependendo da análise, tal evolução se mostra relativa.

Gráfico IX – Evolução das mortes por homicídio com utilização do instrumento arma de fogo (AF) no Brasil (1979-2015)



Fonte: SIM/MS; elaborado pelo autor.

Nota: distribuição das categorias utilizadas na análise: CID-IX E960-E969 – Armas de fogo (E965 | 49%); Não identificado (E968 | 32%); Outros meios (E960-E969 com exceção dos já mencionados | 19%). CID-X X85-Y09 – Armas de fogo (X93; X94; X95 | 69%); Não identificado (Y09 | 7%); Outros meios (X85-Y08 com exceção dos já mencionados | 24%).

Em números absolutos, é evidente o crescimento linear das armas de fogo enquanto instrumento utilizado para o crime homicida. Analisando outros instrumentos que foram empregados em crime de homicídio, é possível afirmar que as armas de fogo obtiveram crescimento principalmente entre os anos de 1983 e 2000. Foi um crescimento considerável. Em 1983, constatou-se que as armas de fogo foram utilizadas em 37% dos homicídios, já no ano 2000, esse percentual subiu para 68% das ocorrências. Nos anos subsequentes, a taxa se manteve estável, chegando aos 72% no ano de 2015. Na prática, isso implica dizer que, no cenário

atual, a cada quatro homicídios registrados no Brasil, três resultaram do uso da arma de fogo como instrumento.

De modo geral, as informações atualizadas sobre o perfil social das vítimas de homicídio no Brasil corroboram a afirmativa dos pesquisadores supracitados. O que o perfil social das vítimas apresenta está para além de uma matemática do comportamento homicida. Pesquisas de orientação quantitativa realizadas a partir do cruzamento de variáveis como idade, gênero, estado civil, raça, renda per capita e escolaridade são capazes de apontar que o risco de vitimização por homicídio se concentra em um grupo populacional muito particular (SOARES, BATITUCCI, & RIBEIRO, 2007). No Brasil, os riscos da violência homicida não se distribuem aleatoriamente; ao invés disso, variam de mês para mês, aumentam nos fins de semana, feriados e eventos festivos, e até a hora da morte por homicídio está, no país, programada.

1.3. DO “PASSO DO VEADO” AO “RASTRO DE SANGUE”

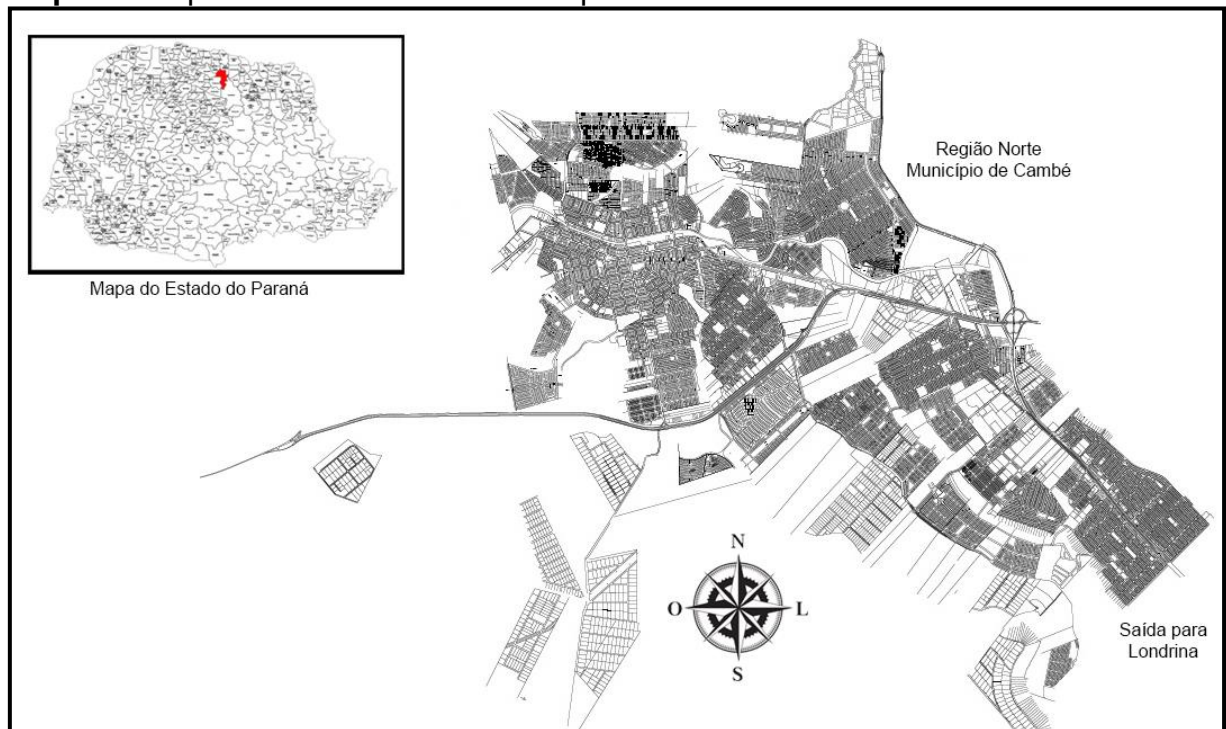
O processo de urbanização do município de Cambé/PR seguiu o rastro dos trilhos. As linhas férreas, sob o monopólio da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, cruzaram o norte paranaense a partir da década de 1920. Plantar uma metrópole nas imediações da travessia do Rio Tibaji foi ambição dos primeiros colonizadores do Setentrião paranaense, que assim o fizeram. O município de Londrina/PR foi o primeiro grande empreendimento da Paraná Plantation Ltd., cercado por diversos distritos. Dentre eles constava a chamada *Gleba do Ribeirão Cambé*, que teve seus primeiros lotes delimitados a partir do ano de 1930. A aquisição dos lotes se deu, predominantemente, por alemães, sobretudo aqueles oriundos da cidade de Dantzig; esse fato levou o patrimônio a alterar seu nome, em 1934, para *Nova Dantzig*. Na data de 09 de Janeiro de 1944, motivados pelo fim da Segunda Grande Guerra Mundial e um dito tipo de “preocupação nacionalista”, o Distrito de *Nova Dantzig* e outros três Distritos da região tiveram seus nomes alterados. Assim, *Nova Dantzig* se tornou *Cambé*. Na data de 11 de outubro de 1947 Cambé deixou de ser Distrito e passou a ostentar o status de município, impulsionado, predominantemente, pela economia cafeeira (GONZALES NETO, 1987; CORTEZ, 2012).

O nome *Cambé* é de origem Tupi-guarani e significa “o Passo do

Veado” (GONZALES NETO, 1987). Enfim, apesar de se municipalizar em 1947, o processo de urbanização dos bairros só veio a ocorrer anos depois. Na região norte, em particular, o Parque Residencial Ana Rosa (Ana Rosa) foi o primeiro a ser loteado, em 1976, 29 anos após o processo de municipalização de Cambé/PR (dados da Secretaria de Planejamento de Cambé – SEPLAN). Anos depois, foram loteados os terrenos do que viria a ser o Jardim Tupi (Tupi) e o Conjunto Habitacional Roberto Conceição (Cambé IV), em 1979 e 1983 respectivamente. Assim, Ana Rosa, Tupi e Cambé IV compõem os três principais bairros da região norte do município de Cambé/PR.

Segundo os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Cambé/PR conta com uma população estimada em 105 mil habitantes em 2018, fazendo parte da chamada Região Metropolitana de Londrina, cuja estimativa populacional é de 800 mil habitantes.

Mapa I – Mapa Administrativo do Município de Cambé/PR



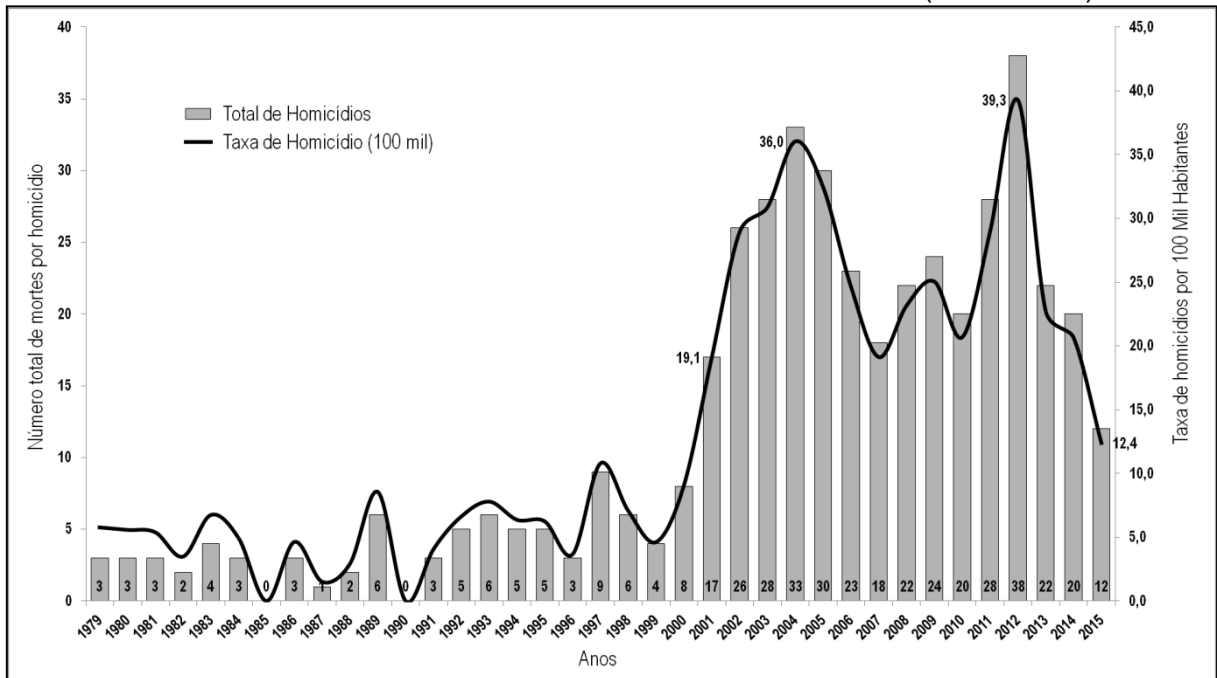
Fonte: Prefeitura do Município de Cambé (PMC, 2015)

1.3.1. NÚMEROS DA VIOLÊNCIA HOMICIDA EM CAMBÉ/PR

No que se refere aos dados acerca da violência homicida, Cambé/PR detém semelhanças e diferenças com os casos verificados em outras regiões do Brasil. Contudo, o levantamento de dados acerca dos homicídios nesse município se

faz necessário pela pouca produção acadêmica a esse respeito. Um dos raros estudos que contempla o tema da violência letal na cidade é o da pesquisadora Dagmar Lachner (2010). O referido estudo possui natureza quantitativa e objetivou identificar o padrão de ocorrência de agressões e de homicídios entre os anos de 2007 e 2008 com base em dados da polícia, pela perspectiva da saúde pública. Lachner (2010) utilizou como justificativa para seu estudo o fato de os dados nacionais revelarem que os índices do município, entre 2004-2006, são um dos maiores do país na questão da vitimização juvenil (WAISELFSZ, 2008).

Gráfico X – Taxa e Número Total de Homicídios em Cambé/PR (1979-2015)

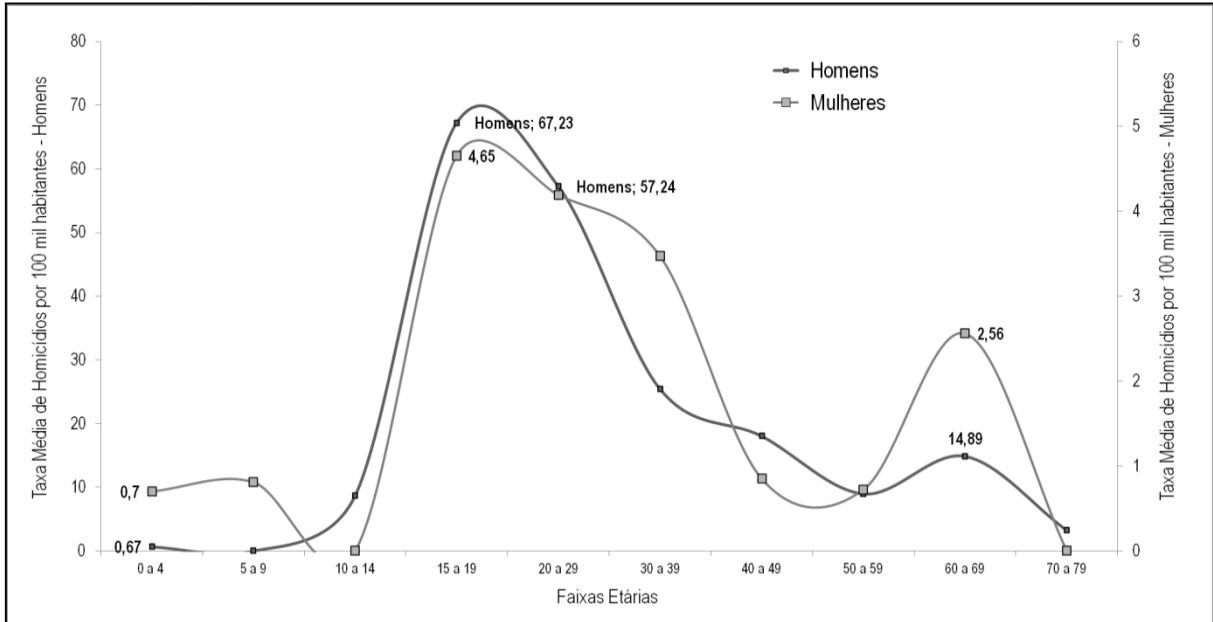


Fonte: SIM/MS, IBGE e IPARDES – elaborado pelo autor.

Diferentemente dos dados nacionais, que apresentaram um crescimento linear nos homicídios em números absolutos entre os anos de 1979 e 2015, o município de Cambé/PR apresentava uma taxa média abaixo de 6 homicídios por grupo de 100 mil habitantes até o ano de 2000. Como se pode ver no Gráfico X, a partir do ano de 2001, os homicídios sofreram um crescimento considerável em comparação com os anos anteriores. Mas esse crescimento não foi proporcional entre as faixas etárias e os gêneros. O Gráfico XI mostra que a taxa média de homicídios no município nos últimos 37 anos foi maior para homens com idade entre 15 e 29 anos, agravando-se para aqueles na faixa etária de 15 a 19 anos. Tal fato destoa do padrão nacional, que no mesmo período concentrou a taxa

média mais alta na faixa etária de 20 a 29 anos.

Gráfico XI – Taxa média de mortes por homicídio por 100 mil habitantes segundo gênero e idade em Cambé/PR (1979-2015 – em duas escalas)

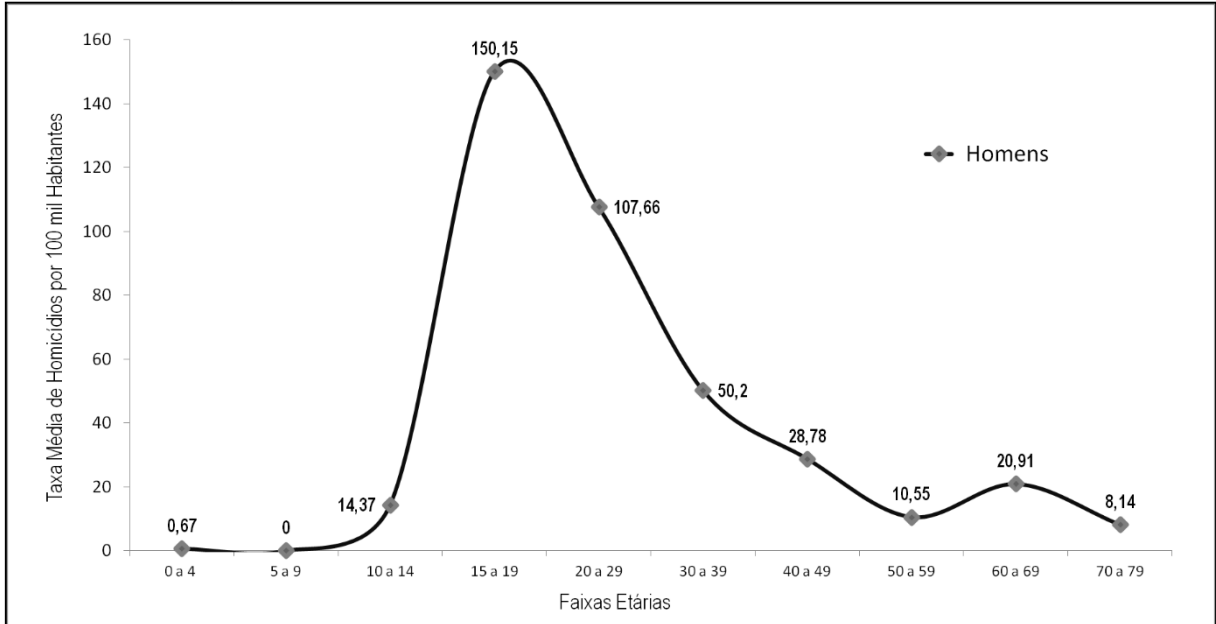


Fonte: SIM/MS, IBGE – elaborado pelo autor.

Cambé/PR destoa, também, dos dados nacionais no quesito homicídios de mulheres, concentrando as maiores taxas na faixa etária de 15 a 19 anos, mantendo a lógica masculina. No entanto, os padrões ficaram abaixo dos padrões brasileiros para ambos os gêneros. Existe uma semelhança curiosa entre os dados da cidade de Cambé/PR, do estado de Minas Gerais e do Brasil como um todo. Como apontou Soares e colaboradores (2007), verifica-se um crescimento repentino dos homicídios de idosos acima dos 59 anos. No caso de Cambé/PR, os casos se concentram na faixa etária de 60 a 69 anos.

Se analisarmos o fenômeno do homicídio em Cambé com base no agravamento da violência, teremos outra realidade a destacar. O Gráfico XII mostra que a taxa média de mortes por homicídio entre os anos de 2001 e 2015 se concentrou, com maior expressão, na faixa etária de 15 a 29 anos, agravando-se entre os jovens do gênero masculino na faixa etária de 15 a 19 anos. A taxa média é significativa: 150,15 por grupo de 100 mil habitantes. Para mensurar a gravidade desse dado, recortamos os anos cujo município apresentou as maiores taxas de homicídio entre os jovens de 15 a 19 anos do gênero masculino: 2005, com 261,97; 2008, com 219,83; e 2012, com 354,07 mortes por grupo de 100 mil habitantes.

Gráfico XII – Taxa média de mortes por homicídio por 100 mil habitantes segundo gênero masculino e idade em Cambé/PR (2001-2015)



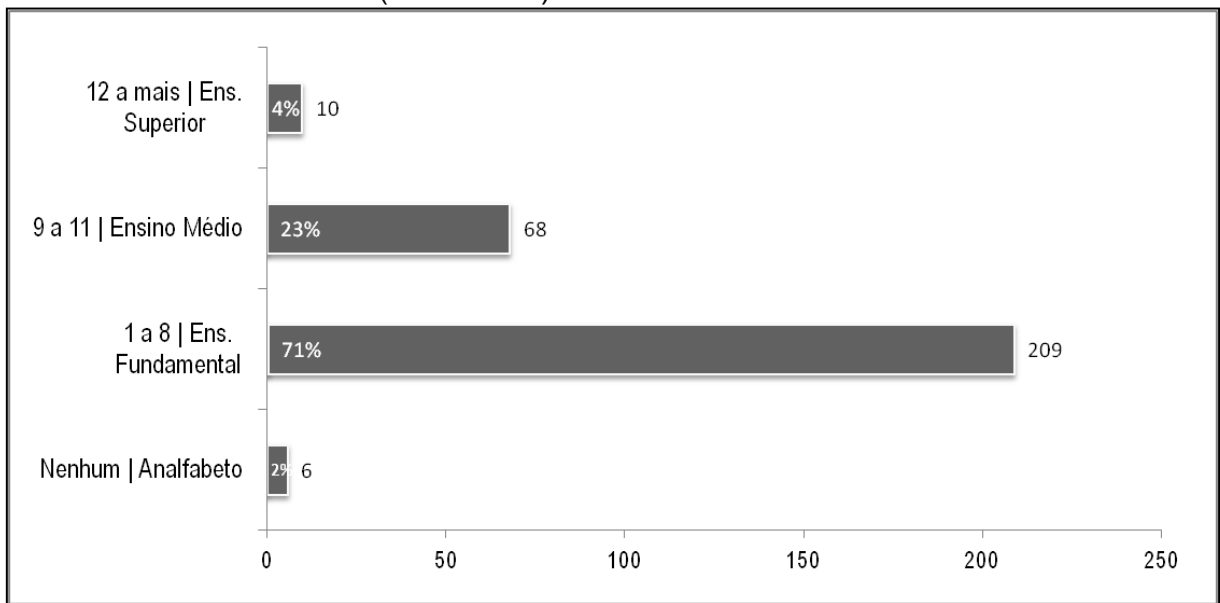
Fonte: SIM/MS, IBGE – elaborado pelo autor

Os dados do Gráfico XII delineiam o perfil padrão das vítimas de homicídio nesse município. Com base nisso, é possível identificar outras características ligadas a esse perfil, como o estado civil e o nível de escolaridade. Sobre o estado civil das vítimas de homicídio, os dados disponíveis no SIM/MS mostram maior concentração entre as vítimas solteiras. A análise é aparentemente óbvia, uma vez que os homicídios se concentram nas vítimas ditas jovens/adolescentes e jovens (até os 19 anos, nesse caso) do gênero masculino.

Contemplando os últimos 37 anos (1979-2015), os dados do SIM/MS revelam que os solteiros representaram 80% das vítimas de homicídio em Cambé. São porcentagens próximas às da variável escolaridade, seguindo a lógica do perfil social das vítimas. O Gráfico XIII mostra que, se somados os anos de escolaridade das vítimas de homicídios no município, 94% possuem ensino fundamental ou, no máximo, ensino médio incompleto. Os dados de Cambé/PR referentes aos últimos 37 anos são mais seguros do que os do Brasil colhidos no mesmo período; nestes, 64% do total dos homicídios possuía a rubrica “ignorado”. Para Cambé/PR, os “ignorados” representam 34%. Apropriando-se do debate apresentado por Rolim (2014) acerca do processo de *socialização escolar*, é possível afirmar que, no caso de Cambé/PR, a instituição escolar apresenta um diagnóstico de violência do

processo de socialização destes adolescentes e jovens. Se a escolaridade ou o tempo de estudo da população forem compreendidos como representações do nível de pobreza, as vítimas de homicídio no município não caracterizariam o status de miserabilidade, uma vez que o percentual de vítimas que ocupam o status de analfabeto dentre os dados disponíveis é de apenas 2%.

Gráfico XIII – Número total de mortes por homicídio segundo escolaridade em Cambé/PR (1979-2015)



Fonte: SIM/MS – elaborado pelo autor.

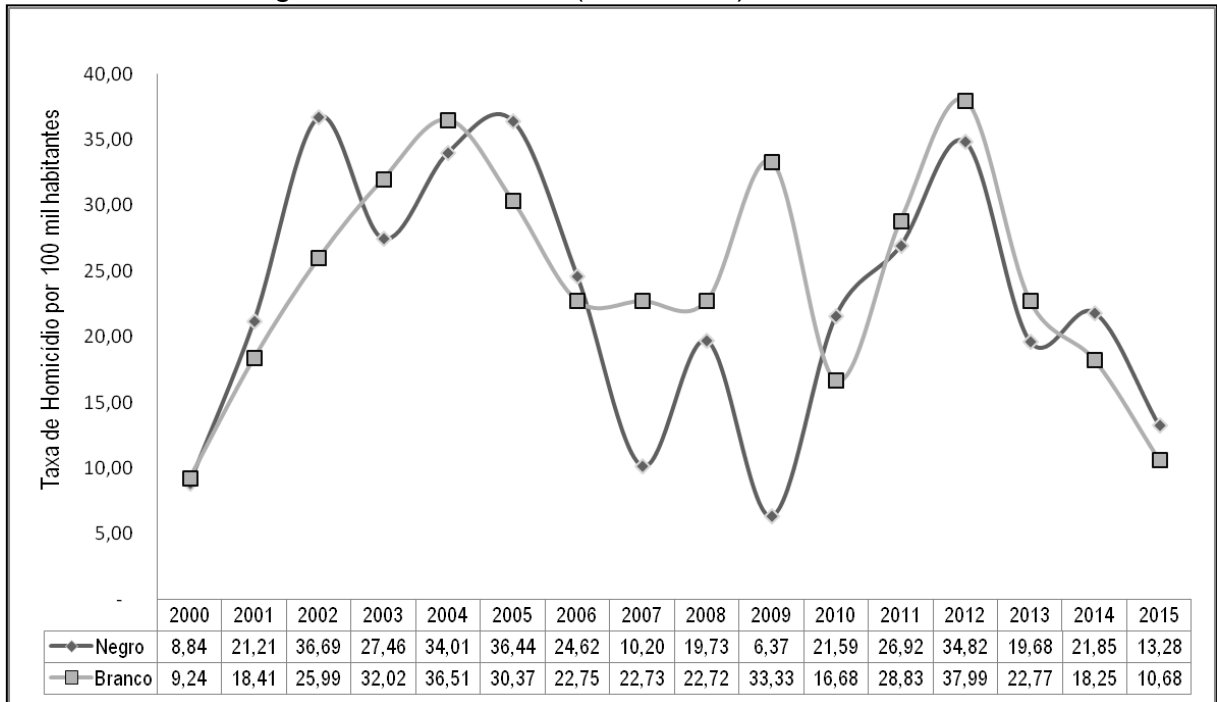
Nota: a categoria “ignorada”, cuja representatividade é 34% do total, foi retirada da análise.

Na perspectiva da dinâmica homicida, em que vítimas e agressores representam o mesmo grupo de indivíduos em suas relações interpessoais (ZALUAR, 1994; MANSO, 2005; SOARES, 2008; ROCHA, 2012; 2017; ZILLI, 2011; ZILLI & BEATO, 2015), ambos os casos recebem análises iguais, tanto de estado civil quanto de escolaridade. Já os dados acerca da cor ou raça das vítimas de homicídio em Cambé/PR apresentam peculiaridades se comparadas ao padrão nacional, ou mesmo ao padrão do Estado do Paraná. O estudo de Ferreira (2017), sob orientação quantitativa, apropriou-se dos dados disponíveis no SIM/MS entre o período de 2000-2015 e comparou os homicídios de vítimas categoricamente listadas enquanto brancas e enquanto negras⁴ no Brasil, no Estado do Paraná e no município de Cambé/PR. Se no Brasil como um todo o número de vítimas negras por homicídio supera em quase três as vítimas brancas, no Estado do Paraná estes

⁴ Somatório das categorias *preto* e *pardo*.

dados se invertem. Diante deste cenário, o município de Cambé/PR destoa tanto dos dados nacionais quanto dos dados paranaenses, possibilitando-nos afirmar que não há cor ou raça predominante no que diz respeito aos homicídios neste município. O gráfico XIV exhibe este padrão:

Gráfico XIV – Taxas de homicídio por 100 mil habitantes segundo cor/raça, brancos e negros, em Cambé/PR (2000-2015)

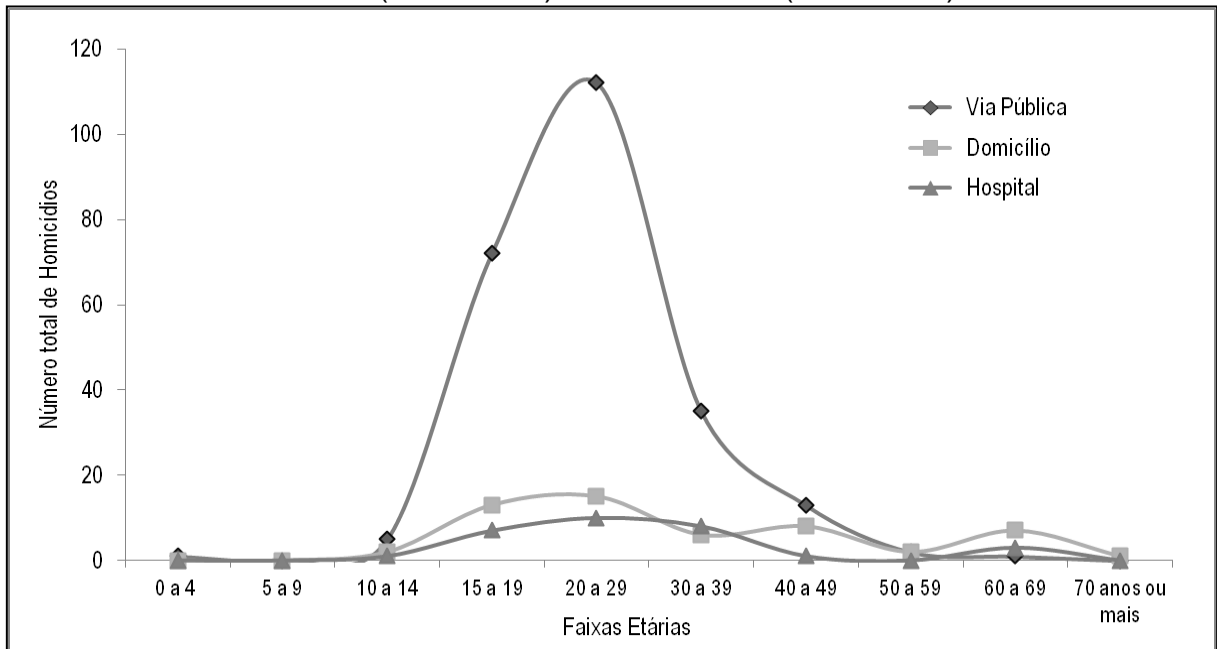


Fonte: elaborado a partir de (FERREIRA, 2017)

1.3.2. Fatores Agregados aos Homicídios em Cambé/PR

Constam, a seguir, no Gráfico XV, dados sobre o local de ocorrência do homicídio e, no Gráfico XVI, sobre o instrumento utilizado para cometer-se o homicídio. Nos dados do Gráfico XV, o período para análise foi entre 1996-2015, contemplando todos os anos disponíveis no SIM/MS a partir da implementação da Décima Revisão de Classificação Internacional de Doenças (CID-10). No caso do Gráfico XVI, utilizamos os dados a partir do agravamento da violência no município, de 2001-2015.

Gráfico XV – Número total de mortes por homicídio segundo local de ocorrência e faixa etária (taxa média) em Cambé/PR (1996-2015)

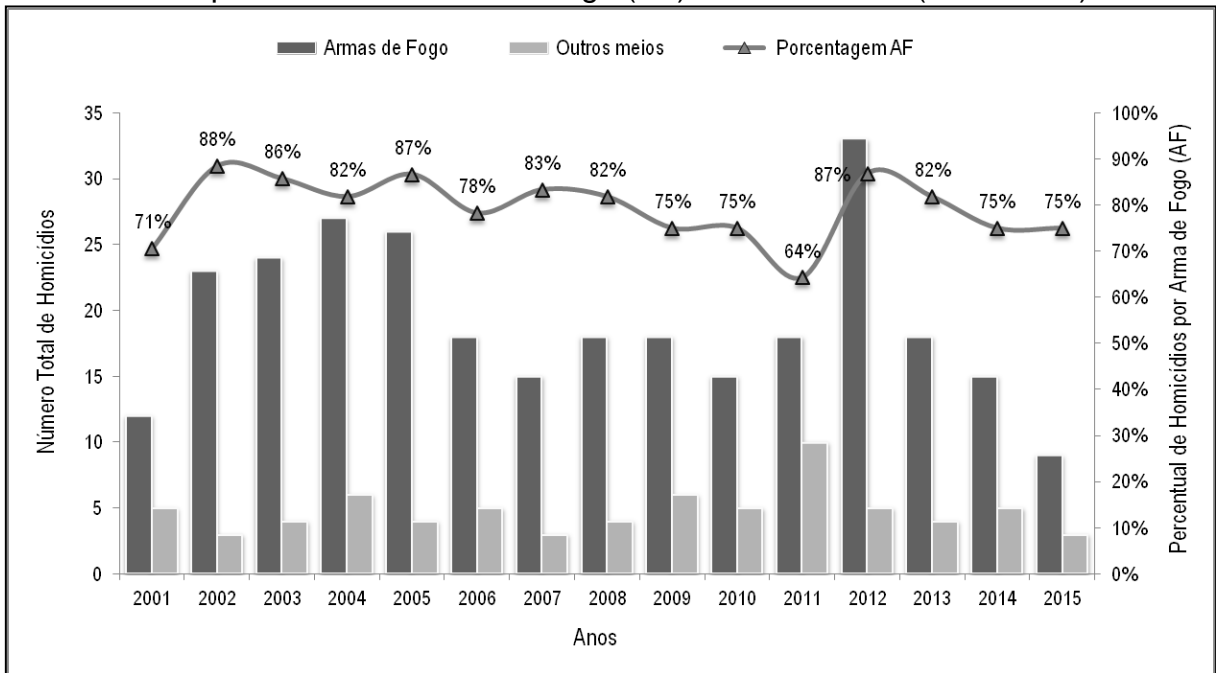


Fonte: SIM/MS CID-X – elaborado pelo autor

Nota: Foram retiradas da análise sobre local de ocorrência dos homicídios as categorias “ignorado” e “outro”, que representam 16% do Total.

A análise combinatória das variáveis *local de ocorrência* e *faixa etária* apresentada no Gráfico XV evidencia que os jovens de Cambé/PR vítimas de homicídio, em sua maioria esmagadora, são assassinados em via pública. Os locais de domicílio e hospital, como apresenta o gráfico acima, são menos representativos, sobretudo na faixa etária de risco. Um dado desta natureza pode implicar em uma dificuldade das unidades móveis de saúde se deslocarem para os locais onde o conflito ocorreu ou, ainda, pelo conflito se desenrolar em um fundo de vale, ou mesmo, em horários onde não há testemunhas presentes; assim, a vítima agoniza até o óbito. Mais provável, cremos, é a violência empregada no desfecho do ato homicida. Para sustentar essa hipótese recorreremos aos dados apresentados no Gráfico XVI, cuja finalidade é identificar os instrumentos utilizados para os crimes de homicídio no município de Cambé/PR, bem como, apresentar o percentual das armas de fogo para finalidade homicida.

Gráfico XVI – Número total de mortes por homicídio segundo instrumento utilizado e percentual de Arma de Fogo (AF) em Cambé/PR (2001-2015)



Fonte: SIM/MS CID-X – elaborado pelo autor.

Nota: CID-X X85-Y09 – Armas de fogo (X93; X94; X95); Outros Meios (X85-Y09 com exceção dos já mencionados).

A partir do agravamento dos homicídios o município registrou que a arma de fogo foi o instrumento predominantemente utilizado para o ato. Em média, de 2001 a 2015, 80% das vítimas foram assassinadas por intermédio de arma de fogo, isso implica dizer que quatro em cada cinco homicídios são por meio do instrumento arma de fogo, média superior à nacional. Os dados evidenciaram, no caso de Cambé/PR, um padrão relativamente próximo ao perfil padrão das vítimas de homicídio no Brasil. São, sobretudo, jovens do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 29 anos, solteiros, com baixa escolaridade, vitimados em via pública por intermédio do instrumento arma de fogo.

CAPÍTULO II

Contexto teórico

O capítulo anterior conduz à seguinte conclusão acerca do perfil social (ou sócio-demográfico) das vítimas de homicídio no município de Cambé/PR: são jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, do sexo/gênero masculino, solteiros, com ensino fundamental incompleto, mortos em via pública e cujo assassino (ou assassinos) fez uso de arma de fogo para cometer o crime. Enquanto justificativa empírica para o problema de pesquisa, o perfil social da vítima é demasiado importante. Foi possível identificar também que, a partir do ano de 2001, as taxas de homicídios em Cambé aumentaram significativamente em relação aos anos anteriores. Este estudo sustenta a hipótese de que os conflitos entre as bancas é fator determinante para esse aumento exponencial nas taxas. Deste modo, o presente capítulo faz um esforço para apresentar, enquanto contexto teórico, a produção bibliográfica sobre as chamadas “gangues”, sobretudo no tocante à exposição da literatura, nacional e internacional, atinente ao fenômeno de gangues, quadrilhas e facções.

2.1. TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA, GANGUES E CRIMINALIDADE

A elaboração do estado da arte em estudos sobre temas como o da violência e criminalidade em sociedades contemporâneas não é tarefa fácil. As várias teorias e abordagens existentes atribuem a esse tema um caráter multidisciplinar. Nesse quesito, no campo das ciências sociais, a sociologia e a criminologia se destacam; entretanto, outras disciplinas, como a antropologia e a psicologia, também podem oferecer contribuições importantes. Há ainda, na perspectiva biológica, os controversos estudos oriundos da genética, da psiquiatria e da neurologia, de modo que, da relação entre abordagens biológicas e sociais, surgem novas ciências e perspectivas teóricas que estabelecem diálogos multidisciplinares, como a sociobiologia. A multiplicidade de perspectivas coloca em evidência a complexidade dos fenômenos da violência⁵. Rolim (2014), em relação à criminologia, destaca que grande parte do estado da arte tende a partir da chamada

⁵ Abordamos no capítulo anterior à estreita relação entre violência (não legítima) e crime (Misse, 2006).

“Corrente Positiva do Direito Penal”, cuja referência é Cesare Lombroso. Na opinião do autor, o mais correto, instigante e produtivo seria partir da sociologia de Émile Durkheim.

Durkheim (1978), de forma pioneira, mostra que, historicamente, em todas as sociedades conhecidas, os fenômenos da violência e do crime sempre estiveram (e sempre estarão) presentes. Para o funcionalista francês, esse dado diz respeito à “normalidade” – fenômeno amplo que acompanha a agência humana – do funcionamento social, das condições típicas de saúde do tecido social, transgressões a normas e valores vigentes, tanto quanto, punição e repúdio por parte do coletivo social aos atores destes atos. Durkheim (1978) também foi pioneiro em observar que os atos de violência, simbólicos ou práticos, eram maiores em sociedades do passado. Essa observação se confirma em estudos subsequentes (ELIAS N. , 1994; PINKER, 2011).

As teorias que adotaram o viés funcionalista – tradição sociologia durkheimiana – influenciaram vários estudos acerca do assunto da violência e criminalidade (EUFRÁSIO, 2009). Dentre eles, ainda no começo do século 20, os estudos da chamada Escola de Chicago (ZALUAR, 1997). Segundo Zaluar (1997), os pesquisadores de Chicago inovaram na abordagem dos fenômenos urbanos ao produzirem pesquisas sistemáticas acerca das gangues existentes naquela cidade. Na Chicago dos anos 20, era possível observar territórios divididos e dominados por grupos de jovens de diferentes etnias – italianos, judeus, irlandeses, negros etc. –, o que, segundo essa perspectiva, foi decorrente, em grande medida dos processos migratório e imigratório, os quais forçaram a formação de zonas da cidades marcadas pela pobreza e pela decadência. As primeiras pesquisas do grupo de Chicago enfatizaram a associação entre desorganização social e violência, zonas de transição e criminalidade, violência urbana e juventude (EUFRÁSIO, 2009; ZALUAR, 1997; THRASHER, 1963).

2.1.1. As Gangues Norte-Americanas

Uma das referências clássicas dos estudos de Chicago é a obra *The Gang*, de Frederic Thrasher (1963), que destaca o processo de socialização de grupos juvenis delinquentes com a prática de crimes e a estreita relação desse fenômeno com processos de urbanização desordenada, deterioração

urbanística/ambiental, presença precária do estado, surgimento de dinâmicas de criminalidade violenta e conflitos territorializados ainda no final do século XIX (ZILLI, 2011; ROCHA, 2012). Tais grupos foram tratados pelo autor como gangues. A gangue, segundo Thrasher (1963), é um grupo que se forma espontaneamente, se integra por meio do conflito e tem comportamentos como: “encontros hostis, perambulações, deslocamentos em grupo, conflitos e planejamento”. O resultado é o “desenvolvimento da tradição, estrutura interna irrefletida, [...] moral, solidariedade, consciência de grupo, e o apego a um território local”.

De acordo com o autor, portanto, como já mencionado, o fenômeno da delinquência entre as gangues é explicado a partir de ao menos dois processos: território e imigração. Os membros das primeiras gangues, no final do século XIX, eram imigrantes europeus que buscavam melhores oportunidades de trabalho em Chicago. Essa imigração europeia não foi recebida de maneira afetuosa pelos nativos da cidade, pelo contrário; o choque cultural entre diversas nações e raças reunidas em um só território resultou em conflitos. A Chicago finissecular se tornou, então, um local hostil para os imigrantes vindos da Europa. O crescimento da população chicaguense se deu de forma lateral, aglutinando imigrantes em regiões denominadas “*the poverty belt*” (o cinturão da pobreza), cenário cujas gangues se proliferaram (TRASHER, 1963).

Por conseguinte, o processo de deslocamento de população de imigrantes para territórios marcados pela desorganização urbanística é tratado por Thrasher como um “*phenomenon of human ecology*” (fenômeno da ecologia humana); segundo ele (THRASHER, 1963, pp. 23, **tradução nossa**), “à medida que os melhores distritos residenciais retrocedem diante das invasões dos negócios e da indústria, a gangue se desenvolve como uma manifestação da fronteira econômica, moral e cultural que marca o interstício”⁶.

Já no início do século XX, entre 1920 e 1930, a dinâmica das gangues da cidade de Chicago é transformada por conta de uma nova leva de imigrantes que chegam para ocupar, predominantemente, a região central e industrial da cidade em busca de melhores trabalhos, a saber, os afro-americanos e os latinos. As décadas que se sucederam foram marcadas por um grande acirramento de conflitos violentos

⁶ “As better residential districts recede before the encroachments of business and industry, the gang develops as one manifestation of the economic, moral, and cultural frontier which marks the interstice”.

entre os grupos juvenis delinquentes localizados nas áreas mais pobres e deterioradas da referida cidade, sendo que, já na década de 50, observa-se o surgimento de gangues que fizeram história nos Estados Unidos da América (EUA) e permanecem até os dias de hoje, os *Conservatives Vice Lords*, os *Black Gangsters Disciples* e os *Latin Kings* (ZILLI, 2011, pp. 35-36).

Historicamente, as gangues norte-americanas surgem como um fenômeno ligado aos fluxos de migrações e ao deslocamento desses grupos para espaços urbanos marcados pelo desordenamento, o que resultou na disseminação da violência entre esses grupos juvenis delinquentes. O processo começa na passagem do século XVII para o XVIII, especificamente no Meio-Oeste e no Nordeste dos EUA, com a chegada de imigrantes – maiormente – alemães, britânicos e escandinavos. Já no trânsito do século XIX para o XX, no auge do processo de industrialização, o país receberia a segunda massa de imigrantes, composta, sobretudo, por irlandeses, poloneses e italianos. Na outra ponta, no Sul e no Oeste dos EUA, o processo migratório se deu no final do século XIX, principalmente com latinos – mexicanos, hondurenhos, porto-riquenhos – e afro-americanos, que migraram em grande quantidade para essas localidades após o fim do regime escravista nos estados do sul (ZILLI, 2011; HOWELL & MOORE, 2010).

A cidade de Chicago, situada no estado de Illinois, na Região Nordeste do país, acabou sendo impactada pelos dois processos migratórios. Primeiro, pela chegada dos imigrantes europeus e, depois, no início do século XX, dos latinos e afro-americanos. Nas metrópoles da Região Sul e Oeste, como Los Angeles e Califórnia, o processo de surgimento e de consolidação das gangues ficou restrita a afro-americanos e, em especial, a latinos (ZILLI, 2011). Os processos migratórios, segundo Howell e Moore (2010), fazem parte da hipótese mais adequada para a sustentação do argumento e do entendimento referentes ao fenômeno das gangues estadunidenses, pois leva em consideração processos históricos, políticos, sociais e culturais. De fato, as análises dos autores têm fundamentação, visto que o aparecimento e a consolidação dessas gangues variam no tempo e espaço.

A brilhante investigação de Herbert Asbury (2002), por exemplo, que resultou no clássico livro *The Gangs of New York* (1928), oferece detalhes do perfil das gangues e dos gangsters ainda do início do século XIX, enfatizando seu contexto urbano, os processos de sociabilidade e a segregação social de grupos de Nova York. Ainda que o autor procure se afastar de um “tratado de sociologia”,

conforme ele mesmo diz, a sua obra consiste em uma análise conjectural da dinâmica dos grupos novaiorquinos, permitindo que se trace paralelos com as gangues da década de 90, ligadas a uma dinâmica de violência, controle de território e controle do comércio varejista de drogas ilícitas (ZILLI, 2011; HOWELL & MOORE, 2010).

Em décadas mais recentes, o que se observa nas principais metrópoles da América do Norte é o aumento da violência entre as gangues por conta desses dois últimos fatores citados: disputas por territórios e pelo mercado varejista de drogas. Tem-se, por consequência, um aumento da repressão policial, o endurecimento das leis penais e o encarceramento em massa. Em termos analíticos, esse processo torna ainda mais complexo o fenômeno das gangues norte-americanas, pois a atuação dos grupos está direta ou indiretamente associada às chamadas *Street Gangs* e *Prison Gangs* (ZILLI, 2011; HOWELL & MOORE, 2010). Se o recorte for pelo número de integrantes das gangues e pela sua capacidade de atuar em diversos estados norte-americanos, são dez os grupos que se destacam entre as chamadas *Street Gangs*: as gangues compostas em grande parte por descendentes de latinos ou imigrantes do México e da América Central, como a *Mara Salvatrucha* (MS-13), a *18th Street* (M-18), e a *Almighty Latin Kings* (ALK); em maior número estão as gangues formadas por afro-americanos, como a *Black P. Stone Nation*, a *Gangster Disciples*, a *Bloods*, a *Crips* e a *Vice Lords Nation*; há, ainda, as gangues *Asian Boys* e *Tiny Rascal Gangsters*, formadas por asiáticos (ZILLI, 2011).

As gangues se estendem amplamente por estados e territórios dos EUA. Sejam latinos, afro-americanos ou asiáticos, os grupos adotam lógicas de atuação e de organização bastante semelhantes. Os grupos latinos, cujo número de integrantes é de aproximadamente 30 a 35 mil, atuam, acima de tudo, no mercado varejista de drogas (atacado e varejo) e em crimes de roubo de carro, homicídios, prostituição, imigração ilegal e contrabando de armas de fogo. Além disso, tanto MS-13, M-18 e ALK atuam diretamente com as *Prison Gangs* e com o narcotráfico, mantendo relações estreitas com os carteis mexicanos e carteis de países da América Central (ZILLI, 2011).

As gangues de afro-americanos, cuja representatividade é maior, tem peculiaridades no tocante ao espaço de atuação. *Bloods* e *Crips*, por exemplo, com aproximadamente 30 mil integrantes cada, atuam em grande parte do país em

atividades como tráfico de cocaína, maconha e heroína, roubos de carros, homicídios, extorsão e prostituição. *Gangsters Disciples* e *Vice Lord Nation*, por sua vez, ligam-se a crimes mais sofisticados, como lavagem de dinheiro e contrabando de armas de fogo. Cada um de seus aproximadamente 30 mil membros desempenham funções em redes bem estruturadas e cordenadas, de modo a manter o controle sobre quase todo o Meio Oeste dos EUA e viabilizar as suas atividades de contrabando de armas de fogo e de comércio varejista de heroína e de cocaína. Já a gangue de afro-americanos *Black P. Stone Nation* fica restrita à região metropolitana de Chigaco. Trata-se de uma das mais violentas, com largo envolvimento em assassinatos. Atua como uma espécie de coligação, mantida por grupos menores, mas com o poder centralizado em uma só liderança. Seus 7 mil associados operam, sobretudo, no comércio varejista de cocaína, maconha e metanfetamina (ZILLI, 2011).

As gangues de integrantes descendentes ou imigrantes de asiáticos estão localizadas predominantemente na Região Oeste dos EUA, precisamente no Sul do estado da Califórnia. A *Asian Boyz* conta com mais ou menos 2 mil integrantes e é formada, em maioria, por vietnamitas e cambojanos, enquanto a *Tiny Rascal Gangster* abarca cerca de 8 mil membros, e é composta por norte-americanos descendentes de asiáticos. Essas gangues têm como principal prática criminal a produção, o transporte e a venda de heroína em suas localidades.

Os dados aqui apresentadas sobre a organização, a estrutura e as atividades desenvolvidas por essas gangues foram tirados do estudos de Zilli (2011), que sistematizou informações publicadas na *National Gang Threat Assessment*, produzidas pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI), referentes ao ano de 2008. Transcorrida uma década, o cenário, aparentemente, não mudou. Avaliações recentes do FBI mostram que, por exemplo, das principais gangues envolvidas com *Cross-Border Crimes*, muitas continuam em atividade (FBI, 2015, p. 28).

Segundo o *National Gang Intelligence Center*, as principais atividades criminais desenvolvidas pelas *Street Gangs* e pelas *Prison Gangs*, em ordem de importância, são: vendas de drogas no varejo, transporte de drogas em larga escala, assaltos, roubos, furtos, proteção de remessa de drogas, tráfico humano, contrabando de estrangeiros, homicídios, prostituição e tráfico sexual infantil (FBI, 2015, p. 29). As *Prison Gangs* estão associadas a grande parte desses crimes, sendo os grupos latinos notadamente os principais, a saber: *Sureños*, *Barrio Azteca*

e *Mexican Mafia* (FBI, 2015). Além das duas primeiras já citadas, outras duas gangues latinas, *Norteños* e a *Aryan Brotherhood*, e a afro-americana *Black Guerrilla Family* representam as cinco principais e mais influentes *Prison Gangs* formadas no interior do sistema prisional norte-americano (HOWELL & MOORE, 2010).

A formação das *Prison Gangs* tem dinâmica bastante semelhante. Integrantes das *Street Gangs*, quando presos, vinculam-se aos grupos prisionais já existentes. No caso dos latinos, por exemplo, a união dentro do sistema prisional se deu como forma de resistência a atos de violência aplicados por brancos e afro-americanos ao grupo. Os vínculos estabelecidos entre as *Street Gangs* e as *Prison Gangs* fortalecem suas atividades criminais, seja fora ou dentro da prisão. É certo que grande parte das *Prison Gangs* atua em atividades criminosas extramuros. Vale destacar que os chamados brancos (*Aryan Brotherhood*) igualmente entram no quadro das *Prison Gangs*, participando de atividades criminosas, sobretudo com narcotraficantes mexicanos, no transporte de drogas em larga escala (ZILLI, 2011; HOWELL & MOORE, 2010).

Sobre as gangues norte-americanas, pode-se afirmar que o debate ultrapassa questões pura e simplesmente ligadas à degradação urbanística, ou ainda a um “fenômeno da ecologia humana”. O membro de gangue tem um perfil bastante específico: é jovem, na faixa etária de 15 a 24 anos, gênero masculino, latino ou afro-americano e residente de metrópole. segundo Zilli (2011, p. 45):

Ao longo dos últimos 15 anos, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos vem coletando e sistematizando registros de unidades policiais de todo o país, na tentativa de traçar um perfil médio dos membros de gangue em atuação nos EUA. Ainda que tais dados padeçam do inevitável viés de seletividade inerente a qualquer Sistema de Justiça Criminal, eles constituem um bom indicador de que, tanto nas prisões quanto nas ruas das grandes cidades dos Estados Unidos, o problema das gangues e grupos de jovens delinquentes possui relação íntima com a questão étnica e migratória.

2.1.2. Estruturas de Gangues

Para Sanches-Jankowski (1997), os estudos que caracterizam membros de gangues como “desviantes” estão equivocados. Segundo o autor tais estudos subestimam as relações entre as condições estruturais da sociedade e a das próprias gangues. Na abordagem teórica de Sanches-Jankowski (1991; 1997) as gangues são analisadas enquanto organizações, o que destoia do padrão

“desviante” abordado pela Escola de Chicago. A relação das gangues com atividades ilegais perde a centralidade ao passo que prioriza-se a base organizacional, a qual compõe, segundo o autor, níveis de complexidade que variam para além do tamanho (número de membros) das gangues. Ao analisar as bases organizacionais de uma gangue, devem-se considerar sua estrutura hierárquica, seus objetivos e o processo de tomada de decisões.

Sanches-Jankowski (1997) destaca que as pessoas que se filiam a uma gangue, em sua esmagadora maioria, não agem com o propósito de adquirir uma identidade nova e positiva. Ao contrário disso, filiar-se a uma gangue é uma tentativa de adquirir uma nova identidade econômica, uma identidade que o dinheiro pode comprar. O autor rejeita o discurso que membros de gangues são indivíduos “não muito inteligentes” e por tal motivo praticam atos “desviantes”. Na verdade, afirma Sanches-Jankowski (1997, p. 2), os integrantes de gangues “possuem muita inteligência e é justamente sua aptidão cognitiva para inventar negócios de risco e ludibriar as autoridades que tornam tão difícil destruir suas organizações”. Gangues são mais que grupos de indivíduos definidos por territórios ou atividades ilegais, são organizações, e como tal precisam ser entendidas como:

Um sistema social organizado que é ao mesmo tempo quase privado (isto é, não totalmente aberto ao público) e quase secreto (isto é, a maior parte das informações sobre suas atividades permanece restrita ao grupo), cujo tamanho e objetivos tornam indispensável que a interação social seja dirigida por uma estrutura de liderança com papéis bem definidos; em que a autoridade ligada a esses papéis é tão legitimada que os códigos sociais regulam tanto o comportamento dos líderes quanto o das bases; que planeja e provê não somente serviços econômicos e sociais para seus membros quanto sua própria manutenção como organização; que persegue esses objetivos a despeito da legalidade ou ilegalidade das atividades e que não tem uma burocracia (isto é, um pessoal administrativo hierarquicamente organizado e distinto da liderança) (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1991).

Segundo o autor, essa definição traz uma série de vantagens, permitindo uma abordagem de caráter sociológico, próprio de gangues. Compreende o estilo de organização peculiar desse tipo de conduta coletiva, grupal, e, concomitantemente, traz características sociológicas que diferenciam as gangues de outras formas de comportamento coletivo. Além de que, supera estereótipos que definem as gangues enquanto grupos “desviantes”, cuja análise privilegia as condutas ilegais. Para fins de seus objetivos estas organizações desconsideram o fato de suas atividades serem legais ou não; o principal fator adotado pelo grupo é a

estratégia de acumular recursos para suas atividades, independentemente de serem legais ou ilegais. Nesta situação, a violência está conectada às pessoas que integram as gangues, em decorrência das condições sociais dentro das quais estes grupos estão atuando (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1991; 1997).

2.2. DINÂMICAS DE RIVALIDADE E CICLOS DE VINGANÇA

É correto afirmar que, na maioria esmagadora dos casos, o homicídio é resultado de uma relação entre, no mínimo, dois indivíduos. Tende a variar por dois aspectos: motivação e/ou tempo de convívio entre as partes. Compreender essa relação sempre esteve na pauta da criminologia internacional. Silverman & Kennedy (1987), por exemplo, preocuparam-se em retomar estudos clássicos norte-americanos que, de algum modo, buscaram tipificar e desagregar categoricamente a relação entre agressor e vítimas de casos com desfecho homicida e, com isso, formular uma proposta denominada pelos autores de *relational distance*. Essa tipificação e desagregação do evento homicida permite, além de categorizá-lo, apontar os elementos que estão associados a eles. Segundo os autores: “como a *distância relacional* é tão importante na definição da situação do homicídio, também deve ser um poderoso preditor de elementos associados ao homicídio”⁷ (1987, p. 275, **tradução nossa**). A *relational distance* apresenta fundamentalmente quatro eixos: *relações amorosas*; *relações familiares*; *relações entre amigos e conhecidos*; e, por fim, *estranhos*. Os dois primeiros eixos possuem uma relação de proximidade entre agressor e vítima, o terceiro eixo, uma distância relativa, e o campo do *estranho* é o que apresenta maior distância entre as partes implicadas no conflito.

Além dos estudos de Silverman & Kennedy, outros autores provocaram esse debate empregando a mesma lógica: tipificar e desagregar a relação entre agressor e vítima no conflito com desfecho homicida. É sempre ousado sustentar, mediante categorias, um fenômeno complexo como o homicídio, que apresenta lógicas muitos particulares sobretudo nas relações entre as partes. O que as pesquisas apontam é a necessidade de esmiuçar, tanto quanto possível, cada categoria analítica.

Trazendo este debate para o Brasil, temos um “pano de fundo”

⁷ “Because relational distance is so important in defining the homicide situation, it should also be a powerful predictor of elements associated with homicide”.

montado: ele é composto, sobretudo por dinâmicas de rivalidade e ciclos de vingança. Há aspectos territorializados, atrativos para mercados ilícitos, e a circulação de arma de fogo predomina entre os grupos formados majoritariamente por jovens do gênero masculino. A literatura nacional sobre violência e criminalidade vem se dedicando a esse aspecto. Esse “pano de fundo” é, aparentemente, comum a diversas cidades brasileiras, porém, as circunstâncias locais possuem múltiplas dinâmicas que se distinguem umas das outras. Como observa Rocha (2017, p. 29), “cada um desses contextos possui características de rivalidades individuais e grupais específicas, mas estas podem ser definidas de maneira mais ampla como relações de *reciprocidade violenta*”.

Uma das referências para se pensar as relações de reciprocidade violenta no caso da cidade de São Paulo e da região metropolitana é a pesquisa de Manso (2005). O estudo buscou, por meio de entrevistas com jovens envolvidos em dinâmicas homicidas (por vezes em chacinas) mostrar as engrenagens da criminalidade, da violência e do movimento dos homicídios, como também as motivações das escolhas homicidas. Em suas análises de campo, Manso (2005) pôde observar as dinâmicas dos grupos juvenis. Rapazes do mesmo bairro tendem a se aliar uns aos outros, formando grupos para enfrentar outros grupos de bairros vizinhos cuja dinâmica de formação é a mesma. Esses grupos são chamados de “bancas”, “famílias” ou “gangues”. O estopim das rivalidades entre os grupos (assim como sua própria formação), na maioria dos casos, é o assassinato de amigos ou de parentes de membros de um dos bairros em conflito. O que produz ciclos de vingança que duram anos a fio. Para esses jovens, integrar-se a uma “banca” é se tornar parte de algo maior. Em contextos em que a violência cotidiana é marca registrada nas relações desses jovens, vincular-se a um grupo, a uma “família”, a uma “banca”, traz sensação de segurança. Na engrenagem dos *ciclos de vinganças*, segundo Manso (2005, p. 57), “todos no meio sabem que, se forem assassinados, sua morte será vingada, e o inimigo precisa estar disposto a assumir os riscos, caso queira comprar a briga”.

2.1.1. Alternâncias Legais e o Impacto nas Dinâmicas Criminais

Na sociedade brasileira, as políticas de segurança pública, no tocante à gestão de combate à criminalidade, abrangem, sobretudo, as esferas das

organizações policiais, do sistema de justiça criminal e do sistema prisional (SAPORI & ANDRADE, 2007). A questão da segurança pública, no Brasil, contempla as esferas municipal, estadual e federal. Ao governo estadual compete a responsabilidade sobre os órgãos do sistema de justiça criminal: polícia, ministério público, judiciário e administração prisional. Ao ente federativo compete as ações da polícia federal, o controle de armas de fogo, o controle das atividades de empresas ligadas à segurança privada e a elaboração de projetos de lei no âmbito criminal e penal. Na esfera municipal, compete às prefeituras zelar pela segurança do patrimônio público, mantendo em atividade as guardas municipais ou civis e contribuir, no que for possível, com a esfera estadual, em especial, oferecendo recursos financeiros para a manutenção básica das rondas policiais e disponibilizando imóveis públicos quando necessário. A dinâmica entre as esferas municipal, estadual e federal não é necessariamente engessada; eventualmente são apresentadas medidas federais legalmente estabelecidas que possam oportunizar o diálogo entre as esferas, especialmente no direcionamento de recursos financeiros (KAHN & ZANETIC, 2005; SAPORI & ANDRADE, 2007; 2013).

É a partir da década de 90 que o tema da criminalidade e da violência urbana recebe a devida atenção no debate político no Brasil. Todavia, seu caráter é necessariamente uma resposta política a um fenômeno que, tendo sido evidenciado pelas autoridades políticas mediante pesquisas de opinião pública, tornou-se fulcral para a população. Contudo, os resultados práticos obtidos pelos órgãos públicos acerca desse bem coletivo ao longo dos anos são marcados pela improvisação e pela falta de organização. Segundo Sapori & Andrade (2007, p. 201), “planejamento, monitoramento e avaliação de resultados não constituem procedimentos usuais nas ações de combate à criminalidade, seja no executivo federal, seja nos executivos estaduais”. O que para a população em geral reforça a sensação de insegurança e de impunidade.

Na questão dos homicídios, o baixo número de esclarecimento por parte dos órgãos que compõem o Sistema de Justiça Criminal é uma das causas da impunidade. A arbitrariedade das organizações policiais, as quais se utilizam de diversos critérios para estabelecer se um crime foi ou não esclarecido, torna essa tarefa um dado incerto. É mais exato definir o esclarecimento de um homicídio a partir da investigação que resultou em denúncia ao Ministério Público e que, por consequência, gerou um processo criminal para o agressor (COSTA, 2014; COSTA,

ZACKSESKI, & MACIEL, 2016).

Costa e colaboradores (2016), fundamentados em resultados de pesquisas no campo da sociocriminologia, apontam fatores que estão diretamente ligados aos esclarecimentos (ou não) de homicídios: crimes com vítimas de baixo status socioeconômico ou contra pessoas com passagens anteriores pela polícia tendem a ser menos elucidados do que aqueles cometidos contra pessoas consideradas respeitáveis; em bairros em que a população é negra ou de status socioeconômico baixo, a investigação policial tende a ser menos eficiente; as investigações tendem a ser mais rápidas e eficazes se as vítimas forem mulheres ou crianças, devido à proximidade entre agressor e vítima; no caso das vítimas serem idosas, as chances de elucidação do homicídio diminuem significativamente, por causa da distância entre agressor e vítima; homicídios cometidos em lugares em que há um número maior de testemunhas, como áreas públicas (ruas, praças) ou locais privados (bares e boates), têm maior probabilidade de elucidação; a utilização de arma de fogo como instrumento para o crime de homicídio dificulta a elucidação do caso, o que se deve, sobretudo, à necessidade de apreensão do instrumento para exames periciais; por sua vez, os homicídios cujos instrumentos exijam contatos físicos (facas, bastões, estrangulamento) são mais fáceis de elucidar por causa do exame de corpo de delito; a ação rápida e eficaz da polícia na obtenção de materiais e relatos acerca do homicídio têm impacto positivo na elucidação do crime – o contrário disso também é verdadeiro. Se correlacionarmos outros crimes, como estupros e latrocínios, cujo desfecho foi o homicídio, a distância entre agressor e vítima dificulta a elucidação do caso por parte da polícia (COSTA, 2014). Nos casos de homicídios envolvendo gangues e o tráfico de drogas, presentes em várias regiões do Brasil (MANSO, 2005; ZILLI, 2015; ZILLI & BEATO, 2015; ZILLI & VARGAS, 2013; ROCHA, 2012; 2017; SOARES, 2008), a elucidação é mais difícil visto que, segundo Costa (2014, p. 168), “a atuação das gangues e dos traficantes inibe a colaboração da população, exigindo maior esforço de investigação”. Além disso, nesses casos, é menos provável a prisão em flagrante dos agressores.

Os dados apresentados por Costa e colaboradores (2016) e Costa (2014) acerca do perfil de esclarecimento dos homicídios podem ser diretamente correlacionados com o perfil das vítimas do crime de homicídio apresentado anteriormente, assim como com a questão da impunidade. Porém, complementando, a seletividade da investigação policial (que prioriza casos e áreas de atuação), a

confiança da população no trabalho desempenhado pela polícia e a segurança que será ofertada a ela em caso de denúncia de crimes são fatores que dificultam a elucidação de crimes de homicídio e que, por conseguinte, inviabilizam a punição de agressores e a formulação de políticas públicas de segurança eficazes para a redução e elucidação dos homicídios (COSTA, ZACKSESKI, & MACIEL, 2016; ADORNO, 1995; LIMA, 2011; ROLIM, 2006; COSTA, 2014).

Mesmo com todo esse cenário nacional desfavorável para a questão da segurança pública, estados como Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo programaram políticas públicas de segurança com impacto significativo na redução dos homicídios. Saporì & Andrade (2007) destacam que, a partir do ano de 2003, aconteceram mudanças importantes nas ações federais de controle a criminalidade e a violência. Novas diretrizes foram implementadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública com o intuito de, além de estreitar a relação entre Federação e estados, capacitar as gestões estaduais de controle à criminalidade em termos de políticas públicas mais abrangentes, contemplando, sobretudo, os seguintes campos de ação: reforma do sistema policial, controle externo das polícias, prevenção da violência, controle do uso de armas de fogo, reforma no sistema prisional, reformas legais, combate à violência contra a mulher e outras minorias sociais e proposta de criação de um Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Apesar do avanço do Plano Nacional de Segurança Pública em reconhecer os problemas mais graves da área, na prática, com o passar dos anos, a Federação, no tocante aos recursos a serem destinados aos estados por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, reduziu o percentual de investimento orçamentário, tornando o que viria a ser um bom projeto de política pública de segurança em “somente uma boa ideia” (p. 209).

O estado de Minas Gerais, a partir do ano de 2003, instituiu uma política pública de segurança com base em um diagnóstico prévio, pautado na elaboração de planejamento, que incluía um projeto com diretrizes, objetivos e metas, superando a prática costumeira de intervenções na área de segurança que visam apenas o gerenciamento de crises. O destaque dado ao projeto mineiro se deve, grosso modo, às seguintes estratégias: a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social, que foi resultado da fusão da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Segurança Pública; essa articulação procurou romper as burocracias existentes nas polícias e as aproximou das ações administrativas do Governo Estadual. Tal medida integrou as polícias militar e civil,

melhorando a sua efetividade.

O novo arranjo institucional mineiro também buscou integrar as ações estaduais com os municípios e a Federação, em um projeto conjunto: investimento em projetos de prevenção à criminalidade e melhorias no sistema prisional. Isso tudo graças a um trabalho de investimento em Defesa Social, que implica uma gama de estratégias de controle da criminalidade (SAPORI & ANDRADE, 2007). O resultado desse novo arranjo institucional na política pública de segurança de Minas Gerais foi uma queda de 45% dos crimes violentos no estado e de aproximadamente 59% na capital Belo Horizonte até o ano de 2009 (CRUZ, et al., 2011). Resultados positivos como os de Minas Gerais apontam que, segundo Sapori & Andrade (2007, p. 226), o fator “gestão é uma variável decisiva na queda dos índices de criminalidade”.

No estado de Pernambuco, a elaboração do programa Pacto pela Vida, de 2007, é outro ótimo exemplo de medida governamental realizada mediante políticas públicas de segurança que trouxe resultados satisfatórios. Nesse caso, ainda que os objetivos fossem também reduzir a criminalidade e controlar a violência, o foco do programa foi a diminuição dos homicídios por meio de estratégias de repressão e de prevenção. O programa pernambucano tem semelhanças com o programa mineiro, dentre elas iniciar as ações a partir de um diagnóstico da violência no estado e programar um Plano Estadual de Segurança Pública.

Um Fórum Estadual de Segurança Pública, que contou com especialistas, acadêmicos, militantes da sociedade civil e gestores públicos federais, estaduais e municipais, iniciou debates a partir de áreas temáticas, como: violência contra a mulher, o idoso, a criança e o adolescente; política de drogas; prevenção; valorização dos profissionais da área de segurança etc. A partir desse conjunto de estratégias, o Pacto pela Vida organizou suas ações em seis principais linhas: repressão qualificada; aperfeiçoamento institucional; informação e gestão do conhecimento; formação e capacitação; prevenção social do crime e da violência; e gestão democrática. Os resultados foram satisfatórios: até o ano de 2013 o estado conseguiu uma redução de 39% nas taxas de homicídio e, na capital Recife, uma queda de 60% (RATTON, GALVÃO, & FERNANDEZ, 2014).

Outro caso significativo de articulação de políticas públicas de segurança e de redução emblemática das taxas de homicídio diz respeito ao estado de São Paulo. Partiu-se da hipótese de que parte dos homicídios ocorridos em São

Paulo não está relacionado diretamente com as práticas do “mundo do crime” – como tráfico de drogas, crime organizado e outros –, mas são resultados de conflitos interpessoais banais (OLIVEIRA, 2016; KAHN & ZANETIC, 2005). Então, o processo de retirada de armas de fogo de circulação, as quais estavam presentes em 88,6% das mortes registradas em autópsia, teve impacto significativo na redução do número de homicídios no estado. O estatuto do desarmamento, que entrou em vigor a partir do ano de 2003 em São Paulo, quebrou a série histórica de homicídios de crescimento linear desde 1980 até o ano de 2000. A *variável dummy* metodologicamente utilizada por Kahn & Zanetic (2005, p. 14) auxilia na compressão desse hiato entre os anos de 2000 a 2003, propondo que “uma alteração legal, quando se trata de avaliar um sistema social, pode ocorrer um pouco antes – devido à divulgação da mídia ou a testes – como pode ocorrer depois da data do jure”, o que é confirmado pelos estudos de Cerqueira & Mello (2012), em que os autores sustentam que as ações de desarmamento no município de São Paulo antecederam a aprovação legal do estatuto, pois já no ano de 2001 os órgãos de segurança pública ampliaram os esforços para a apreensão de armas de fogo.

Os dados apresentados por Kahn & Goertzel (2009) mostram que o caso exemplar da queda de homicídios em São Paulo, sobretudo na capital e região metropolitana do estado (RMSP), destoa de outras modalidades de crime, como sequestro, roubo, assalto, latrocínio etc. Para algumas modalidades de crime, outros debates seriam necessários, como a maior ou menor confiança no trabalho realizado pela polícia (ROLIM, 2006; KANH & GOERTZEL, 2009) e a relação entre roubo e assalto com desigualdade socioeconômica e desemprego (KANH & GOERTZEL, 2009; KAHN & ZANETIC, 2005). Porém, no caso dos homicídios em São Paulo, a possibilidade de uma relação direta entre a implementação do estatuto do desarmamento e a queda significativa dos homicídios se sustenta com base nos seguintes fatores: Disque Denúncia, crescimento do número de apreensão de armas de fogo pela polícia, queda do número de armas de fogo legalmente registradas que tenham sido perdidas ou furtadas, queda do número de internações hospitalares por ferimentos de arma de fogo, queda significativa nas estatísticas mensais de homicídios dolosos (KAHN & ZANETIC, 2005) e aumento significativo de encarceramento pelo crime de porte não autorizado de arma de fogo (KANH & GOERTZEL, 2009).

Pesquisas apontam que outros fatores podem explicar a queda dos

homicídios em São Paulo, tais como: maior participação social com o surgimento de ações organizadas coletivamente, que implica diretamente o aumento de pressão por parte da sociedade civil e sua articulação com o poder público para reverter o crescimento da violência e da criminalidade urbana; atuação das organizações não governamentais no desenvolvimento de programas que privilegiam a promoção do desenvolvimento social e a prevenção da violência, articuladas diretamente com a sociedade civil; atuação da gestão municipal, com ações preventivas, como recuperação de espaços públicos – praças, áreas de lazer e iluminação pública – e orientações preventivas que envolvam as escolas e o setor de saúde por meio das secretarias municipais; e o papel do crime organizado na consolidação de novos mecanismos de controle social. De fato, são várias as determinantes que sustentam a hipótese da redução dos homicídios em São Paulo, sejam elas macro/global ou micro/local (PERES, et al., 2011).

2.2.2. Novos Atores da Dinâmica Criminal

Dentre as hipóteses micro/locais, a questão do “crime organizado” e de seus mecanismos de controle nas periferias de São Paulo ganharam espaço nos debates públicos e acadêmicos após a publicação de pesquisas de orientação etnográfica (PERES, et al., 2011). Referência nesse quesito é Feltran (2008; 2010). O pesquisador observou em seu trabalho de campo que, nas periferias da capital e na RMSP, o “crime organizado” opera de forma a controlar a conduta dos moradores mediante um *Ordenamento Normativo* imposto pelos membros da “facção criminosa” hegemônica no estado de São Paulo, a qual é denominada Primeiro Comando da Capital (PCC). Os “irmãos” (termo local atribuído aos membros do PCC) arbitram os conflitos interpessoais locais, garantindo relativa “proteção” e “justiça” aos moradores. Essa “proteção” e “justiça” do PCC tem um custo social aos moradores das periferias, que são obrigados a não recorrer ao *Ordenamento Legal* (à polícia, sobretudo), sob a pena de exclusão da comunidade ou, no limite, a morte. Mas a troca, segundo Feltran (2010), é vantajosa para os moradores locais, visto que, sob o *Ordenamento Legal*, não há garantias de proteção ou de justiça.

A partir do final da década de 90 e início de 2000, o PCC – que surge nos presídios paulistas em agosto de 1993 após o evento, em 1992, conhecido como *massacre do Carandiru* – começa a sair do anonimato e passa a representar o

“novo” vilão da segurança pública em São Paulo. Não obstante, tornou-se tema de vários estudos acadêmicos desde então, tanto pelo impacto de suas ações dentro dos presídios paulistas quanto pelo controle social exercido nas periferias da capital e na RMSP (DIAS, 2011; ADORNO & DIAS, 2017; MANSO & DIAS, 2017; MANSO, 2012; PERES, et al., 2011; FELTRAN, 2010; 2008). O impacto do surgimento e da consolidação do PCC na dinâmica criminal da capital e da RMSP é tão representativo que pesquisas de orientação etnográfica sustentam que o controle social que a facção exerce nas periferias dessas localidades é a principal causa da queda dos homicídios em todo o estado.

Feltran (2010), durante a realização de pesquisas de campo em meados do ano de 2005, observou três perspectivas relatadas pelos moradores das periferias acerca da redução dos homicídios naquelas localidades. A primeira é a de que a morte dos indivíduos envolvidos nos ciclos de vingança locais se encerrou e com isso os conflitos terminaram, a qual é sustentada por estudos correlatos (Manso, 2005). A segunda perspectiva está associada às prisões dos indivíduos que outrora estavam envolvidos nos assassinatos locais. A perspectiva acerca do encarceramento massivo a partir do ano de 2000 é sustentada por diversos estudos (KAHN & ZANETIC, 2005; KANH & GOERTZEL, 2009; CERQUEIRA & MELLO, 2012), tendo ocorrido concomitantemente ao surgimento e fortalecimento do PCC (ADORNO & DIAS, 2017; DIAS, 2011; MANSO, 2012; MANSO & DIAS, 2017; FELTRAN, 2008). Já o terceiro ponto de vista, mais recorrente nos discursos, segundo Feltran (2010, pp. 69-70), é a afirmação, por parte dos moradores, de que, em “territórios onde o PCC está presente: a morte de alguém só se decide em sentença coletiva, legitimada por tribunais compostos por pessoas respeitadas do ‘comando’”. Nessa perspectiva, os homicídios, ocorridos como forma de resolução de conflitos privados, que se faziam presentes, sobretudo, nas relações entre jovens de gangues antagônicas das periferias da capital e na RMSP, agora são arbitrados por um “comando” único, com “leis” próprias e, de algum modo, “legitimada” pelos moradores, sejam eles pertencentes ou não ao “mundo do crime”.

Em meio a esse longo debate acerca da queda dos homicídios na capital e na RMSP, há o estudo de Manso (2012), em que o autor argumenta que o PCC não é a causa desse fenômeno, mas a consequência. O estudo destaca que o surgimento e a consolidação da facção PCC são resultados “das medidas e das omissões das políticas carcerária e penal do Estado que resultaram em

aprisionamento em larga escala” (MANSO, 2012, p. 38). Nesse cenário de desordem do mundo criminal, o PCC dá sua grande cartada quando aglutina esses atores da cena criminal com o melhoramento da vida nas prisões em São Paulo. Antes de expandir suas ações para fora dos presídios paulistas, de 1993 a 2003, o PCC passa por reformulações dentro de sua cúpula. Novas lideranças emergem e se consolidam. O período mais sangrento das disputas internas da facção é entre os anos de 2002 e 2003.

Entre 2005 e 2006, o PCC já mostrava estabilidade nas periferias da capital e na região metropolitana, atuando, sobretudo no comércio de drogas como estratégia de negócio (MANSO, 2012). Os primeiros sinais públicos do PCC enquanto um grave problema na área de segurança pública paulista ocorre no ano de 2001, no evento intitulado *megarrebelião*, quando 29 unidades prisionais do Estado de São Paulo se rebelaram simultaneamente; dias depois, ela se estendeu para outros Estados. O evento, nacionalmente conhecido como *ataques de maio de 2006*, mostra, mais uma vez, o poder hegemônico alcançado pelo PCC. No entanto, a extensão desta força está agora para além do interior do sistema carcerário paulista (DIAS, 2011; MANSO & DIAS, 2017). E é justamente a partir deste controle, para além dos muros prisionais, que, a partir do ano de 2006, o PCC se consolida no mercado varejista de venda de drogas com forte representatividade em várias regiões da capital e na RMSP. Neste contexto, segundo Manso (2012, p. 39), o declínio dos homicídios em São Paulo já vinha em ritmo acelerado, o que não justificaria o PCC enquanto “causa” da queda dos homicídios. No entanto, sua presença nas periferias paulistas é marca de uma “nova moral” de controle dos homicídios. Não são as lideranças da facção PCC que impõem, por sua vontade, mecanismos de controle nas periferias paulistas, mas os moradores, saturados da violência, que buscaram no PCC “um instrumento de controle [...] para ampliar as oportunidades de escolhas não violentas”.

O debate sobre qual ator deve levar o crédito acerca da queda dos homicídios em São Paulo extrapola o espaço acadêmico. Governo e facção, cada qual reivindica para si o feito. Se por um lado o Governo do estado de São Paulo nega, sob qualquer hipótese, o papel do PCC nesse processo, por outro não pode negar que a facção se consolidou, de forma a estar representada no Sistema Prisional de quase todos os estados brasileiros, atuando dentro e foras dos presídios. Atualmente, o PCC conta com aproximadamente 24 mil membros,

distribuídos em quase todo o território nacional (MANSO & DIAS, 2017). Em estados como o Mato Grosso do Sul e Paraná, o PCC é hegemônico. São estados estratégicos para a facção, pois, além de adjacentes ao estado de São Paulo, fazem fronteira com determinados países sul-americanos, como Bolívia e Paraguai, atores centrais na distribuição de drogas. Contudo, em outras fronteiras do Brasil, o PCC, não tem a mesma hegemonia, como também não exerce monopólio nos estados do Norte e Nordeste brasileiro.

A exemplo das facções do Sudeste, dezenas de outras facções surgem a partir do contraditório sistema penitenciário brasileiro e ampliam suas ações por conta do contato com lideranças das demais facções aglutinadas em presídios federais, espalhados por todo o território nacional, formando redes interestaduais e expandindo suas ações no mercado de drogas. As rotas internacionais do Norte e o crescente comércio do Nordeste dão o tom das disputas entre as facções nessas macrorregiões do Brasil (PAIVA, 2016; MANSO & DIAS, 2017), onde “a chegada da facção paulista [disputando os] mercados de droga em formação [...] produziu rivalidade e acirrada competição entre gangues locais, fazendo as taxas de violência crescerem rapidamente” (MANSO & DIAS, 2017, p. 19) dentro e fora do sistema carcerário.

CAPÍTULO III

Aspectos metodológicos

3.1. A RELAÇÃO PESQUISA/PESQUISADOR

Este estudo teve como ponto de partida um problema inicial: compreender a dinâmica dos homicídios na Região Norte do município de Cambé/PR. Na data de formulação desse problema, a pesquisa ainda se encontrava em modo embrionário. Os dados coletados qualitativamente, o contato com a literatura especializada e alguns eventos ocorridos no decorrer do processo foram, progressivamente, suscitando reformulações na problemática central e influenciando na escolha do recorte do objeto. De antemão, é importante esclarecer alguns pontos acerca da relação entre pesquisa e pesquisador, pois, de algum modo, o problema, as hipóteses formuladas e a metodologia aplicada possuem alguma ligação com esse dado. Norbert Elias (1997, p. 15), na introdução da obra *Os Alemães*, destaca o seguinte:

O quadro de eventos elaborado por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com a imparcialidade e o distanciamento de um pesquisador. É como uma máquina fotográfica, que pode ser focalizada em função de diferentes distâncias – *close up*, plano médio e grande distância. Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou os eventos que está estudando.

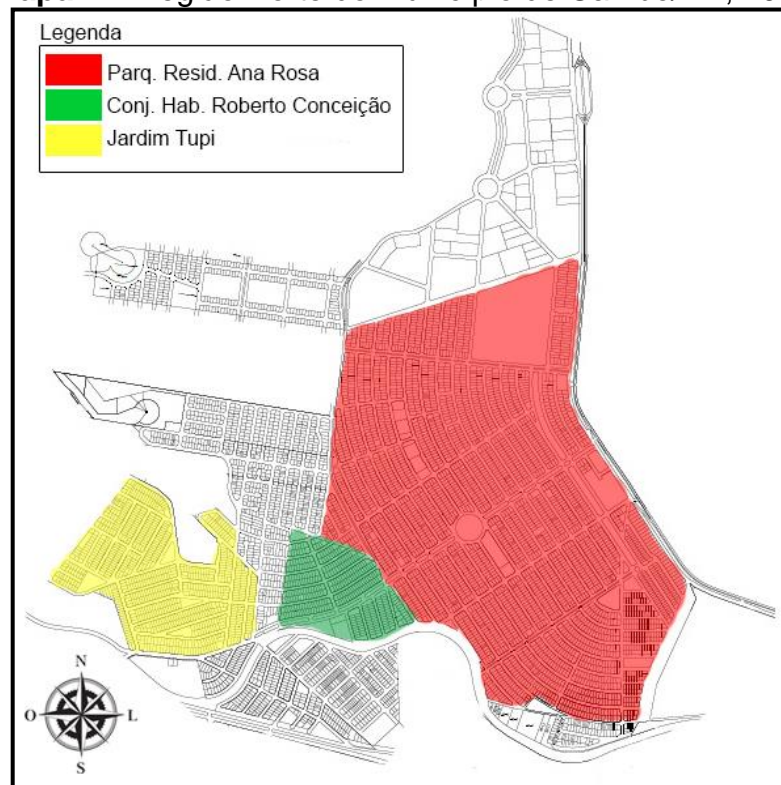
Eric Dunning e Stephen Mennell (In: ELIAS, 1997), responsáveis por prefaciar a edição inglesa do livro supracitado, destacam que “Elias esperou cerca de dezessete anos após o fim da II Guerra Mundial para começar a escrever a respeito do genocídio e do colapso da civilização alemã sob o regime nazista”. Esse “bloqueio” na escrita de Elias, segundo os autores, liga-se ao fato de sua mãe ter sido assassinada em uma das câmaras de gás de Auschwitz. Considerando isso, não há dúvidas de que escrever *Os Alemães* foi um grande desafio para Elias. Enquanto vítima da barbárie, o genocídio foi parte de sua biografia, o que lhe capacitou para discorrer com tanta perspicácia sobre a história do povo alemão.

Não se pretende, aqui, igualar-se a Elias, tampouco equiparar esta pesquisa àquela; o que se busca é mostrar que há semelhanças entre elas, por menores que sejam. Sempre foi um grande desafio desvincular pesquisa de

pesquisador neste processo. Por toda a etapa de construção do problema de pesquisa, do recorte do objeto e, sobretudo, de aplicação do método, essa relação foi, de certa maneira, preocupante. Em um determinado momento, chegou-se à conclusão de que é impossível romper esse elo e, após aceito esse fato, a pesquisa começou a adquirir outra roupagem. O que outrora fora um problema angustiante, a partir de então passara a significar um longo período de trabalho em campo. O fato de o observador dispor de uma posição, pode-se dizer, privilegiada em relação aos eventos facilitou muito a aproximação dos atores que deles participaram, direta ou indiretamente, e a obtenção dos consentimentos para as entrevistas, como também simplificou a reconstrução cronológica dos conflitos. Elias, ainda que de forma trágica, foi observador participante do holocausto. Em menor escala, a relação entre o pesquisador e a pesquisa assume, neste caso, o mesmo caráter. Isto posto, é necessário seguir para a descrição do contexto em que o trabalho foi desenvolvido.

Esta pesquisa foi desenvolvida na Região Norte do município de Cambé/PR, mais precisamente nos três principais bairros que a compõem: o Parque Residencial Ana Rosa (Ana Rosa); o Conjunto Habitacional Roberto Conceição (Cambé IV); e o Jardim Tupi (Tupi). No Mapa II, vê-se a localização geográfica desses bairros.

Mapa II – Região Norte do Município de Cambé/PR, 2015



Fonte: Prefeitura Municipal de Cambé (PMC, 2015); (re) elaborado pelo Autor.

O bairro Ana Rosa é o maior em extensão territorial, como é, também, o mais familiar ao pesquisador. Sendo ele morador desse bairro desde a década de 80, pôde presenciar o movimento de transição de um modo específico de organização entre jovens, verificado no final da década 90, para um modelo de associação em grupos a partir do ano 2000, as chamadas “bancas” (ou “ternos”). Entre 2001 e 2008, predominou a organização de jovens nesse modelo grupal. O enfoque da pesquisa está nesse período, portanto. Como introdução e contextualização à época de recorte (2001-2008), serão apresentados, primeiramente, os homicídios mais emblemáticos que antecederam o ano de 2001, cujos envolvidos tinham o status de líderes na comunidade. No entanto, tratava-se de uma liderança não necessariamente criminosa. O termo local usado para designar essas pessoas era “considerado”, definindo jovens com predisposição para matar e que logravam êxito nos conflitos locais, na maioria dos casos resolvidos “na mão”. Era uma geração que não formava grupos, apesar dos diversos interesses em comum, como futebol, dança, música etc.

A partir de 2001, o formato de organização passa a ser outro. Jovens começam a compor grupos de aproximadamente trinta membros com interesses análogos. Tais grupos, conhecidos localmente por bancas, apresentam múltiplas características. Internamente às bancas, os membros são identificados pelas várias atividades que desenvolvem. É certo que os que estão envolvidos diretamente com tráfico de drogas, assaltos, roubos, receptações, latrocínios, homicídios, entre outros, não somam a maioria dos membros, apesar de haver uma linha tênue entre “estar envolvido” e “ser de boa”.

É, então, em meio a esse cenário, com jovens se organizando em grupos, que os conflitos se iniciam e se intensificam. Em 2001, acontecem os primeiros confrontos entre membros de bancas com resultados fatais. Entre os anos de 2003 e 2006, a conjuntura é completamente outra, similar àquela que Manso (2005) identificou em seus estudos nas periferias de São Paulo, onde grupos de jovens que compartilham dos mesmos problemas e inimigos se unem para enfrentar seus rivais. Nesse tempo, os conflitos se tornaram mais frequentes e os homicídios aumentaram com relativa significância, aumento este que não se deu unicamente devido às divergências entre bancas surgidas entre 2003 e 2006, mas por conta de seus resultados. Entre 2008 e 2012, sobretudo, antigos líderes de bancas

começaram a engendrar quadrilhas, as quais representam um novo modo de associação.

3.2. A ELABORAÇÃO CRONOLÓGICA DOS HOMICÍDIOS

Buscando na memória, ainda que dúbia, o pesquisador pôde chegar ao número de quarenta e cinco homicídios, os quais ocorreram ou foram consequência de conflitos originados na Região Norte de Cambé/PR. Porém, para dar legitimidade aos homicídios por meio de algum registro oficial, optou-se por duas vias: inquérito policial e/ou material jornalístico. Com os quarenta e cinco registros de homicídios em mãos (grande parte de materiais jornalísticos), o passo seguinte foi dar início às entrevistas, de modo que se pudesse – em ordem cronológica – atualizar os registros dos eventos tendo por guia a fala dos interlocutores.

As primeiras entrevistas ocorrem com dois ex-companheiros de banca. Estas foram de caráter semiestruturadas, para que se conseguisse extrair do interlocutor o máximo de informação e detalhes possível sobre cada homicídio que se tinha conhecimento. As entrevistas duraram, em média, duas horas e trinta minutos. Surpreendentemente, ao final das duas primeiras entrevistas, o número de homicídios subiu para setenta e sete. Foi necessário, então, voltar a campo e se certificar da validade do restante dos homicídios. Nessa segunda ida, além de materiais jornalísticos, buscou-se dados mais precisos na delegacia pública do município. Estando de posse de todos os registros, o processo foi feito com outros quatro interlocutores.

Os interlocutores narraram a maior parte dos eventos (conflitos com morte) de forma semelhante aos relatos já obtidos, o que confere, pode-se dizer, credibilidade às informações. Não satisfeito, o pesquisador optou por colher informações junto aos familiares das vítimas (na maioria irmãos ou primos, que também eram membros de bancas). Alguns, além de vítimas, eram também agressores. Ao reunir todo o material de campo – entrevistas, notas, conteúdos jornalísticos e inquéritos policiais – foi possível ordenar, cronologicamente, os homicídios ocorridos na Região Norte de Cambé/PR.

Este estudo assume a proposta etnográfica, em seu sentido clássico, com rigor e esmero (PEIRANO, 1994). O fazer etnográfico aparece em diversas pesquisas que buscaram, por meio de um conhecimento popular (nativo),

compreender processos de socialização a partir da análise de valores, normas e padrões passados de geração a geração. No campo de estudo aqui em questão, por exemplo, nota-se que a tradição é mantida desde estudos mais antigos (ZALUAR, 1985) até os mais atuais (FELTRAN, 2008; HIRATA, 2010). Neste trabalho, o fazer etnográfico possibilitou sistematizar as informações de modo que pudessem ser apresentadas em uma tabela:

Tabela I – Cronologia dos homicídios, segundo agressor e vítima, na região norte do município de Cambé/PR (1991-2016)

PERÍODO 1991-2001				PERÍODO 2001-2006				PERÍODO 2008-2016			
Nº	DATA	AGRESSOR	VÍTIMA	Nº	DATA	AGRESSOR	VÍTIMA	Nº	DATA	AGRESSOR	VÍTIMA
1	03/02/1991	Cezinha	Tiaquinho	15	03/06/2001	Dentinho	Digo	50	14/03/2008	Dougão	Mania
2	01/04/1993	Jairzão	Aranha	16	03/07/2001	Samuca	Mendes	51	12/04/2008	Lipinho	Ferrugem
3	08/05/1994	Baianinho	Jairzão	17	16/10/2001	Vespinha	Birrola	52	01/11/2008	Dougão	Joninho
4	22/04/1995	Polaco	Pezão	18	14/11/2001	Chapa Coco	Ederson	53	07/11/2008	Dougão	Lipinho
5	13/07/1995	Teozinho	Milo	19	24/03/2002	Perneta	Alexzinho	54	11/11/2008	PCC	Dougão
6	15/10/1995	Cabeça	Teozinho	20	02/05/2002	2Pac	Tio	55	18/03/2009	Valdinho	Laide
7	02/03/1997	Cham	Walmirzão	21	29/06/2002	Bala	Capetinha	56	20/03/2009	Ratinho	Chiqueti
8	07/04/1997	Nenê	Marcinho	22	30/08/2002	Zulu	Bala	57	27/12/2010	Cara Larga	Chepa
9	19/12/1998	Cabeça	Bonito	23	10/09/2002	Bi do Cavalo	Nei	58	07/06/2011	Fidelcio	Jeffi
10	14/02/1999	Preto	Laine	24	12/11/2002	Carandiru	Bi do Cavalo	59	17/02/2012	Coelho	Bola
11	23/10/1999	PM Bianqui	Sr. Mané	25	30/11/2002	Marcelinho	Xande	60	21/02/2012	Indinho	Igor
12	15/02/2000	Rapadura	Serginho	26	15/02/2003	Neginho	Ginho	61	21/02/2012	Indinho	Marcelo
13	28/02/2000	Pardim	Zandona	27	23/02/2003	Marcelinho	Adilsinho	62	26/05/2012	Coelho	Cafetão
14	24/05/2001	?	Pardim	28	27/02/2003	Agnaidinho	Dinho	63	01/07/2012	Ciganinho	Rafa
				29	20/05/2003	Marcelinho	Neginho	64	01/07/2012	Ciganinho	Anderson
				30	01/10/2003	Vanpirinho	Bocão	65	10/08/2012	PM	Joninho
				31	20/10/2003	Coelho	Neno	66	10/08/2012	PM	Alissinho
				32	09/12/2003	?	Rogerzinho	67	10/08/2012	PM	Pablo
				33	21/12/2003	Branco	Skatista	68	02/11/2012	Ciganinho	Marcelo
				34	30/01/2004	Caçula	Costelinha	69	02/11/2012	Coelho	Juninho
				35	18/02/2004	Ex-marido	Jussara	70	02/11/2012	PM	Zoinho
				36	13/09/2004	Zoinho	Vermelhinho	71	02/11/2012	PM	Edu
				37	25/09/2004	Rebelião	Japa Preto	72	02/11/2012	PM	Jhonny
				38	18/11/2004	Nitão	Marcelinho	73	03/08/2013	?	Vampirinho
				39	18/11/2004	Nitão	Tio	74	01/12/2013	PM	Barata
				40	23/12/2004	Monstrinho	Nessinha	75	11/01/2014	Afonsinho	Mauri
				41	02/05/2005	Andinho	Nandes	76	25/04/2016	PCC	Dihh
				42	04/05/2005	Andinho	Dada	77	11/08/2016	PCC	Claudião
				43	08/05/2005	Andinho	Chicão				
				44	13/05/2005	Valdinho	Betinho				
				45	14/10/2005	Monstrinho	Nitinha				
				46	13/06/2006	Noinha	Branco				
				47	28/08/2006	Magrelo	Carroceiro				
				48	12/09/2006	Beringela	Noinha				
				49	15/10/2006	Ciganinho	Esposa				

Fonte: análise de campo, entrevistas, materiais Jornalísticos e Registros de Ocorrências

3.3. JOGOS DE ALTERIDADE

Nos intensos debates sobre a sua validade metodológica, a etnografia vem, com certa frequência, buscando reafirmar a sua cientificidade no tempo e espaço (PEIRANO, 1994). O debate é complexo. Aqui, a proposta metodológica teve ainda outro desafio, que foi desvincular o pesquisador/nativo do próprio método. Tarefa difícil, visto que, é próprio da tradição antropológica o distanciamento entre o etnógrafo e o outro – o nativo, o objeto de estudo. Parte dessa preocupação foi de

alguma maneira aliviada após o contato com estudos que mostram que é possível, sim, um nativo pesquisar, de modo etnográfico, o contexto que busca compreender (ainda que seja o seu contexto). Quanto a isso, destaca-se a pesquisa do cientista social de origem indiana Satish Saberwal (1982), o qual, por ser nativo (dominando, assim, a cultura pesquisada), classifica o “fazer etnográfico” como *soft experience*. Neste caso, em se tratando de uma pesquisa sobre homicídios, não se pode exatamente dizer que a experiência foi *soft*. Considerações subjetivas à parte, no que se refere ao debate sobre a validade do saber, é bastante pertinente à posição sustentada por Peirano (1994, p. 219):

Novas análises e reanálises virão para comprovar a fecundidade teórica do trabalho etnográfico. Elas certamente irão reforçar a convicção central dos antropólogos: a de que a prática etnográfica — artesanal, microscópica e detalhista — traduz, como poucas outras, o reconhecimento do aspecto temporal das explicações. Longe de representar a fraqueza da antropologia, portanto, a etnografia dramatiza, com especial ênfase, a visão weberiana da eterna juventude das ciências sociais.

No campo da antropologia, há, ainda, outro debate sobre a relação entre etnógrafo e nativo, a *alteridade*. Schwarcz (2000) se utilizou da noção de “jogos de alteridade” para demonstrar o cenário de litígio nos “embates em região de fronteira”. Mais precisamente, embates entre duas perspectivas científicas, a antropológica e a histórica, os quais resultam em outros, tais como: sincronia e diacronia; história e etnologia; estrutura e evento. É certo que toda essa discussão tem por base motivos aparentemente políticos. Tanto uma perspectiva quanto outra buscando validar seu conhecimento (científico) em um momento específico da história recente. Por conseguinte, faz-se uso da expressão “jogos de alteridade” para relativizar a legitimidade de um “nativo” que também se coloca como pesquisador. Assim, podem-se citar dois trechos de conversas com interlocutores para a justificativa dessa proposta. No primeiro caso, a visão de um “nativo” das bancas de 2000-2006 sobre os jovens que atuam hoje nas chamadas quadrilhas. No segundo caso, a dificuldade de separar o pesquisador da pesquisa.

Interlocutor I: A geração dos nossos pais foi muito judiada, em sítio, apanhava do pai pra trabalhar e coisa. Acho que a geração mais massa foi a nossa, não vai ter outra. Tipo de curtir igual nós curtiu. Teve muito homicídio? Teve! Só que o que acontecia? Era massa, era massa. Nós vivia por música de rap, por letra, né? Queria fazê igual. Agora não, agora os moleques tudo nos paninhos, tudo pá [...] sei lá, é diferente, não é igual. [...] o moleque olha pra você, te maltrata ali, diz que vai buscar a pistola pra te matar, na hora que vê que você é amigo de um Tiozão, conhecido de um Preto, de um Ciganinho aí da vida o cara já te respeita. “Oh, firmeza irmão”. Então ele não tem uma personalidade de sê um bandido. Porque o Neguinho podia ser quem fosse ele enfiava a mão na cara e já era, “Ah, eu sou o fulano”, “se foda você” [som de murro]. [...] nós queria catá os grandes, nós queria catá, nós não tinha medo deles. [a molecada de hoje] é bandido até a hora que sabe quem que você é!

Pesquisador: Você se lembra do porquê deles irem lá?

Interlocutor II: porque foi naquele tempo, até foram atrás de você, pra você juntar um revólver, lembra?

No primeiro caso, o interlocutor descreve a “falta de personalidade” dos jovens de hoje, estes enquanto protagonistas no cenário criminal. Uma relação de alteridade, olhando a dinâmica criminal da atualidade a partir da própria experiência. Ou seja, a alteridade também se faz presente nos próprios interlocutores. Isso de alguma forma é positivo para este estudo, pois, aqui, o que interessa é a narrativa de um membro de banca, ainda que a fala do interlocutor seja marcada por outras experiências, por dilemas dos “jogos de alteridade”. O segundo caso é recorrente na pesquisa, relacionando o objeto de estudo ao pesquisador.

3.4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Por questão de ética, este estudo preservará qualquer informação que possa prejudicar os atores envolvidos nos homicídios que se seguem. Objetiva-se tão somente apresentar os conflitos entre as chamadas bancas em forma de narrativa, convertendo os atores em protagonistas. Para evitar quaisquer problemas que disso resultem, os nomes, os apelidos e as referências aos atores foram alterados, preservando assim a sua integridade.

As informações sobre os conflitos apresentados neste estudo resultaram de uma árdua pesquisa. Absolutamente todos os homicídios aqui transcritos têm o respaldo de fontes oficiais e de narrativas de pessoas (maiores de dezoito anos) que deles participaram direta ou indiretamente. No modelo metodológico, conforme já expressei, as entrevistas tinham como guia os inquéritos

policiais ou matérias jornalísticas sobre os agressores e sobre as vítimas, mostrando ao interlocutor a origem da fonte. Ademais, acredita-se que um estudo dessa natureza só possa ser concluído nos moldes aqui apresentados, oportunizando, igualmente, pensar acerca do grave problema que são as mortes por homicídio no Brasil, e, ao mesmo tempo, o resgate de memórias de um período infeliz vivenciado pelos moradores da Região Norte de Cambé/PR.

CAPÍTULO IV

A dinâmica dos homicídios

Homicídio: [Etimologia] origem da palavra, do Latim, *Homicidium*. [Jurídico] ato, voluntário ou involuntário, caracterizado pela destruição da vida de uma outra pessoa; ação de assassinar outro ser humano; assassinio ou assassinato. Substantivo masculino.

Assassinato: [Etimologia] origem da palavra, do Italiano, *Assassínio*. Ação ou efeito de assassinar (matar) uma outra pessoa; Assassinio. Substantivo masculino.

O leitor verá o empenho deste estudo em buscar expor a complexa dinâmica dos homicídios entre jovens moradores da Região Norte do município de Cambé/PR, cujas articulações e motivações são das mais variadas e distintas. As primeiras considerações deslindam o contexto urbano e territorial em que estes jovens se encontram inseridos. A compreensão de fenômenos de violência ou de criminalidade deve, com relativo grau de atenção, levar em consideração o ambiente em que se desenvolvem. Como observou Zilli (2011, p. 26) “os atos de violência e de crime sempre são, de forma mais ou menos profunda, afetadas pelos contextos ambiental, cultural, histórico, tecnológico, institucional, legal e econômico que as envolvem”.

Zilli (2011) argumenta que em muitos territórios caracterizados pela falta de investimento estatal e, conseqüentemente, pela degeneração urbanística “tomam curso processos de socialização e de sociabilidade violenta, muitas vezes materializados na figura dos grupos de jovens armados e toda sua cultura machista e tradicionalista de domínio territorial e resolução privada e violenta de conflitos”. É, portanto, nesse cenário, com jovens formando grupos, que conflitos territorialmente organizados ocorrem entre as bancas (ou, pode-se dizer, gangues) – grupos de aproximadamente trinta membros.

As gangues, aqui, são vistas como uma forma de comportamento coletivo que manifesta um estilo peculiar de organização, isto é, trata-se de um tipo de conduta coletiva, grupal, que dialoga com categorias sociológicas definidoras (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1991). Nesse sentido, Zilli (2011, p. 11) resume o fenômeno das gangues e a violência ligadas a estes grupos da seguinte maneira: “grupos de jovens que compartilham uma identidade comum, sistematicamente envolvidos em práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados”.

Nessa conjuntura, condizente com os conflitos ligados a gangues na Região Norte de Cambé/PR, as divergências entre jovens resultam em atos de vingança (GIRARD, 2012) e de busca por domínio territorial (ZILLI, 2011). No que compete ao modo desses jovens se organizarem, constata-se que “os conflitos pessoais de cada membro (de banca) acabam virando problemas de todo o grupo, o que proporciona maior sensação de segurança ao indivíduo, mesmo vivendo tão perto dos rivais e da violência”, como observou Manso (2005, p. 56). Com base nisso, compreende-se o sentido prático e racional dos referidos jovens de se organizarem em grupos, vivendo em territórios onde o enfretamento é parte do cotidiano. Manso (2005, p. 56) conclui que “todos no meio sabem que se forem assassinados, sua morte será vingada e o inimigo precisa estar disposto a assumir os riscos caso queira comprar a briga”.

No decorrer deste capítulo, será possível notar que os conflitos e as rivalidades entre as bancas acabam em guerra. Os motivos destas são diversos; vão desde um “olhar atravessado” até um “desacreditar” da palavra do outro. Como observa Rocha (2012, p. 112), as guerras “não são travadas entre desconhecidos, não existe anonimato nas relações, já que os participantes sabem quais grupos aspiram por sua morte, assim como também têm com clareza seus alvos definidos”. Iniciada a guerra, os membros direta ou indiretamente envolvidos nelas passam a viver sob o risco constante de serem surpreendidos pelos rivais e serem mortos, de modo que um assassinato desencadeia outros, e assim por diante, num efeito bola de neve. Nas palavras de Manso (2005, p. 122):

Além disso, uma morte pode provocar instantaneamente hostilidades entre conhecidos do autor e da vítima, que passam a se juntar em grupos para travar batalhas e se proteger de eventuais agressões, formando as ‘bancas’ ou ‘famílias’. Nesse cenário, o primeiro assassinato pode ser um caminho sem volta. As novas mortes e a eliminação das ameaças potenciais não solucionam os problemas dos assassinos de maneira definitiva. Pelo contrário. Aparecem novos inimigos querendo vingança, tornando a vida da pessoa ainda mais vulnerável, situação que demanda novas e novas mortes, como se fosse uma bola de neve. Matar pessoas ligadas a ‘bancas fortes’ é ainda mais arriscado, porque a cobrança é certa, e a melhor estratégia acaba sendo aliar-se a grupos rivais para se defender. Por causa dessa engrenagem infalível, a vida de alguém, depois do primeiro homicídio, costuma mudar completamente, e não cometer o segundo assassinato passa a ser algo improvável.

Zilli (2011) e Rocha (2012) dialogam diretamente com a ideia de que, na dinâmica das bancas, os homicídios são fonte de fatores multiplicadores. São

eventos que apresentam características tanto grupais quanto individuais. Nas páginas que se seguem, poder-se-á perceber algo semelhante, uma complexa dinâmica que envolve questões grupais e individuais. Na parte final deste capítulo, busca-se definir o que se designa por “nova dinâmica criminal”, que, em linhas gerais, traduz a transição das chamadas bancas para o que a literatura entende por quadrilha. Zaluar (1997, p. 44), observando um contexto muito particular, definiu que as chamadas quadrilhas “são compostas por um número relativamente pequeno de pessoas, em geral jovens, que se organizam com a finalidade de desenvolver atividades ilegais para enriquecimento rápido de seus membros”. Há quase um século, Asbury (2002, p. 13) tecia outra definição; segundo ele, uma quadrilha é “composta por poucos sujeitos, raramente mais de seis ou oito, que se juntam para uma série de latrocínios ou outros crimes e não se prendem nem mantêm qualquer lealdade a um líder”, algo que a difere das gangues, a ponto de seus membros serem vistos pelo autor como “bandidos elegantes”. A definição de Zaluar parece ser mais apropriada para o caso abordado neste estudo. A proposta é uma agenda de pesquisa a ser explorada. O que se pretende neste estudo é mostrar que, mesmo em um novo modelo de organização, os jovens continuam mantendo suas rivalidades e conflitos outrora surgidos sob as dinâmicas de bancas.

4.1. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E OS PRIMEIROS HOMICÍDIOS

Em julho de 1989, o jornalista Silvio Vidotte publicava a primeira edição do jornal comunitário A Voz dos Bairros (Anexo I). O objetivo do referido periódico nunca foi tratar de questões relacionadas à violência e à criminalidade, tampouco falar sobre os homicídios que ocorreram na Região Norte de Cambé/PR. Em seus vinte e nove anos de existência, com publicações mensais, em apenas sete ocasiões o periódico debateu acerca de temas ligados a questões de segurança pública. O sr. Vidotte conta que sempre foi comedido a esse respeito, pois que uma publicação com informações “mal compreendidas” poderia lhe trazer “sérias complicações”. Ironicamente, o primeiro volume do periódico é um desses poucos exemplares. A matéria de capa intitulada “Onda de assaltos preocupa moradores do jardim Ana Rosa” denuncia o grave problema vivenciado pelos moradores do Ana Rosa e bairros da região. Além disso, esse exemplar é um precioso material sobre a memória desse período, sobretudo se utilizado enquanto fonte para a análise do

contexto urbano desses bairros. Não só contempla a fala de lideranças locais como trata de questões referentes, por exemplo, ao significativo aumento no número de assaltos, roubos e arrombamentos em residências e comércios, à desordem, no que se refere a brigas e perturbação da ordem pública por embriaguez, à falta de policiamento nos bairros, ao grande crescimento populacional se contrapondo ao processo de urbanização e à falta de pavimentação asfáltica.

A Região Norte de Cambé/PR, no final da década de 80 e início da de 90, é caracterizada pelo cenário urbano descrito. Há estudos (GONZALES NETO et. al., 1992) e diversas narrativas que sustentam o fato de que grande parte dos que migraram para a região é oriunda, sobretudo, de dois estados: São Paulo e Minas Gerais. Da cidade de Malacacheta, no Norte Mineiro, migrou um dos pioneiros que se tornou a principal liderança comunitária da região. Com oitenta anos e uma memória bastante lúcida, o sr. Zé do Mé, como é popularmente conhecido, lembra e descreve o cenário urbano encontrado por ele quando chegou ao bairro Ana Rosa:

Zé do Mé: Aqui é o seguinte, quando eu comprei aqui, tinha o asfalto essa avenida [Av. Manuel Ferreira] e a outra de lá [Av. Antônio Raminelli]. As duas avenidas. [...] porque ali [se referindo ao entorno do bairro Ana Rosa] era lavoura de café, milho, esses bichos aí. [...] Era esse mato pra cima e esse mato pra baixo, e aí pra lá era só lavoura de café.

Considerando-se todas as dificuldades enfrentadas – em questão de saúde, segurança, educação, infraestrutura, entre outras coisas mais – os moradores se organizam à sua maneira. Locais de entretenimento coletivo são exemplos dessa forma de organização comunitária. Vale destacar alguns, como: o campo de futebol do bairro Ana Rosa (Campão), a rotatória da avenida principal do bairro Ana Rosa (Redondo), a casa de shows situada entre a Região Norte e o Centro (Barracão), lanchonete Athenas, localizada na avenida principal do bairro Ana Rosa, e a animada casa de shows do Zé do Mé, também no bairro Ana Rosa. Sem esquecer-se de mencionar a igreja católica, que, nesse tempo, desempenhou – e desempenha – papel significativo no processo de organização comunitária nos três principais bairros da Região Norte de Cambé/PR. Todos esses locais concentravam um número significativo de pessoas. A depender do local, do evento, da data e horário, o grupo preponderante normalmente se difere.

Na casa de shows do Zé do Mé, por exemplo, os eventos aconteciam nos finais de semana, madrugada afora. Aglutinado à casa de shows funcionava o

bar do Zé do Mé, que era uma espécie de “extensão” de sua residência. “O bar como extensão da casa do proprietário [é] provável[mente] única alternativa de lazer a vários setores da cidade”, observou Oliveira (2016, p. 62). Não obstante, os bares situados em bairros populares não são pura e simplesmente espaços de lazer. Mais realista, nesse caso, seria definir o bar como espaço social onde “a colaboração e a harmonia convivem em proximidade com antagonismos e competição – a linha divisória é tênue” (OLIVEIRA, 2016, p. 123). Nesses espaços sociais, quase que exclusivos do público masculino, surgem conflitos interpessoais com frequência – discussões, brigas, tiroteios. O sr. Zé do Mé narra uma divergência ocorrida em seu bar horas antes da abertura da casa de shows:

Zé do Mé: Aí eu entrei, sentei na mesa de sinuca assim, né? E o menino [guitarreiro que prestava serviços ao Sr. Zé do Mé] veio, foi lá, arrumou o instrumento dele [...] e foi ele e o irmão dele [no bar] comprar um cigarro. E o cara, esse cara que fez essa trapalhada, chegou, eu estava sentado lá, ele entrou [...] olhou aqui dentro [na casa de shows], não estava os meninos, aí ele entrou dentro do bar, estavam os dois irmãos. Um que era meio deficiente [vítima] e o outro que tocava pra mim. Ele [agressor] sacou de uma faca pra cortar. Mas o que tocava estava mais lá, foi mais esperto e “zoom” [som de pulo], pra dentro do salão, pra dentro da minha casa, do bar. E ficou o irmão dele, ainda. Nisso o irmão dele bateu a mão pra pular pra dentro do balcão [e] ele meteu a faca no menino. Parece que foi oito pontos no braço. Aí eu estava sentado na mesa assim e a mulher [esposa] lá vendo, falou: “olha o que esse rapaz fez aqui, com o menino”, e ele saindo. Eu falei assim: “puta merda”. Ele olhou, eu falei: “sei lá rapaz, você me vem e me faz um dano desse aqui”. Ele falou assim: “vai sobrar pra você também”. Eu falei: “você só pode tá brincando!” [incrédulo]. Ele: “vai”. Eu falei assim: “eu te atiro”. Ele falou assim: “pode atirar”, eu “Tow” [som de disparo de arma de fogo]. Mas atirei na perna, né? Porque eu estava pro lado de cá, minha família, mulher, pro lado de dentro do balcão e tudo, né? E eu tinha um 38 desses Taurus antigo, cano longo, o bicho era foda, pra cortar. Aí eu atirei na perna dele e ele armou a faca pra me jogar, eu falei: “se você jogar eu te mato”. Ele: “é, mais você me baleou”. Eu falei assim: “você procurou”. Aí ele saiu [...] “vazou” daqui, com a perna baleada.

Este caso, em especial, destaca ao menos dois fatores: a forma como um líder comunitário age perante a comunidade e como, em um eventual conflito, o agressor pode se tornar vítima. O desentendimento entre os irmãos e seu agressor havia ocorrido há poucas horas, próximo ao bar do Zé do Mé. Na primeira oportunidade, o líder comunitário logrou êxito em estabelecer o bom senso entre as partes. Na segunda, entendeu a atitude do “cara” como ofensa. Conflitos entre donos de bar e fregueses não são raros; o clima é, na maioria das vezes, de tensão (OLIVEIRA, 2016; MACHADO DA SILVA, 2011). Talvez por esse motivo, o sr. Zé do Mé já estava de posse da arma de fogo no momento do conflito, preparado para

agir. O acontecimento narrado pelo líder comunitário não é raro em bares situados em bairros populares. Oliveira (2016) destaca em seu estudo que, em 2001, aproximadamente 50% dos registros de homicídio na cidade de São Paulo e região metropolitana foram próximos a bares.

Na Região Norte de Cambé/PR, há dezenas de bares. O cenário não era diferente no início da década de 90. Não é surpresa que os primeiros homicídios registrados neste estudo tenham ocorrido nas proximidades ou dentro de um bar. São escassas as informações sobre os homicídios desse período; as que sobreviveram estão na memória de algumas poucas pessoas e se tornaram “lendas”. São dois os jovens protagonistas desse período: Jairzão e Aranha. Jairzão foi um jovem conhecido por resolver seus conflitos com agressividade – era de altura e porte físico avantajado –, ao passo que Aranha ficou famoso pela prática de “cachangas” (pequenos furtos) na localidade – “escalava” muros de residências e comércios com facilidade para furtar, fazendo jus ao cognome que lhe fora atribuído, como também, para escapar de eventuais buscas policiais. Ambos os jovens tinham uma relação de respeito entre si, “corriam juntos”. Eventualmente entravam em desavenças, mas nada que prejudicasse a parceria entre eles. No entanto, um desses desentendimentos marcou a história dos protagonistas. Jairzão assassinou Aranha a golpes de faca em um bar localizado na avenida principal do bairro Ana Rosa. O homicídio é datado do ano de 1993 e pouco se sabe sobre a motivação: “eles brigavam por qualquer coisa, mas sempre estavam juntos”, rememorou o sr. Ivan.

Aranha foi a segunda morte sofrida por seus familiares, pois, aproximadamente dois anos antes, seu sobrinho havia sido assassinado no fundo de vale do bairro Ana Rosa. Tiaguinho, como era chamado, era um jovem de aproximadamente doze anos. Banhar-se nos córregos do fundo de vale da Região Norte era, nesse tempo, uma prática comum entre alguns moradores. O acusado do homicídio é Cezinha, da mesma idade de Tiaguinho. Os demais meninos que presenciaram o conflito narram o evento de diversas formas. A família de Tiaguinho sustenta que Cezinha o teria assassinado a golpes de “pau”, no entanto, Cezinha sempre negou tais acusações. O corpo de Tiaguinho foi encontrado em um córrego.

Nem Cezinha, nem Jairzão foram julgados e condenados judicialmente pelos homicídios a eles atribuídos. Mas não são só mecanismos judiciais a julgar e a condenar uma pessoa. Aproximadamente um ano após a morte de Aranha, Jairzão

foi assassinado de forma brutal. Na manhã de domingo do dia 10 de maio de 1994, cerca de duzentas pessoas se encontravam na rotatória da avenida principal do bairro Ana Rosa aguardando o transporte que as levaria para o Parque Estadual de Vila Velha, no município de Ponta Grossa (PR). Jairzão perambulava pelo local com sinais de embriaguês. Na madrugada, Jairzão teria dado “uns tapas na cara” de um jovem chamado Baianinho, que era tido como um “cara de boa”. Logo pela manhã, Baianinho e seu irmão vão até Jairzão, tiram-no do bar, atravessam a avenida carregando-o e o levam até o Redondo. Baianinho tinha em posse uma faca e o irmão carregava consigo um revólver calibre 32. O primeiro instrumento usado contra Jairzão foi o revólver, seis disparos na região do peito. Com Jairzão caído no chão e agonizando, Baianinho se sustenta sobre seu corpo e lhe aplica, ao menos, vinte facadas, priorizando os golpes no pescoço. Um “espetáculo” público. Baianinho tinha parentesco com Aranha.

Interlocutor II: O Jairzão [...] fazia cobrança pro pessoal ali do Inferninho [uma espécie de pensão]. Meu primo ficou devendo, se mudou e não pagou o aluguel. E ela [dona da pensão] pediu pro Jairzão cobrar ele. E o Jairzão era o esquema, ia ter que pagar e ainda ia apanhar. Então não tinha como, leva o dinheiro e vai apanhar. Por que ele batia demais, né? diz que o Jairzão batia “pra caramba”. Ele era bom no murro, e bom na faca [...] ai no dia que ele [o primo] foi pagar, que tava marcado no Redondo, foi [o dia] que o Jairzão morreu.

4.1.1. Os “caras considerados”

Jairzão e Aranha se tornaram “lendas” na Região Norte de Cambé/PR. Suas façanhas eram, com frequência, recordadas pelos jovens da época. Alguns desses jovens da década de 1990 são aludidos neste estudo como “os caras considerados”. Mas não foram eles a se auto declararem “considerados”. Esta designação lhes foi atribuída pelos adolescentes do período, que tinham notável admiração por eles. Até 1997, os jovens se organizavam de forma muito específica: em grupos de dança (Black Line, Relâmpagos Funk, entre outros), por afetividade musical (metaleiros, pagodeiros, rappers, entre outros) ou por inclinação esportiva (boleiros). É possível identificar entre esses jovens ao menos duas semelhanças: a maioria é composta por trabalhadores da construção civil (pedreiros e serventes, sobretudo) e compartilham os mesmos “espaços de lazer”. A rotatória do bairro Ana Rosa (Redondo) merece destaque. Lá, aos fins de semana, aconteciam as chamadas “paqueras” (atrações musicais), que concentravam aproximadamente

trezentos jovens. Além do flerte amoroso, os jovens aproveitavam o evento para resolver suas rivalidades, localmente chamadas de “tretas”. As rivalidades eram, em geral, resolvidas no “mano a mano”: dois jovens do sexo masculino “trocando” socos e pontapés até ambos chegarem a um consenso de que o conflito estava, por hora, resolvido.

Figura I – Rotatória (Redondo) do Parq. Resid. Ana Rosa, região norte do município de Cambé/PR (2002)



Fonte: Arquivo do Jornal Comunitário, Av. Antônio Raminelli, Parq. Resid. Ana Rosa, 2002

Nesse tipo de conflito, o jovem Cabeça sempre foi destaque, tanto por sua habilidade marcial e força física, quanto pela sua disposição para matar. O primeiro homicídio de Cabeça teve como motivação a vingança pela morte do amigo, Milo. No ano de 1995, na casa de shows Barracão, dois grupos de jovens entraram em conflito. Os grupos não eram rivais até então, mas residiam em bairros historicamente marcados por hostilidades e oposições: Ana Rosa e Tupi. Milo residia no Tupi, mas “colava” com o grupo do Ana Rosa. Olhares atravessados dentro do Barracão indicavam o que viria a acontecer minutos mais tarde. Fora do evento, os grupos desafiavam um ao outro. É normal que em conflitos dessa natureza os integrantes dos grupos “troquem” socos e pontapés entre si até um indivíduo em particular se ferir gravemente e os membros do grupo “vencedor” deixarem o local às pressas. Nesse dia, em especial, havia um mediador, Milo. O conflito foi apaziguado

por ele e cada grupo se voltou para seguir seu destino, até que Teozinho, do Tupi, sacou de um revólver calibre 32 e disparou contra o grupo do Ana Rosa. Foi apenas um disparo, o qual atingiu, ironicamente, aquele que buscou pacificar o conflito. Ferido na barriga, Milo não resistiu e faleceu horas mais tarde no hospital.

Meses mais tarde, a “pedra” foi cobrada. Um grupo de jovens do Ana Rosa, amigos de Milo – não os mesmos do conflito de outrora –, procuraram incansavelmente por Teozinho. Por ironia do destino, o encontraram em um evento que ocorria no bairro Santo Amaro (bairro localizado na divisa entre Região Norte e Região Leste). Teozinho havia se envolvido em uma briga e estava em desvantagem. Nessas ocasiões, a melhor escolha é fugir. Na fuga, Teozinho, para seu azar, entrou na caminhonete do grupo que o procurava. Por conseguinte, algumas horas mais tarde, Teozinho foi encontrado morto, com três perfurações de bala no corpo, no fundo de vale do bairro Ana Rosa. As atitudes tomadas na resolução de conflitos caracterizava Cabeça como um “cara considerado”. Ainda há outros jovens “considerados” a serem destacados.

Interlocutor I: Porque o Bonito era um cara que todo mundo respeitava. Eu lembro disso aí, que ele parava no colégio ali parecia o Gabriel Pensador. Aí tinha o “Terno do Vareta” que pagava uma madeira pra ele. Tinha o Terno nosso (BCR) que pagava uma madeira pra ele. Ele conversa muito com o Dentinho, né? Porque um dos que mais se destacavam era o Dentinho, né? Então, aí os caras iam sempre mais nos líderes assim, né? “oh, e aí?” “oh, ó Bonito, mano” “oh, trocou ideia com o Bonito, mano!”.

Bonito era o galã no bairro Ana Rosa; era bem aparentado e sempre cercado de moças. Não era “considerado” apenas por mérito próprio, vivia à sombra de seu irmão mais velho, Polaco. Os irmãos, que residiam no Município de Cornélio Procopio (PR), haviam se mudado para Cambé/PR no início da década de 1990. Polaco sempre tivera fama de assassino, o que se devia aos homicídios atribuídos a ele no município que outrora residira. Essa informação nunca foi de fato confirmada, porém, em 1995, Polaco colocou em dúvida todos aqueles que “desacreditavam” de suas supostas façanhas. Em uma tarde de sábado, Polaco se deslocou para o Redondo do Ana Rosa para resolver suas desavenças com Pezão. O desfecho do conflito foi rápido. Sem justificar em palavras a motivação de sua ação, Polaco se aproximou de Pezão e, com uma faca, “operou” a barriga de seu rival. Pezão, de joelhos no chão, agonizou, tentando sustentar suas vísceras dentro de seu corpo. Então, ficando o pescoço desprotegido, virou alvo fácil da faca manipulada por

Polaco. O agressor abandonou o local do crime tranquilamente, reforçando seu status de “cara considerado”.

Sustentamos a perspectiva de que o homicídio emblemático de 1998 marca a transição de gerações na Região Norte de Cambé/PR. São três os atores principais dessa cena específica: Cabeça e os irmãos Polaco e Bonito. A história do trio se cruza depois do rompimento da relação amorosa entre Cabeça e sua amásia. Aproximadamente dois anos antes do conflito emblemático entre Cabeça e Bonito, ambos mantinham uma relação de respeito, mas a cordialidade terminou quando Bonito foi flagrado por Cabeça frequentando a residência de sua ex-amásia. Como Cabeça e sua ex-amásia estavam separados, a atitude de Bonito não configurou “talaricagem”. Mas a definição conceitual de “talarico” não foi suficientemente respeitada, e a fama de “corno” caiu sobre Cabeça. O estopim do conflito foi quando, tempos depois, no campão do bairro Ana Rosa, eles se encontraram. Na ocasião, Bonito se aproximou de Cabeça e o cumprimentou dizendo: “E aí, sócio!”. Em seguida, levantou a camisa para mostrar a coronha do revólver. Cabeça, sentindo-se ameaçado, deixou o local. A relação entre os dois, a partir de então, tornou-se hostil, sempre com ameaças vindas da parte de Bonito. Perspicaz, Cabeça aguardou por meses até a “poeira abaixar”, esperando o momento apropriado para agir.

Perto do natal de 1998, em um domingo à noite, ao final da “paquera”, Cabeça, de posse de um revólver calibre 32, monitorava atentamente seu rival. Bonito se encontrava com sua atual namorada em uma mesa de concreto no canteiro da avenida principal do bairro Ana Rosa, frente à lanchonete Athenas. Cabeça se aproximou de Bonito e efetuou um disparo em seu rosto. Depois disso, com a vítima ao chão, fez um segundo disparo, novamente no rosto. “A questão de o disparo ser no rosto, de frente com o ‘cara’, é uma forma de mostrar respeito; quando o ‘cara’ é ‘pilantra’ o tiro é na nuca”, diziam. Com base nessa lógica, pode-se dizer que, de alguma maneira, eles se “consideravam”, mesmo que a relação entre eles tenha terminado tragicamente.

Anteriormente ao conflito emblemático de Cabeça e Bonito, um homicídio em particular colocaria o bairro Ana Rosa em destaque no cenário nacional. No domingo de 02 de março de 1997, pela manhã, no campão, acontecia uma partida de futebol entre os times amadores Unidos do Ana Rosa e Jardim do Sol (bairro da Região Oeste de Londrina). Antes do fim da primeira etapa do jogo, Cham, um dos jogadores do Unidos do Ana Rosa, cometeu uma falta violenta num

jogador da equipe rival e acabou sendo advertido com cartão amarelo. Revoltado com o rigor de Walmirzão, árbitro da partida e morador do bairro Ana Rosa, Cham o agrediu verbalmente e foi punido com cartão vermelho. Após a expulsão, Cham deixou o campo de jogo em silêncio e retornou minutos depois para executar Walmirzão.

Pesquisador: você lembra dessa cena?

Interlocutor I: lembro. Eu tava lá, chupando uma poncã [...] nós sentou lá pra passar o tempo. Aí tava tendo torneio, Cham foi expulso, foi embora e voltou. Se eu não me engano, acho que o time que ele torcia era o Palmeiras. Ele tava com a camisa do Palmeiras enrolada [na mão] e a pistola aqui ó [a camisa escondendo a pistola]. E ele foi de pistola. Acho que era 765, na época só tinha PT 765, aquelas outras. Aí, primeiro ele foi e furou a bola. Aí o Walmirzão viu, e ele, grandão, né mano, saiu correndo pra pular o alambrado, mas o alambrado é pra dentro, né? Então é difícil de você pular. De fora pra dentro é fácil, de dentro pra fora é difícil, meio que enroscou. Aí o Cham já foi dano, já deu, já acertou assim [na barriga], e foi, foi, e correu de volta, e o Cham atirando, o Cham chegou e deu na cabeça assim, pegou assim ó [apontando pra cabeça], e já saiu correndo, pá. E ele não morreu na hora, ficou rastejando assim ó, gordão forte, mano, e foi indo e vomitando uns bagulho de sangue, os caras: “meu, já era”, ninguém queria relar nele, com medo, sei lá, aí o finado Bocão tirou [a camisa] e ponhô [em cima do corpo], “oh, mano, meu pai conhece ele” e pá.

Walmirzão foi alvejado com um total de quatro disparos. O sepultamento foi em clima de comoção, pois a família somava agora a segunda tragédia – cerca de um ano antes, sua esposa cometera suicídio, ateando fogo ao próprio corpo. Cham, por sua vez, foi condenado a vinte e três anos de prisão. No ano de 2000, Cham fugiu da cadeia pública de Cambé/PR e só retornou ao bairro Ana Rosa um ano depois, em um “caixão”. Cham foi morto com cinco disparos de arma de fogo efetuados em seu corpo por policiais enquanto tentava se evadir de um assalto a banco malsucedido na capital paranaense. Três comparsas de Cham também morreram no confronto.

4.1.2. Brigas de Bar e Banalidades

Um mês após o trágico conflito entre Cham e Walmirzão, outro crime assustaria os moradores do bairro Ana Rosa. Na tarde de 07 de abril de 1997, Marcinho, um garoto de dez anos, foi violentado sexualmente e depois morto por estrangulamento e pauladas. O corpo só foi encontrado dois dias depois, no fundo de vale do bairro Ana Rosa. O autor do homicídio foi Nenê, com vinte e dois anos na época. Nenê foi preso, oito meses depois, no município de Presidente Prudente

(SP), após agredir fisicamente sua companheira que estava grávida. Na delegacia, ela, a companheira de Nenê, confessou às autoridades policiais o crime que o cônjuge outrora cometera. Nenê admitiu ter praticado o crime aos investigadores:

Nenê: Eu queria me vingar do pai do menino. Só porque eu dormia na rua e brigava com a minha mãe, ele me chamava de vagabundo. Um dia fui pedir um “servicinho” para ele e mais uma vez me chamou de vagabundo. Senti muita raiva e decidi me vingar. [...] Pensei somente em fazer sexo com o menino. [...] O Reginaldo [comparsa de Nenê] já estava esperando nós lá. Eu não nego que fui o primeiro a abusar da criança. Depois foi o Reginaldo. Eu não queria que ele matasse.

O comparsa, também chamado de Travesti, no passado teria tido um caso amoroso com Nenê. A Travesti residia no município de Cornélio Procópio (PR), e ficou conhecida naquela cidade por arrancar “com uma dentada a orelha de um homem”. Apesar da acusação de envolvimento no assassinato de Marcinho, ela negava qualquer participação: “Eu tinha muito ciúme dele e nós brigávamos sempre. Por causa disso, nos separamos e eu não tive mais contato com ele. Eu acho que o Nenê me denunciou porque ficou com raiva de mim, pois eu batia muito nele”, disse a Travesti aos investigadores.

Se Nenê foi fiel em seu depoimento, no que se refere à motivação do assassinato do garoto Marcinho, esse homicídio em particular pode ser classificado como conflito interpessoal de vizinhança. Oliveira (2016, p. 65) observa que tal categoria designa “conflitos que explodem no convívio, muitas vezes forçado, no decorrer do compartilhamento de determinados espaços físicos”. Revisando a literatura para o desenvolvimento de sua pesquisa, o autor identificou outras três possibilidades de categorização de homicídio: conflitos em família, conflitos de trabalho e conflitos em espaços de lazer. Em relação a esta última, o pesquisador elencou uma subcategoria, as brigas de bar.

Entre os anos de 1999 e 2001, o bairro Ana Rosa registrou quatro mortes por homicídio que tiveram um bar por cenário. A primeira ocorreu em outubro de 1999, em uma tarde de domingo. Uma “trucada” ríspida foi o estopim do conflito. A discussão entre o Policial Bianqui e o sr. Mané se iniciou na parte interna do bar. O primeiro era um homem de meia idade e ativo em sua profissão; o segundo, um aposentado com mais de sessenta anos. A idade avançada e todos os problemas decorrentes dela não acovardaram o sr. Mané, que iniciou a agressão. O revide foi à altura. O sr. Mané, ao perceber que o Policial Bianqui iria sacar de seu revólver,

tentou se esquivar, mas não teve êxito. O disparo foi à queima roupa, nas costas. O aposentado morreu no local.

A segunda morte aconteceu em fevereiro do ano 2000. Rapadura matou Serginho com três facadas. A desavença entre ambos já vinha se arrastando por meses em virtude de uma suposta dívida financeira. A questão central, em muitos casos, não é propriamente o valor financeiro. Uma parte se sente ofendida por não receber, outra por ser cobrada, e ambos por serem “desacreditados”. “Rapadura vinha ameaçando-o há algum tempo”, disse a esposa de Serginho em depoimento. No dia do conflito, Rapadura encontrou Serginho em um bar, já de madrugada. “As facadas acertaram as costas, peito e abdômen, deixando as vísceras expostas”, contou o delegado. Rapadura, meses depois, participaria de uma fuga na cadeia pública de Cambé/PR, orquestrada por Cham. Ainda em fevereiro do ano 2000, Pardim mataria Sandoná, também a facadas, em um outro bar. Ambos eram “amigos” de trabalho. Pouca informação se tem sobre essa divergência e seu desfecho. Na madrugada do dia 24 de maio de 2001, Pardim foi assassinado com diversos tiros após sair do bar em que outrora Sandoná fora morto. O crime foi orquestrado de tal modo que o autor nunca foi descoberto, tampouco comentários surgiram no bairro. No entanto, a hipótese de vingança por conta da morte de Sandoná, ocorrida um ano antes, nunca foi descartada.

Definir um homicídio por categoria, como as apresentadas por Oliveira (2016), pode não traduzir fielmente a real motivação do conflito. Por exemplo, para os confrontos apresentados até aqui, as motivações são diversas. Talvez o mais fácil de ser enquadrado em uma categoria – tomando por modelo a categoria brigas de bar – seja o conflito entre o Policial Bianqui e o sr. Mané. Os demais se enquadram em uma multiplicidade de categorias. Desse modo, ao que nos parece, definir homicídios por categorias é uma agenda de pesquisa a ser explorada, conforme empreendeu a literatura internacional, brilhantemente revisada por Rocha (2017) e Soares (2008, pp. 179-182), a qual também contribui para o debate.

Neste estudo, sustentamos que os conflitos entre as chamadas “bancas” – ou gangues, na definição estrutural (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1991; 1997) – aumentam com relativa significância o número de homicídios na Região Norte de Cambé/PR. Mas as gangues estão para além de uma simples categoria de análise; o mais correto seria defini-las enquanto um formato específico de relação e organização social, um grupo social cuja composição é muito própria,

predominantemente de jovens do sexo masculino.

Após o conflito entre Cabeça e Bonito – dois dos jovens mais “considerados” da região – as configurações locais passam por uma transformação. A começar pelo emprego de sanções a vários “espaços de lazer”. Proibiram-se as “paqueras” e qualquer evento que envolvesse a concentração de jovens; o campo de futebol foi desativado e o bairro Ana Rosa ganhou um módulo policial, colocado frente à rotatória. Ademais, a configuração urbana mudou radicalmente, com pavimentação asfáltica e rede de esgoto em todas as ruas e avenidas. Os terrenos baldios também diminuíram e, em virtude das mudanças, a população aumentou significativamente, além dos bairros que foram se formando em redor dos três principais bairros da Região Norte. De todas as transformações, uma é identificada como de fulcral importância para este estudo: os jovens da década de 1990, incluindo os “caras considerados”, seriam sucedidos por outros jovens, cuja forma de se organizar os distinguiu de seus antecessores. Trata-se das chamadas “bancas”.

4.2. A ASCENSÃO DAS “BANCAS”

É difícil precisar a data de surgimento das bancas na Região Norte de Cambé/PR. No ano de 1998, elas já estavam em atividade, formadas quase que exclusivamente por adolescentes e sem protagonismo algum. Já no ano de 2000, o cenário era outro. A pessoa que se aventurasse em atravessar de ponta a ponta a avenida principal que cruza os três principais bairros da Região Norte se depararia, ao menos, com quatro desses grupos. As bancas tinham os seguintes aspectos: grupos com aproximadamente trinta membros, sendo predominantemente jovens, do sexo masculino e moradores do mesmo bairro. A banca – ou “terno” – carrega o nome de um de seus membros, notadamente aquele cujo fator liderança o caracterize. Cada banca está situada em uma localização específica do bairro. Lá, os membros controlam o espaço, ainda que público, a seu bel-prazer. Os encontros são quase que diários, a depender do clima. As bancas não são necessariamente rivais e seus membros não precisam demonstrar fidelidade; alguns transitam entre vários grupos. Não há submissão, nem hierarquia e o livre arbítrio não implica fragilidade nos laços que unem os membros do grupo, pelo contrário, os laços afetivos de uma banca são fortes o suficiente, ao ponto de as decisões radicais serem tomadas em prol de um membro ou do grupo como um todo – um

assassinato, por exemplo. Além das similaridades, cada banca possui uma identidade própria. Essa particularidade do grupo é essencial para compreendermos, por exemplo, o processo de entrada e de aceitação de novos membros.

Mapa III – Localização das bancas (ganguês) na Região Norte do município de Cambé/PR, 1998-2008



Fonte: pesquisa de campo e entrevistas. Imagem: Google Earth

Na imagem anterior, podem-se ver marcadas as localizações de dez bancas na Região Norte de Cambé/PR. No ano 2000, sete delas estavam em atividade. No bairro Ana Rosa concentravam-se cinco grupos: Banca dos Nóias; Banca do Vareta; Banca do Cavalo Roubado (BCR); Banca do Dinho; e Banca Chapa Coco. No bairro Cambé IV, situava-se a Banca do Ciganinho e no bairro Tupi, a chamada Banca do Lelo. A Banca do Marcelinho emergiria apenas em 2002 e, a Banca do Nitão, em 2004, ambas no bairro Ana Rosa. A caçula, Banca do Ratinho, surgiria no bairro Tupi em 2008.

4.2.1 “Terno contra Terno”

Uma atividade “recreativa” comum entre os jovens de algumas bancas era o chamado “terno contra terno”. Em resumo, a banca se separava em dois grupos que trocavam socos e pontapés entre si até um se autodeclarar perdedor.

Existia uma só regra (que na maioria dos casos era infringida): os golpes não poderiam acertar o rosto. A expressão “terno contra terno” serve de analogia para a apresentação dos primeiros homicídios ocorridos no período das bancas. Em seu sentido atribuído, destaca os homicídios internos ao grupo, ao passo que, em seu sentido literal, destaca os homicídios decorrentes de conflitos entre os grupos.

O “terno contra terno” foi popularizado no bairro Ana Rosa pela chamada Banca do Cavalo Roubado. O nome exótico tem fundamento, tendo sua origem em um pequeno grupo de garotos que, eventualmente, “pegava emprestado” animais para cavalgar nas ruas do bairro. Esse pequeno grupo de “cavaleiros” foi crescendo e, no ano 2000, somavam-se em mais de trinta os jovens que “colavam” na “escadinha”, ponto fixo da agora BCR. A BCR foi, sem sombra de dúvidas, a banca mais ousada e criativa da Região Norte nesse tempo. Seus conflitos com a polícia militar (PM) marcaram época.

Interlocutor III: Tem a do Paulinho que “pôis a cara” [desafiou] com o polícia, lembra? [...] que nós pegô a moto do polícia e jogô no meio da rua. Aquele polícia que morreu com um tiro aqui [na avenida], jogando baralho. Os caras deu um tiro nele, lembra? Um polaquinho. [...] aí nós achô que o cara era viado, e olhando né? ele [Paulinho]: “meu, é viado!”. E nós: “não é, não é, não é”. E o Paulinho foi lá “dá ideia” e o cara era polícia. Aí nós falô: “é nada, rapaiz. Esse cara é polícia? olha a moto dele ali, vamo quebrá” começamos a quebrar a moto do cara, o cara era polícia mesmo. Correu pra dentro do módulo [policia], nós apedrejou o módulo, aí veio a viatura [policia]. O coro comeu, fíu, aquele monte de gente tacando pedra na Kombi da polícia. Nossa, foi uma guerra assim, de bairro. [...] aí passou o outro final de semana veio o ônibus [com vários policiais].

Pesquisador: é verdade, bateu na gente! (risos).

Interlocutor III: bateu em todo mundo. Entortou todas as abas dos bonés, jogou. Pegou todas as “zorbas” [cuecas] que estavam fora da calça, puxou (risos). Cada coisa!

A relação hostil entre a PM e as bancas teve impacto em toda a região, nesse período. É ingenuidade acreditar que a PM filtraria com excelência suas abordagens; todos eram alvos. Em meados dos anos 2000, as denúncias de violência policial contra moradores aumentaram significativamente, sendo destaque até na mídia impressa local. Além de todo o contexto hostil, a região passou a não comportar a necessidade dos jovens, sobretudo na questão de entretenimento. Era necessário migrar. A BCR e a Banca do Ciganinho foram as primeiras a romper as fronteiras da Região Norte. Ciganinho e seu grupo dominaram o centro da cidade, enquanto a BCR se deslocava para o bairro Santo Amaro. Dessa migração, vários conflitos surgiram e um jovem, em especial, merece destaque: o Claudião.

Claudião – ou Claudinho – era um jovem que transitava por várias bancas. Começou sua carreira “colando” com o grupo do Vareta e ganhou respeito por se destacar na comercialização de armas de fogo de baixo calibre. Tempos depois, estreitou seus laços com o grupo de Ciganinho, o que o fez ser conhecido por toda a Região Central e Oeste de Cambé/PR. Desse processo, surgiram aliados e inimigos. O mais notável de seus antagonistas era o grupo do bairro Mutirão, Região Oeste, cujo líder era Digo. Claudião também se aproximou da BCR, que, por conta de seu deslocamento para o bairro Santo Amaro, conquistou vários rivais locais e necessitava de armamento para resolver eventuais conflitos. Aproximando-se da BCR, Claudião conseguiu os parceiros necessários para resolver seu problema com Digo. Na madrugada de domingo do dia 03 de junho de 2001, Claudião e alguns membros da BCR se deslocaram de um evento que ocorria nas proximidades do bairro Santo Amaro e foram até o centro da cidade no intuito de encontrar Digo e seu grupo. O desfecho foi narrado por um ex-membro da BCR:

[...] o Dentinho [disse]: “hi, mano, vou sair andando aí que esse bagulho não é pra nós. Nós vai lá na festa do Havaí lá, e nós vai conferir uma cena aí”. Aí pegaram e foram. [...] Eles foram no Harmonia e não achô [o Digo], aí o Dentinho: “demorô, mano! vamo pará aqui no lanche”. [Depois] o Digo chegou armado e foi dá ideia no Claudião. Ficou olhando, olhando, daí o Claudião [falou]: “que foi, rapaiz”, aquele jeitão dele. Ele [Digo] falou: “ah, moleque, você é um bosta! ranca essa merda aí, me mata” e o Dentinho, com o oitão aqui [na cintura], já “puxou o cão” [engatilhou a arma] e falou assim: “se relar em mim já era!”, né? Aí [...] chegou no Claudião [socou] não deu ideia, não fez nada, aí já foi no Dentinho. Dentinho: “é, sai fora, rapaiz”, já rancou e “sentou o aço” [atirou]. [depois] surgiu uma conversa aí, uma discussão: “você é cuzão, Claudião”, tirou pra loque mesmo. Aí o Dentinho, né? deu um, o cara voou, ele deu outro ainda assim, parece que pegô, assim, na nádega assim ó, transfixou os órgãos. Esse que rebentou mesmo. Porque o oitão era de alto impacto, né meu? [...] eu não estava presente porque eu fiquei aqui e fui preso no dia. Aí quando eu fui preso o [investigador] chegou e mostrou a identidade “ó o finado aí ó, no centro de Cambé, agora! Um tal de Gidão matou, tal de Gidão” daí o P2 olhou: “Claudião”, P2 falou. “É, os caras matou mesmo”. Jogou a identidade do Digo assim “morreu com a arma na cinta, não deu nem tempo de rancá, os moleques do Ana Rosa rebentou na bala. Uma transfixou ele, cortou tudo os órgãos dele” que era o oitão nervoso.

Apesar da BCR não carregar o nome de um membro, Dentinho era considerado o líder da banca. Mas o líder em potencial dividia a “coroa” com outros membros de tanta “atitude” quanto o próprio, por exemplo, Neguinho e Bocão. Esse conflito em particular, entre Dentinho e Digo, mudaria a dinâmica da BCR. Outro grupo a migrar para regiões “desconhecidas” foi a Banca Chapa Coco, que era também conhecida por outros nomes, como Banca dos Pagodeiros ou Banca do

Bola. De um modo geral, é possível afirmar que essa banca era formada por jovens relativamente “de boa”. Ser uma banca “festeira” era sua marca. O grupo tinha respaldo de um dos remanescentes dos “caras considerados”, o Bola. Isso lhes conferia relativa tranquilidade no bairro Ana Rosa, apesar dos eventuais conflitos com a BCR. No mês de novembro de 2001, os jovens da Chapa Coco matariam a socos e pontapés um jovem no município de Bela Vista do Paraíso/PR. O estopim do conflito foi um olhar atravessado, que resultou em discussão e agressão entre as partes. A briga ocorreu na parte interna de uma casa de shows naquele município. O jovem bela-vistense sofreu fratura grave no crânio por conta das dezenas de pontapés que recebeu e não resistiu. Quatro membros da banca foram julgados pelo homicídio, no entanto nenhum foi condenado.

As demais bancas se mantiveram nos bairros da Região Norte, a saber: Banca dos Nórias, Banca do Vareta, Banca do Dinho, e Banca do Lelo. A Banca dos Nórias se situava em uma extremidade do bairro Ana Rosa, onde os jovens do grupo eram caracterizados pelo excessivo consumo de drogas, como o crack (pasta básica de cocaína) e o mesclado (cigarro de maconha com crack). Obviamente havia exceções. Essa banca detinha certas peculiaridades em relação aos outros grupos. O número de jovens que circulava na localidade era maior do que a média de uma banca; ademais, os laços de união eram mais fragilizados, o que abria espaço para que surgissem conflitos internos no grupo. Um desses conflitos levou Pernetá a matar Alexzinho a golpes de faca. “Os dois estavam tomando cachaça quando decidiram comprar uma pedra de crack para fumar. Pernetá teria emprestado cinco reais para Alexzinho comprar a droga. Só que Alexzinho acabou fumando sozinho”, contou o delegado da época. O homicídio é datado do mês de março do ano de 2002.

De modo geral, pode-se afirmar que os Nórias se dividiam em vários pequenos grupos de dependentes químicos e um grupo mais unido chamado de Terno do Zé. A partir do ano de 1999 o número de dependentes químicos circulando na localidade cresceu consideravelmente. A demanda gerou oferta e alguns pontos de distribuição de droga, também conhecidos como “bocas de fumo”, surgiram no lugar. Algumas bocas independentes surgiram para comercializar maconha; o comércio de crack, por sua vez, ficou aos cuidados de apenas um grupo: o do Madeira. O pequeno grupo do Madeira também estava ligado a outras atividades criminais com relativo grau de periculosidade, como roubos e assaltos com armas de

grosso calibre. Madeira e seus comparsas monopolizaram o comércio de crack na região dos Nórias por pelo menos dois anos – de 2000 a 2002. Mas o grupo sofreu baixas significativas: três membros foram presos e condenados por assalto e outros dois foram assassinados.

O primeiro, foi Mendes, morto em uma emboscada tramada por Samuca, assaltante altamente perigoso que era forasteiro no bairro Ana Rosa e estava ali apenas “dando um tempo”. Mendes foi o motivo da separação entre Samuca e sua companheira, Laine. O conflito ocorreu na manhã do dia 03 de julho de 2001, no município de Astorga (PR), quando ambos se encontraram no centro da cidade e iniciaram um intenso tiroteio. Samuca e um comparsa perseguiram Mendes que, de dentro de uma farmácia, descarregou sua pistola calibre 380 contra os rivais. Samuca e o comparsa se protegeram dos projéteis, escondendo-se atrás de um automóvel estacionado na frente do referido comércio. Sem munição, Mendes foi alvo fácil da dupla, que atirou cerca de vinte vezes contra a sua cabeça.

Interlocutor III: Esse [homicídio] do Mendes foi por causa de mulher, mano. Eu lembro qual que foi. A mulher falou: “nóis vai embora, eu vou abandonar ele e vou com você”. O cara [Samuca] pegou e interrogou ela, o que que ia acontecer. Ela falou: “tratei com ele que ia embora, em tal cidade nós marco”. Ai ele [Samuca] falou assim: “então você vai e nós vai atrás, que hoje ele é finado. Você é mulher de bandido e o bagulho é assim”. Ai ela foi, chegou lá ligou: “oh, já estou aqui”. Ele [Mendes] falou: “tô chegando”. Na hora que ele chegou [...] o pau torou. Ai o cara sumiu com a mina e tudo. Deixou a casa aqui, que era alugada. Ai os caras, tipo assim, saiu até um [falatório]: “o cara era bicho fudido, mano, assaltante de banco e tal, o cara era bandidão”. Você vê pelo jeitão dele, né mano? O cara era meio estranhão.

A segunda baixa no grupo do Madeira ocorreu meses depois, em outubro de 2001. Birrola foi assassinado com excessivo grau de crueldade por Vespinha e alguns comparsas, residentes da Região Leste de Cambé/PR. Os membros do grupo do Madeira eram residentes de várias localidades; Birrola, por exemplo, era da Região Leste, apesar de passar grande parte do tempo com seus parceiros, na Região Norte. Tempos antes, Birrola teria tido participação no assassinato de um parceiro de Vespinha. Birrola foi encontrado em um fundo de vale da região leste com um tiro na nuca.

Interlocutor III: Os caras cortô a orelha dele, fizeram um regaço.

Interlocutor IV: A orelha dele ficou uma par de tempo no vidro, né? Os caras guardou a orelha dele [...] e enfiou um pau na bunda dele.

O grupo de Vespinha tinha rivalidades com outros dois grupos: o grupo do Ciganinho, da Região Norte, e o grupo do falecido Digo, da Região Oeste, agora chefiado por Dogão. Da Região Leste migraram dois jovens para a localidade dos Nóias, Bala e Capetinha. A dupla aterrorizou o comércio local; em apenas um mês, praticaram assaltos em quase todos os estabelecimentos do lugar. Bala se amasiou com Polaca e juntos iniciaram a comercialização de maconha no território dos Nóias. Não demorou e a aversão dos membros das bancas à Bala e Capetinha se tornou insustentável. Mas antes mesmo de uma posição radical por parte das bancas, a dupla teve muitos conflitos pessoais.

Interlocutor IV: Eles eram amigos, depois começou a brigar. Uma vez o Capetinha foi, pegou, levou ele lá na mata e amarrou ele.

Pesquisador: O Bala?

Interlocutor IV: O Bala! Ficou amarrado, sem conseguir se soltar. Daí foi, os caras procurou, conseguiu [encontrar e] soltar o Bala. Daí o Bala foi e amarrou o Capetinha.

Não só amarrou como também o executou, empregando a mesma crueldade outrora dirigida a Birrola. Capetinha foi assassinado em junho de 2002, em um fundo de vale da Região Leste. A similaridade entre os assassinatos de Birrola e Capetinha não são meros acasos; Bala “corria” com Vespinha e o fato de Capetinha estar se aproximando de seus rivais da Região Norte acirrou os ânimos entre as partes. Bala fazia jus ao vulgo que lhe fora atribuído, uma vez que desde garoto distribuía armas de fogo de baixo calibre na Região Leste. Sua relação amorosa com Polaca o trouxe para a Região Norte, território hostil para um jovem em sua posição. Quando Bala retornou ao bairro Ana Rosa, a articulação para seu assassinato já está avançada. A execução ficou sob a responsabilidade de Zulu, membro da Banca do Vareta, mas que frequentemente colava com a Banca do Ciganinho – as bancas tinham uma boa relação. Bala foi assassinado na tarde do dia 30 de agosto de 2002, em uma região conhecida como “pedra” (próxima ao local que “colava” a Banca do Dinho), com um tiro de revólver calibre 38 na nuca.

Interlocutor IV: O Zulu mata, sai, e volta pra ver quem é que tá falando, disfarçando que não tinha nem acontecido, né? o “zoutros”, todo mundo naquela roda olhando, e ele olhando também, pra saber. E pergunta: “o que que aconteceu aí?” (risos). E era ele, véi! [...] todo mundo sabia que era ele, mas ninguém falou nada, o “zoutros” assustou. Eu lembro!

Além de Zulu, outros dois membros da Banca do Vareta já haviam praticado homicídio no bairro Ana Rosa. No mês de maio do ano de 2002, o paulistano 2Pac assassinou o próprio tio a golpes de faca e marreta por conta de conflitos familiares que já se arrastavam há anos. Ele foi condenado a doze anos de prisão. O outro homicídio foi datado de fevereiro de 1999, cuja autoria fora de Preto, com quinze anos na época. Preto foi acusado de assassinar a namorada, Laine, de dezessete anos, com um disparo de arma de fogo que atingiu sua nuca. A mãe da jovem, única testemunha do homicídio, diz ter ocorrido uma discussão entre o casal; Preto, contudo, alegou que o disparo foi acidental.

Interlocutor I: Ele [Preto] disse que ela [Laine] tava mexendo no pé dele, na unha, né? [...] e ele aqui ó, mexendo aqui [entre o cano do revólver e o gatilho] aí, não lembro a quantidade de bala que era aquele oitão lá, não sei se era sete, eu sei que ele era gigantão. E na hora que puxou a flanela tinha uma bala. Na época ele foi em casa, né? Apavorado e tudo. Mas aí não sei, né? Acreditei nele, né?

Era de costume os membros das bancas atribuírem apelidos às próprias armas de fogo ou às de seus parceiros: buldoguinho; emborrachado; canela seca; cano longo; niquelado; cromadão; punheteira. A arma de fogo de Preto, por exemplo, era chamada de “tacoberry”. Conseguir uma arma de fogo no início dos anos 2000 na região norte não era tarefa difícil. Bastava conhecer algum membro de banca e, por meio do “boca a boca”, chegava-se a algum atravessador. Em alguns raros casos, por mais difícil que seja de acreditar, os próprios agentes da segurança pública comercializavam esse produto. Eram poucos os jovens que vendiam armas, notadamente os ligados às bancas do Vareta e do Ciganinho. Ambas, além da boa relação, tinham os integrantes mais promissores na criminalidade. Na dinâmica das bancas, os membros envolvidos com tráfico de drogas, receptação, comercialização de armas de fogo, assaltos, roubos, furtos e homicídios, somavam a minoria. No entanto, a linha divisória entre estar ou não “envolvido” com atividades criminosas é tênue.

4.2.2. O Legado de Neginho

Jovem, negro, baixinho, forte, dono de um direto à la Mike Tyson (de quem, aliás, era fã), corintiano fanático, dente encavalado, “cara firmeza”... essas e outras atribuições foram utilizadas enquanto os interlocutores definiam

positivamente, como fica sugerido, a pessoa de Neguinho. No entanto, ao que parece, tais atributos são desmentidos quando os interlocutores falam do mesmo Neguinho empregando termos como: assassino, “pilantra”, “cheirador”, dentre outros. De fato, Neguinho despertava nas pessoas uma espécie de ambiguidade de sentimentos. A mudança na dinâmica da BCR nos ajuda a compreender a ambivalência de um dos maiores protagonistas da época.

Dentinho executou Digo na metade do ano de 2001 e só voltou às atividades de banca no início de 2002. Retornando em outro patamar, juntou-se a Neguinho, Bocão e outros poucos membros da BCR; deram, então, início às mais diversas atividades criminais, além de terem estabelecido o que chamaram de “pacto de sangue”. Assaltos com armas de fogo e “cachangas” eram as principais atividades do pequeno grupo fragmentado da BCR. Nessa nova dinâmica, o grupo estreitou laços com outros jovens de atividade semelhante, como Madeira e seus comparsas.

Interlocutor I: E pra você vê como que o Neguinho era tão considerado que sempre a ideia era com o Neguinho. Nós colava e o Mendes “e aí, Neguinho” pá, pá. Todo mundo pagava uma maderá pro Neguinho, né? tinha medo né? Os caras tinha medo dele, não tem dessa.

Ainda no início de 2002, um evento inesperado levaria Neguinho a ser o maior distribuidor de drogas da Região Norte. Na localidade dos Nóias, as diversas “bocas de fumo” que comercializavam maconha eram abastecidas por um traficante de meia idade que vendia “no peso”. Certa vez, não se sabe como, esse senhor obteve a informação de que uma busca policial ocorreria em sua residência e, antecipando-se às autoridades de segurança pública, empilhou e queimou aproximadamente quarenta tabletes de maconha em um terreno baldio vizinho à sua casa. Parte da droga foi recuperada pelos jovens daquela localidade e Neguinho se valeu de sua principal característica – a violência física – para tomar posse de grande parte do produto. Neguinho, por meio do emprego da violência, tornou-se soberano entre as bancas. “Desfilava” no bairro Ana Rosa com uma espingarda calibre 20. Espancou membros das bancas de Vareta, Dinho e Bola, além da tentativa, malsucedida, de assassinar Lelo. Neguinho não tinha limites. Até os membros da própria banca passaram a ser alvos de sua hostilidade. Nascia, assim, um tirano.

Interlocutor III: Nós tirou o Neguinho do terno nosso, você não lembra disso aí? Neguinho começou a usar muita cocaína, droga, dá balão. O Neguinho, pra você ter ideia eu guardei na casa do Paulinho um oitão, essa espingarda, essa 20, e tinha mais umas três armas do Tiozão, [que] eu guardei em outro lugar. Duas eu guardei na casa do Paulinho, duas em casa e uma no Bocão. [...] Aí, eu tava lá no [Redondo] aí eu olhei na boca assim do Paulinho, o Neguinho perguntou: “cadê as armas do Polaquinho”. Na boca eu li, mano. Aí o Paulinho falou assim: “tá lá em casa”. Ele [Neguinho] falou assim: “demorô pegá”. Aí saíram andando rumo a casa do Paulinho. Neguinho, Dentinho e o Paulinho. E o Dentinho ficou e veio dá ideia pra me segurar, eu falei: “oh Dentinho, tenho que fazê um corre aí e já volto”. [...] aí o maninho levou eu, deixou perto da casa do Paulinho. Paulinho entrô, pegou o saco de estopa [com as armas], e saindo, eu só enquadrei os caras. Falei: “da à arma. Que que você vai fazer, Paulinho”. [Paulinho:] “não, mano. Eu ia tirá de casa, tá queimado”. Falei: “que queimado! Dá o bagulho aqui. Não cola mais comigo seu pilantra. E ocê, Neguinho, sai fora de nós, os caras lá em baixo já quer matar você, então pau no seu cú”.

Os “caras lá de baixo” representavam a banca do Marcelinho. O “reinado” de Neguinho durou aproximadamente um ano. O grupo do pacto de sangue continuou na ativa até a metade de 2002. Neguinho, que tinha se casado, mudou-se e estava residindo na localidade onde se aglomeravam os jovens que viriam a compor a banca do Marcelinho. Seu afastamento da BCR fez com que ele estreitasse relações com esses jovens e então outros conflitos emergiram. Os jovens do grupo de Marcelinho residiam em uma das mais violentas localidades do bairro Ana Rosa, a avenida Marcelino Gonzalez, às margens da PR-445 e do fundo de vale do bairro, e cercada por várias casas de prostituição. Ainda nesse tempo, dois homicídios foram registrados na localidade. Um senhor, que aqui chamaremos de Cafetão, negociou com um jovem forasteiro, chamado Ney, um valor em dinheiro para que o mesmo “sujasse” seu nome em troca de materiais para construção. Cafetão tinha planos de expandir sua casa de prostituição. O negócio ficou acordado entre as partes, no entanto, só Ney respeitou o combinado. Cafetão, além de não respeitar os termos do contrato moral firmado com Ney, ofereceu metade do valor a Bi do Cavalo para que ele o executasse, e assim aconteceu. Ney foi morto a golpes de faca no fundo de vale do bairro Ana Rosa. O homicídio é datado do mês de setembro do ano de 2002. Poucos meses depois, no mês de novembro do mesmo ano, a vítima foi Bi do Cavalo, assassinado também a golpes de faca. O agressor é Carandiru, cujo vulgo faz referência aos anos em que ele “puxou cadeia” no presídio paulista.

Uma das últimas aparições de Neguinho com os membros da BCR – ou melhor, com o grupo do referido pacto de sangue – foi na metade do ano de

2002. A cena foi um assalto malsucedido. O grupo foi surpreendido por policiais; houve tiroteio e Neguinho foi baleado na perna. O grupo todo foi preso. O evento também ficou marcado pela desarticulação do grupo do pacto de sangue com indivíduos respeitados na cena criminal, como Madeira e Tiozão, por conta das armas perdidas no assalto. A estadia do grupo na cadeia pública do município foi no “seguro”. Neguinhoutilizou fixadores externos na perna por seis meses, o que o fragilizou e também o fez ficar fora de toda a dinâmica das bancas. Foi tempo suficiente para que outro grupo ascendesse na Região Norte, a já mencionada Banca do Marcelinho.

As primeiras ações do grupo de Marcelinho foram ousadas, o que não poderia ser diferente, pois o grupo não possuía nem armas de fogo, nem o respeito das demais bancas. No final de novembro do ano de 2002, Marcelinho procurou por Xande, que tinha colocado à venda sua arma de fogo. Durante a negociação, Marcelinho pediu para testar a potência do calibre 38 e o fez contra a cabeça de Xande. Os próprios jovens que estavam com Marcelinho chamaram a ambulância móvel e alegaram que Xande teria cometido suicídio por roleta russa. O delegado da época achou a versão dos jovens plausível, visto que a localização do furo à bala no boné que Xande estava usando corroborava a hipótese de que ele havia se matado, e, devido à não realização de um exame residuográfico nas mãos de Xande antes de seu sepultamento, o caso foi encerrado. A banca ainda iniciaria seus primeiros conflitos com outros da Região Norte. Em dada ocasião, atiraram inúmeras vezes contra Polaca – ex-companheira do agora falecido Bala –, que sobreviveu e se mudou do local; invadiram, também, a casa de Magrelo e o ameaçaram. Ambos, Polaca e Magrelo, comercializavam maconha na localidade dos Nóias.

No começo de 2003, Neguinho estava na ativa novamente. A primeira providência foi resolver suas desavenças com Ginho. Neguinho não necessitava de motivos graves para entrar em desavença, seja qual fosse o rival. Nesse caso em particular, Ginho teria se envolvido em um caso amoroso com uma suposta amante de Neguinho. Em fevereiro de 2003, Neguinho invadiu a casa de Ginho, arrombando a porta com um chute, e este, que havia se escondido embaixo da cama, morreu com um tiro de calibre 20 no pescoço.

Interlocutor III: porque o Neguinho deu uma ordem, “não é mais pra sair com a mina”. Aí, pau no gato (risos). Matou o cara, fí. E o cara não era criminoso nem nada. Negócio [dele] era bebê um goró, nem tinha terno, colava com nós, colava com o Vareta.[...] eu ainda falei pro Neguinho na época: “pelo amor de deus, matou um cara firmeza”.

Neguinho ainda respondia em liberdade por esse homicídio quando decidiu reaver seu “reinado”. A primeira atitude foi formalizar suas futuras ações, escrevendo em uma carta trinta nomes de pessoas que ele planejava executar. A maior parte dos listados eram membros do grupo de Marcelinho, incluindo o próprio. O conteúdo da carta se espalhou e os listados trataram de desaparecer, com exceção de Marcelinho. Os dois protagonistas desse conflito, Neguinho e Marcelinho, estavam experimentando momentos distintos. Marcelinho e seu grupo tinham iniciado recentemente sua primeira “guerra”, contra o grupo do Lelo, do bairro Tupi, ao passo que Neguinho se encontrava isolado, sem respaldo de grupo algum e aparentemente desorientado. Alguns ex-companheiros de Neguinho tentaram aproximação sem, contudo, lograr qualquer êxito.

Interlocutor III: Eu falei: “os caras vai matar você [...] o esquema é o seguinte, os caras falou que agora que nós destacou [abandonou] você, os caras vai matar você”. [Neguinho]: “que, mano, nem cola comigo não”. Falei: “Neguinho, sai fora que os caras vai matar você, mano. Você perdeu o [respeito], os caras viu que você não é tudo isso”. [...] Na época ele virou meio noiado, mano. [...] Eu desci aqui embaixo, no [bar], lembro até hoje. Parei, os caras ficou tudo olhando, entrei dentro do bar, ali, falei: “seguinte, Neguinho, sai fora desses caras aí, rapaz. Você tá jogando sinuca aí, você não sabe quem vai matar você”. Aí os caras: “não, mano, nada a ver”. [Interlocutor]: “nada a ver o caralho, moleque, cala a boca. Os caras vai matar você, mano. É a conversa que tá saindo aí. Os caras só tá adubando você. Vamô cola com nós lá” né? [Neguinho]: “não, mano, já era, ué. Tenho medo não, rapaz, manda vim” aquele jeitinho dele. Falei: “então firmeza, irmão. Sempre considereei você, tá ligado”. Fui tocar na mão dele, ele não tocou.

Neguinho era constantemente monitorado por vários rivais, que buscavam juntos articular seu assassinato. Na tarde de uma terça-feira, dia 20 de maio do ano de 2003, o objetivo foi alcançado. Neguinho, com 21 anos, foi assassinado. O carro Ômega bordô, conduzido por Vampirinho, circulava nas imediações da residência de Neguinho quando o avistaram. Além do condutor, estavam Mestiço e Marcelinho, o executor, no carro. Neguinho foi pego desprevenido, enquanto falava no telefone público. Foram, no total, seis disparos: “dois atingiram de raspão a cabeça, outros dois acertaram as costas, um no abdômen e o sexto transfixou o quadril” contou o delegado da época. Neguinho ainda conseguiria correr para dentro de uma residência – entre a casa que residia e aquela onde outrora assassinara Ginho. Morreu, assim, um tirano.

Pesquisador: Não sei se você lembra, mas quando ele [Neguinho] morreu, teve festa aqui no bairro.

Interlocutor III: Teve. Os caras [...] “zuou” o caixão. [...] aí os caras foram lá em casa avisa. “E agora? Olha lá seu amigo!” Falei: “ué, vou fazer o que? O cara destacou de nós. Nem ‘colava’ mais com nós [...] deu mancada com nós, não foi uma, foi um monte. Querendo dá ‘balão’ nos bagulho nosso. Eu vou lá fazê o quê? Tenho nem condição de ir lá”.

Pesquisador: os caras que mataram ele que ficaram lá [no velório].

Interlocutor III: É! Ficou a “família” inteira, todo mundo. Aí colô o Nandes, tudo o terno. Bola, Gaúcho, os caras tinha raiva, né, mano? Ficou soltando fogo [fogos de artifício] mesmo [...] todo mundo odiava ele. Você sabe que o terninho do Bola madeirava muito pro Marcelinho. Por que era o único que tinha atitude. Nenhum deles teve atitude, ninguém.

Pesquisador: matou o Neguinho com 13, 14 anos.

Interlocutor III: É! Ninguém teve atitude, então ele teve, entendeu? No auge do rolê dele, matou o Neguinho.

A noite de terça-feira do assassinato de Neguinho foi marcada por uma grande festa: passeata com carros buzinando, comerciantes distribuindo grades de cerveja para o bando benfeitor, grande queima de fogos de artifício, vários churrascos e muitos sorrisos. Mas Neguinho deixou um legado que seria herdado por Marcelinho. Se, por um lado Neguinho havia escrito sua história, grande parte da qual sem respaldo de um grupo, Marcelinho, por sua vez, trouxe para o seu lado aproximadamente quarenta jovens, muitos deles com uma disposição incrível para guerrear.

4.2.3. As Guerras de Bancas

Um dos significados formais da palavra guerra é “inimizade declarada e luta armada entre nações ou partidos”. Nesse caso, acrescentamos “entre as chamadas bancas” à definição. Manso (2005) e Rocha (2012) apresentam análises indispensáveis para que se possa pensar as relações de reciprocidade violenta entre grupos juvenis nas periferias das grandes metrópoles. No caso da Região Norte de Cambé/PR – ainda que sua região metropolitana não se configure como uma gigante das metrópoles brasileiras –, as análises dos autores supracitados possibilitam a compreensão desse contexto, com agravante no fato de que todo um legado de violência e de tirania foi assimilado pelo novo protagonista dessas guerras, o Marcelinho. A banca do jovem Marcelinho teve pouco tempo para comemorar o assassinato do rival, Neguinho. Nesse período, já haviam iniciado sua guerra contra a banca do Lelo, do bairro Tupi.

Interlocutor IV: Essa treta começou, Indião, assim, eu sei um pedaço dela. Você lembra de um lugar perto da garagem da TIL, que tinha sinuca, essa briga começou ali.

Pesquisador: Não era droga então [o estopim do conflito]?

Interlocutor IV: Não, não! Era “treta” mesmo, foi “treta” de birra, essa aí é briga de gangue mesmo, não teve droga no meio. Que na verdade uns traficava aqui, outros traficava lá, e não tinha isso aí.

A guerra entre os grupos dos bairros Ana Rosa e Tupi teve como motivação olhares atravessados em uma casa de jogos na divisa da Região Norte com Região Central do município. Dias depois da troca de insultos entre os grupos, Adilsinho, membro do grupo de Lelo, foi flagrado em um bar no bairro Ana Rosa pelo grupo de Marcelinho. Estes, aproveitando a oportunidade, atiraram diversas vezes contra Adilsinho, acertando-o cinco vezes. O jovem de 25 anos faleceu cinco dias depois, no dia 25 de fevereiro do ano de 2003. Até então, o grupo de Marcelinho não tinha sofrido nenhuma baixa, mas já contava com dois rivais pela frente: Neguinho e os jovens do bairro Tupi. Duas bancas, em especial, tentaram se aproximar dos jovens da Marcelino Gonzáles (a do Vareta e a do Dinho). Como sinal de boas-vindas, os próprios líderes de suas respectivas bancas, Vareta e Dinho, se disponibilizam a “passar um pano” no bairro Tupi para verificar as condições de um eventual ataque aos rivais. Na noite do dia 27 de fevereiro de 2003, um automóvel Passat (sem vidro traseiro) seguiu do bairro Ana Rosa ao bairro Tupi com cinco jovens a bordo: Vareta, Dinho, Ferrugem e dois membros da banca do Marcelinho. Já em território hostil, o grupo foi surpreendido pelos rivais, que dispararam um tiro de calibre 12 contra o automóvel. Foram duas as vítimas: Vareta, ferido sem gravidade no ombro, e Dinho, que teve metade de seu crânio arrancado.

Interlocutor IV: Eles vão no Tupi fazê um atentado e nisso o Aguinaldinho, o nome desse rapaz que atirou neles, que matou, é Aguinaldinho. [...] o cara sai de traz da árvore e atira [...] e nisso rebenta a cabeça dele [Dinho]. Daí o Ferrugem tá com uma calça branca, suja tudo de sangue, o cara saindo sangue, os caras desespera, leva, e deixa ele caído na frente da Santa Casa e vai embora.

Os grupos do Marcelinho e do Lelo continuaram suas desavenças, com tiroteios em diversos lugares. A morte do Dinho teve impacto contrário ao que se esperava entre os jovens de sua banca: ao invés de se unirem ao grupo do Marcelinho, o que seria o mais óbvio, decidiram esperar pela oportunidade de atacar os jovens da Marcelino Gonzáles. O grupo do Vareta, por sua vez, teve vários de seus membros apoiando o do Marcelinho. Na outra ponta, o grupo do Lelo, que já

tinha ótima relação com a banca do Ciganinho, estreitaria ainda mais os seus laços, a fim de que pudesse se proteger de ataques rivais. A guerra, basicamente, foi entre bairros: Ana Rosa contra Cambé IV e Tupi.

Em tempos de guerra, as bancas normalmente mudavam suas estratégias. Ampliavam tanto o número de assaltos quanto fortificavam o comércio de drogas no intuito de elevar a lucratividade e fortalecer o grupo com a compra de armas de fogo, além de não ficarem “marcando” em um local fixo, para não serem alvos fáceis dos oponentes. Em um desses assaltos, o Vampirinho, da banca do Marcelinho, acabou sendo preso. Ele ficou pouco tempo detido, mas o suficiente para sofrer humilhações irreparáveis.

Interlocutor III: Ele [Bocão] fez ele [Vampirinho] vestir roupa íntima de mulher, né? Na cadeia, né? [...] o Bocão caiu lá dentro [da cadeia], tinha um nome porque do irmão, e o Bocão foi dá uma ‘voz’ no Vampirinho e parece que o Vampirinho não atendeu. [Vampirinho]: “que, mano, quem comanda é seu irmão, você é um bosta”, e tá, e tá, e tá. Aí mandaram uma ‘pipa’ que o Bocão que é a voz [na cadeia]. Daí os caras juntô na cadeia [e] pressionou o Vampirinho, né? Aí o Vampirinho falou: “lá fora eu sou mais correria que ele; aqui dentro ele pode fazer o ‘corre’ dele, mais lá fora, não”.

Pesquisador: pressionou no sentido de bagunçar o cara?

Interlocutor III: É, de zuar, né mano? Aí o que acontece, no cincão, [Região Norte de Londrina], ele [Vampirinho] tinha dado mancada com uns caras, e aí os caras ligô a cadeia. Então você sabe que cadeia liga, né? “puxa o bonde dele aí então”. Aí puxou o bonde “ah, o mano deve pra nós”, “então já era”. Aí o Bocão que foi a voz no seguro pra zuar o cara. O Bocão que dava a voz todo dia de manhã “aí, vai fazê isso hoje” entendeu? “Vai lavá as ‘corujas’ dos ladrão, vai fazer isso...” então o cara foi fazendo, foi só maquinando, “quando eu saí daqui, vou matá esse cara”.

Bocão era o único em atividade do grupo do “pacto de sangue”. A BCR, assim como a banca Chapa Coco, havia se fragmentado em pequenos grupos. Ambas foram as primeiras bancas a se desarticularem na Região Norte. Quando o Bocão deixou a prisão, ele andava sozinho na maior parte do tempo, o que aumentava os riscos de ele sofrer ataques, uma vez que estava sob o juramento de duas bancas: a do Lelo, por conta da tentativa malsucedida de o assassinar junto com Neguinho, e a do Marcelinho, por causa da humilhação de Vampirinho. No entanto, Bocão tinha aliados fortes. Lelo, consciente de que ao atacar Bocão sofreria represálias, “deixou baixo”. Já Vampirinho estava disposto a enfrentar qualquer que fosse o rival, independentemente das consequências. Por honra, era necessário se vingar da humilhação outrora sofrida na cadeia.

Interlocutor III: O Bocão “moscava”, né? Achava que nunca ia acontecer. [...] Nesse dia que o Bocão morreu ele tava com um oitão. Eu tava com os moleques do Leonor, [Região Oeste de Londrina], e eu tava com mais um oitão; fui atrás dele pegá bala, e ele tinha dado tiro no Lelo há pouco tempo. Então o Bocão tava querendo criar uma fama, sabe? Tava tudo aquele terno [do Ciganinho] querendo respeitar o Bocão, e vinha uma voz de dentro [da cadeia] pro Bocão. E o Bocão achando que ele tava patrão. Foi dá tiro no cara [Lelo] e errou, e tal. Falei: “Bocão, a caminhada não é essa, mano. O Vampirinho tá nervoso com você e o moleque é ligeiro. Fica esperto, você tá andando com essa Mesticinha aí, mano, sei lá qual que é dessa mina”, né? [Bocão]: “não dá nada não, mano, vou ficar com a mina ali embaixo hoje, perto da igreja e já era”. Falei: “rapaz! Arruma umas balas pra mim então, vou pro Leonor” [...] tinha dois oitão, eu queria ir com o mais bonito, né? Porque ia encontrar umas minas, pá. O Bocão: “vou ficar com o grandão e cê vai com o pequeno”. Aí eu falei: “põe na agulha, hein, os caras tá atrás de você, mano [...] os caras tá na maldade” [Bocão]: “dá nada não, mano, dá a réca [bicicleta] aí, empresta a réca aí”. Deixou o revólver e desceu de réca. Aí eu tava lá em Londrina, ligaram pra nós: “volta que mataram o Bocão” [...] aí nós veio tudo embora.

Bocão, com 21 anos, foi assassinado na noite do dia 01 de outubro de 2003. Foi alvejado por dois tiros de revólver calibre 38. A BCR perdia, assim, mais um membro. O grupo do Marcelinho também perdeu Vampirinho, que se viu coagido e fugiu do estado. Quase dez anos depois, na noite de 03 de agosto de 2013, Vampirinho foi assassinado com mais de vinte tiros na cabeça, próximo ao município de Ponta Porã (MS). Segundo alguns interlocutores, a motivação foi a vingança pelo assassinato de Bocão.

O conflito entre Vampirinho e Bocão em nada alterou a guerra entre os grupos dos bairros Ana Rosa e Tupi. Dos jovens do grupo do Marcelinho, um em especial sofreu mais com o assassinato do Dinho, o Coelho. Ele tomou a frente no confronto e decidiu um ataque surpresa. O grupo do Lelo nunca poderia ter imaginado ser atacado em um dos bares mais prestigiados de Londrina, no Centro daquela cidade. Na noite do dia 20 de agosto de 2003, Coelho (22 anos), desferiu um tiro de calibre 380 à queima roupa na nuca do Lelo em meio a um amontoado de pessoas. O grupo do Lelo ainda trocou tiros com Coelho e todos fugiram do local.

Pesquisador: Você lembra dessa cena do Coelho e do Lelo?

Interlocutor IV: do Coelho e do Lelo? Eu lembro sim, contado pelo próprio cara que tava junto. Ele diz que eles tava seguindo o Lelo, seguiram o Lelo um tempo, daí não achou. Aí, não lembro quem foi, liga pra ele [coelho] e fala que o Lelo tá no [bar]. Aí eles saem de carro daqui e vai lá. Aí chega. Tá o Ferrugem, Coelho, Claudião. Tinha um cara lá de dentro [infiltrado] passando a informação [...] na mesa tinha um traidor [...] eu lembro que quase pega tiro nele. Ninguém ia mata, eles ia espera sai, seguir, e atirar. Daí o Coelho pega a pistola e fala assim: “qui, eu vou entra lá dentro e vou mata ele, sabe por que vocês não mata ele? porque toda a vez vocês fica querendo espera não ter gente perto, eu vou entrar e vou mata” diz que até o Ferrugem, falando pra mim, meio que desacreditou. Daí ele [Coelho]: “dá aqui essa pistola” [engatilhou] e foi. E entra e atira no cara no meio de todo mundo [...] depois eles saem e fazem um churrasco.

O jornal local colocou em destaque a seguinte manchete em sua página principal: “Amigos comemoram assassinato com churrasco”. Depois de assassinarem Neguinho, os jovens da banca do Marcelinho adotaram o churrasco como tradição para a comemoração de eventuais mortes de rivais. Mas, no caso de um adversário poderoso como o Lelo, o grupo aderiu a outra prática, inédita até então. “Foram apenas três palavras: Valdinho-Demorô-Morreu”, disse o delegado aos jornalistas que cobriram a matéria sobre a violação do túmulo do Lelo. O autor da cena foi Costelinha, da banca do Marcelinho, que, na noite após o enterro, invadiu o cemitério para violar o túmulo do então falecido Lelo e deixar uma mensagem para os rivais, sobretudo para o Valdinho. O citado Valdinho, braço direito do Lelo, sendo ameaçado pelos rivais, mudou-se de estado. Em Santa Catarina, o jovem cometeu outros crimes e só retornou ao bairro Tupi em 2008, para iniciar outra guerra.

Pesquisador: não sei se você lembra disso, mas os caras vão e “tira” o túmulo do Lelo.

Interlocutor II: sim [...] ele [Costelinha] vai e tira o corpo do Lelo e daí não joga de cai pro lado de fora, ficou pendurando assim, no muro do cemitério [...] ele mesmo contou: “tava facinho, a massinha tava mole”. Ele catou e puxou, assim [o corpo].

Interlocutor IV: O que acontece?! Eu conhecia o Valdinho e os outros dois irmãos dele. Os dois foram mortos. Nessa época acontece esse “negócio” e o Valdinho vai embora pra Santa Catarina [...] e começa a fazê assalto [...] e tem um cara que é amigo deles, que fumava um “negócio” e “dava a letra” pros caras roubá. Só que esse cara, ele surfava pra caralho, ele tava pegando o auge do surf, usava uma droga e surfava. Aí um dia a briga foi porque [...] eles roubou, deu pra esse cara vendê, esse cara tinha influência, aí ele pagô, mais pagô a menos do que ele vendeu. Aí [os caras] liga o Valdinho. O Valdinho chega e mata.

Interlocutor III: eu fui atrás do Valdinho [pegar munição] quando eu coleei no barzinho que o Valdinho tava ele saiu pulando os muros. Por quê? Porque o Bocão tinha dado tiro no Lelo, ele achô que eu fui pra dá tiro nele, entendeu? [...] eu fui na casa dele, ele pulô pra fora e saiu correndo na rua [...] correndo pra lá. Ele não era tão bandido na época. Tinha bala, tinha uns revólver, mas não era tão respeitado. Hoje ele é PCC, né, mano?

Com a morte do rival Lelo, o grupo do Marcelinho passou a dominar todas as ações na Região Norte. BCR e Chapa Côco já tinham se desunido – no caso da Chapa Côco, ainda houve a migração do Bola para o grupo do Marcelinho. Os jovens do bairro Tupi, que haviam perdido seus principais líderes recentemente, também se desligaram. No caso do grupo do Lelo, seu irmão mais novo, o Caçula, passou a comandar a banca por algum tempo. Sob seus cuidados, de acordo com o

relato de alguns interlocutores, teriam assassinado, no Centro da cidade, o Costelinha (16 anos) com um tiro na cabeça. Isso no mês de janeiro de 2004. No entanto, Caçula, cujos dois irmãos mais velhos, Lelo e Milo (morto em 1995), foram assassinados, aos poucos se afastou das bancas. Ciganinho se mudou da Região Norte e só retornou em 2006. Chepa ficou, então, sendo a referência dos jovens do bairro Cambé IV.

Vareta foi outro a se mudar do bairro nesse período. A banca do Vareta, talvez a mais antiga do bairro Ana Rosa, fragmentou-se, com grande parte de seus membros se afastando das dinâmicas de bancas – apenas os ligados às atividades criminais permaneceram em atividade, passando a fazer parceria com o Marcelinho. O grupo do finado Dinho ainda se mantinha unido, esperando o momento apropriado para o retorno. Na localidade dos nórias, a dinâmica era a mesma; no entanto, Madeira já não comercializava pasta básica de cocaína, o que fez diminuir o agrupamento de dependentes químicos naquela localidade. Magrelo ainda comercializava maconha, mesmo com eventuais represálias do grupo do Marcelinho.

No início do ano de 2004, os jovens da Marcelino Gonzalez eram, em seus múltiplos aspectos, aqueles que tinham maior representatividade na Região Norte. Marcelinho perambulava pelas ruas do bairro Ana Rosa com outros quarenta jovens aproximadamente. Juntos, alugaram uma casa que ficou conhecida, inclusive entre os policiais, como a “casa dos artistas”. Um local frequentado por toda a banca, que funcionava também como ponto de venda de drogas – o tráfico de drogas passou a ser uma das principais atividades do grupo. O “sucesso” deles atraía cada vez mais novos membros. Alguns foram de fulcral importância para o início dos próximos conflitos.

No mês seguinte ao assassinato do Lelo, em dezembro de 2003, o pequeno grupo do Magrelo sofreu duas baixas. A primeira foi a do Rogerzinho, assassinado na Região Leste do município. As represálias que o grupo vinha sofrendo por parte da banca rival fez com que o Rogerzinho se afastasse do bairro Ana Rosa. Lá, na Região Leste, o jovem se envolveu em novos conflitos – não se sabe ao certo quais. Em nota, o delegado disse à imprensa o seguinte: “ele apresentava marcas de tiro e traumatismo craniano”. A segunda baixa foi a exatos doze dias depois, no bairro Ana Rosa. Dessa vez a vítima foi o Skatista, que estava em regime de liberdade condicional na Colônia Penal Agrícola há aproximadamente

vinte dias, onde cumpria pena por assalto à mão armada. Chegou ao bairro e tratou de resolver suas desavenças com o irmão de Branco, que outrora havia lhe desferido alguns “tapas na cara”. Branco se antecipou para evitar um eventual ataque ao irmão. Foram dois os disparos de calibre 38 contra a cabeça do Skatista.

Interlocutor IV: eu lembro até da briga, eu tava no dia [...] aí nesse dia vem o Branco, né? O Branco se faz de amiguinho dele “ah, vamo fazê um rolê, vamo fazê um assalto ali”; daí ele vai e busca [o revólver] e vem com o 38 [...] só ranca e “Tow” [atira].

Ainda nesse período, Branco se une à banca do Marcelinho, cuja hegemonia na Região Norte se estenderia pelos próximos seis meses. Durante esse período, novos atores surgiram, dentre os quais a banca do Nitão, que até então não figurava entre as bancas mais populares da região; ela era formada por um pequeno grupo de jovens tratados como escória entre as bancas. O pequeno grupo era formado, basicamente, por colegas moradores da mesma rua, aos quais se atribuiu o envolvimento em pequenos assaltos e o homicídio de um homossexual na Região Central – o que não é consenso entre os interlocutores. Um evento inesperado e ligado à soberba da banca do Marcelinho deu início a outra guerra, agora contra o grupo do Nitão.

Pesquisador: você sabe alguma coisa sobre o início dos conflitos entre Nitão e Marcelinho?

Interlocutor I: Nitão e Marcelinho? Foi porque do Lagartixa, não era? O Lagartixa ‘tirava’ eles pra macaco, né? “é seus macacos”, tirava os moleques. Porque os moleques era mais destacadão também, né? Não tinha uns pano [roupas], não dava roleção e tal. “é seus mendigos”, “cadê as espingardas véia”. Porque eles estavam no auge naquela época, né? O Lagartixa. Aí o terninho deles andava de moto sem camisa, empinava, porque os caras tinham carro, aí o terno dos boys foi tudo pra eles também, lembra? Todo mundo foi pra eles, todo mundo, todo mundo. Então era o terno, e rolê, e carro, o Mestiço tinha ‘a boa’, e bancava, com pistola [...] eles tinha mania de ficar mostrando as pistolas, Claudião e Marcelinho. [...] começou outra galera de fora vir pra cá, porque eles deixavam, uns boys lá do centro. [na época do Neguinho] ninguém vinha, nós era fechado, né? Vinha um do Tupi nós ‘colava o brinco’ (risos). [...] você lembra, também, uma vez que a gente bateu o carro do Mineiro [banca do Dinho], isso foi uma das inflamadas que deu, também, pra virar a treta do Nitão. O Mineiro tinha comprado um uno vermelho e nós falou assim “vamo roletá todas as avenidas desde lá do ‘canto da mata’ até o Favaro”. Roletamo atravessando tudo, nós roletô tudo, chegou na Jacomo Rosine [avenida dos Nórias] nós bateu no Chevette do Boy. Nós desceu do carro, o carro subiu o canteiro, bateu no poste, quebrô tudo dentro do carro; nós voou em cima do parabrisa, deu aquele ‘bolo loco’, o revólver caiu. Aí eu sai assim e fui batê no Boy “tá loco, mano”, [Boy]: “oh, é avenida, mano, cêis tá errado” [interlocutor]: “vocês vai pagá o bagulho e é o seguinte, vocês tá na obrigação”. [...] aí nisso o Boy foi e comunicou o Lagartixa, porque o Boy colava com os caras. O Lagartixa comunicou o Mineiro “é o seguinte, ninguém vai pagar nada e você tá na obrigação de pagá o Chevette”. Aí o Mineiro chegou em mim e deu a voz, falei assim: “demorô, então, nós vai catá o Lagartixa”. Aí nisso ele nem procurô eu, procurou o Nitão e os caras. Daí o Nitão desceu e deu tiro no braço do Lagartixa (risos). Aí começou essa guerra “ah, os neguinhos tá querendo guerra” aí os caras subiam lá e dava tiro na casa do Nitão.

Interlocutor II: Na verdade essa treta começa não com ele [Marcelinho] começa com o Claudião. O Claudião é o estopim [...] ele matou involuntariamente muita gente aí, cara. Aí tá tendo uma festa lá na quadra do colégio e o Claudião chama ele [Nitão] de macaco [...] a briga começa aí. Aí o que ele faiz, ele manipula os caras pra ficar contra o Nitão. [...] Faz “casinha”. Ele [Claudião] articulava desse jeito. [...] Faiz a “casinha” e eles entram em guerra. Aí os caras vai atirar na casa do Nitão.

A partir dos motivos acima narrados, uma segunda guerra se iniciou. Lagartixa, Claudião e outros, que eram novos membros do grupo do Marcelinho, começaram a contenda com o Nitão. O primeiro ataque partiu do Nitão, que atirou no braço do Lagartixa. Depois disso, o grupo do Marcelinho deu início a uma sessão de ataques. O primeiro foi no sentido de apresentar ao rival o seu poderio bélico; assim, Marcelinho, Branco, Claudião e outro parceiro atacaram a residência do Nitão. No total, foram aproximadamente oitenta disparos de arma de fogo. Em virtude disso, a família do Nitão abandonou o bairro Ana Rosa. Outros dois ataques aconteceriam no mês de setembro de 2004. O primeiro ficou sob a responsabilidade de Zoinho, que atirou e matou Vermelhinho, o braço direito do Nitão, com três disparos de calibre 38. O segundo decorreu de uma “pipa” (informação) trocada entre a cadeia de Cambé e o Educandário de Piraquara/PR, resultando no assassinato de Japa Preto.

Interlocutor II: Nisso, eles já estavam meio brigados [as bancas]. [...] Daí ele [Zoinho] atira no Vermelhinho, e o Vermelhinho corre [em direção ao plantio de soja], até fui eu que achei [o corpo] o Vermelhinho. Aí eu achei ele por conta, olha só pro cê vê, do celular que ele pegou dentro do carro no dia do acidente que aquela menina morreu. O Vermelhinho no capota do carro ele acha um celular e pega o celular pra ele. [...] aí eu vi porque o celular brilhava, brilhava, brilhava. Eu vi um “negócio” brilhando e fui seguindo aquilo lá, daí eu achei ele. [...] ele correu, correu, e ele já tinha convulsão, aí dá um ataque de convulsão nele e ele morre, com um tiro na mão, um na coxa e um na barriga. Eu chego ele tá branco assim, tá com a camiseta erguida e uma bolinha de sangue assim, tem uma bolinha de sangue, dá pra vê que é um [tiro] na barriga, aí eu ponhei a mão nele, ele tava gelado e virado a bola do olho.

Após a morte de dois parceiros, o grupo do Nitão, mesmo fragilizado, partiu para o ataque contra a banca do Marcelinho. Mas não estavam sozinhos; membros de outras três bancas (Chepa, da banca de Ciganinho, Mineiro, da Banca do finado Dinho, e Magrelo, da localidade dos Nórias) uniram-se ao Nitão. Além disso, este, que se mudou com a sua família do bairro Ana Rosa para a Região Leste, fez novos parceiros. Familiares e amigos próximos reuniram recursos financeiros o suficiente para o grupo do Nitão se armar. Após o assassinato de Vermelhinho, o grupo teve dois meses para articular o épico ataque contra Marcelinho e seus associados. Os protagonistas do ataque foram Chepa e Nitão.

Interlocutor II: Os caras precisavam de recursos, bala, revólver, essas coisas. Eles [familiares] cata um dinheiro e dá o dinheiro. Eles [familiares] ficou bêbado lá no bar e eles já sabia que ia ter atentado à noite. Tanto que os caras falaram assim “o atentado vai ser à noite, mais ou menos tal hora” “hoje o bagulho vai ficar louco nessa vila”. E eu lembro que, você lembra que eu passei aqui pra avisá você?

Pesquisador: verdade.

Interlocutor II: Porque eu cheguei na hora e vi ele agonizando, o Marcelinho. Foi assim, [...] eu tava de bicicleta aí eu vi um giroflex lá em baixo, aí, curioso, desci, daí eu encontro. Quando eu cheguei, ele [Marcelinho] tava lá, pondo no SAMU e tudo. Não tinha morrido ainda e o tio dele tava morto no chão [...] os caras lá tudo em desespero. [...] daí eu venho e falo pra você, lembra? [...] depois a gente encontrou o Branco lá em cima, com as duas pistolas, lembra? Que ele foi e pegou dos caras, no chão morto.

Pesquisador: é verdade! O que ele fez com aquelas pistolas?

Interlocutor II: diz ele que devolveu pras meninas (risos).

O ataque contra Marcelinho foi em novembro de 2004 e resultou em duas mortes: sua e de seu tio. Marcelinho foi pego desprevenido enquanto conversava com o tio diante de uma fogueira feita em frente de sua casa. Foram dezenas de tiros de pistolas calibre 380 contra ambos. O assassinato de Marcelinho deu fim ao “reinado” de aproximadamente um ano e meio de sua banca, contado a partir da morte do Neguinho. Com Marcelinho assassinado e Coelho atrás das grades por conta do assassinato do Lelo, o grupo ficou desnorteado. Tomaram, então, a frente da banca Nandes, irmão do agora falecido Marcelinho, e Monstrinho. Este último, um mês após o conflito entre Nitão e Marcelinho, atirou na cabeça de Nessinha, parceira de banca, causando seu óbito.

O grupo do Nitão esperou seis meses para iniciar os próximos ataques, que foram seis. Desta vez entraram em cena Nitinha, irmão de Nitão, e Nandinho. Os três primeiros ataques não tiveram o resultado esperado. Balearam o Claudião, além dos diversos tiros dados contra a sua residência, e o Lagartixa. Registra-se ainda a malsucedida tentativa de assassinar Ferrugem. Já os outros três ataques foram fatais. Na primeira semana de maio de 2005, Andinho, Nitinha (do grupo de Nitão) e alguns aliados da banca do finado Dinho executaram Nandes (irmão do finado Marcelinho), Dada (Irmão de Monstrinho) e Chicão, nessa ordem.

Interlocutor II: Andinho vai com o Nitinha, eles vão na casa do Dada, que é irmão do Monstrinho. Eles atira, dá um tiro, chama o cara [em sua residência] o cara chega e eles mata o cara.

Pesquisador: o Andinho está nessa cena?

Interlocutor II: isso, o Andinho tá nessa cena! Diz que é o Nitinha que mata, mas na verdade é o Andinho que mata. Aí, passa uns dia o Andinho mata quem? O Chicão! Diz que foi o Nitinha, Nitinha levou toda a fama, mas todo mundo fala que foi o Andinho que matô. Lembra do Chicão? [...] daí ele mata o Chicão aqui na avenida [...] todo mundo sente a morte dele. Ele

[Andinho] mata o Dada, depois mata o Chicão, na avenida aqui, por bobeira, porque o Chicão começou a falar demais, e começou a falar que fechava com os caras do Marcelinho, aí ele vai e mata ele. Passa alguns dias ele ia matá o Ferrugem. Ferrugem não morre de sorte [...] Ferrugem em frente de casa no golfe vermelho eles rancô [as pistolas] e veio. Aí o Ferrugem percebe os caras vindo correndo e o Ferrugem liga o carro e sai andando [...] e os caras com o bagulho na mão. Daí passô uns dias ele mata o Nandes.

Interlocutor II: Rapaz, ele [Andinho] queria exterminar todo mundo, tanto por causa do Vermelhinho, que era amigo dele e os caras falô assim que ia morrê todos os amigos dele. Ele falô: “então se vai morrê, eu vou matá tudo”. Diz que o moleque entrou em uma sangria, rapaz! Em pouco tempo ele matou três, cara.

Pesquisador: foi! Foi em uma semana, cara.

Interlocutor II: ele matou três, irmão. E ele ia matá mais se os outros não deixa, ele ia matá, véi. Moleque sanguinário (risos).

Foram baixas significativas sofridas pelos jovens da Marcelino Gonzales. Cinco membros foram assassinados e três estavam presos – além de Coelho e Zoinho, o Monstrinho. O grupo do Nitão permanecia se articulando para a realização de novos ataques. Andinho, no entanto, foi preso pelo assassinato de Nandes. Na cena, Andinho foi reconhecido por uma garota que acompanhava Nandes. O jovem, segundo alguns relatos, foi levado até o local da morte por Bola, que teria traído a banca com medo de sofrer represália do grupo do Nitão. Dias depois, Bola sofreria um ataque por parte da banca do falecido Marcelinho, sendo alvejado por cinco disparos, mas sobreviveu. Andinho encontrou seus rivais na cadeia pública do município e foi atacado por Monstrinho:

Interlocutor II: Depois o que acontece com ele [Andinho], ele cai na cadeia. Aí quem tá preso? O Monstrinho! Aí o Monstrinho espera ele ficá “marcando”, daí o Monstrinho tenta enforcar ele e não consegue, daí o Monstrinho fura toda a barriga dele. Furou tudo, e pensa que ele morreu. Aí o pessoal chama o guarda lá, esqueci o nome dele, até o nome do guarda eu sabia. Tira ele [Andinho] só que ele não morre. Daí uma vez eu encontrei ele, ele tava com um caninho assim, pra respirar, daí ele tirou a tampinha assim [pra falar]. Ele fica uma par de tempo com aquilo, daí depois ele tira aquilo e vai pra Ibiporã/PR, os caras descobrem que ele tá em Ibiporã/PR daí ele vai pra outro lugar e eu não tenho mais contato. [...] mas ele é vivo.

A guerra ainda fazia outras vítimas. Cinco meses após o assassinato do Nandes, Dada e Chicão, a banca da Marcelino Gonzáles fazia um ataque aos rivais. Na cena estavam Branco e Monstrinho, que atiraram diversas vezes contra Nitinha, acertando-o na cabeça e levando-o à morte. No tiroteio, que ocorreu em um posto de combustíveis na Região Central da cidade, outras quatro pessoas que estavam no local foram baleadas. Novos conflitos surgiriam apenas em junho de 2006, oito

meses após o assassinato de Nitinha. Na ocasião, dois novos aliados do grupo de Nitão, Noinha e Beringela, atacaram Branco, que se encontrava em um bar do bairro Ana Rosa. O autor do disparo foi Noinha; Beringela, por sua vez, apenas “passou um Pano”. Meses depois Beringela matou pauladas o Noinha, que supostamente estava “falando demais” sobre o assassinato de Branco.

Interlocutor II: Aí depois disso vem outra sessão de morte, você lembra disso? Que o cara que mata o Branco andava com o Beringela. E parece que surgiu um bafafá assim sobre a morte do Branco e esse cara [Noinha] começou a falar demais, e eles resolvem matar esse cara. Aí quem é que vê, que chega na hora, assusta e “cagueta”? [...] quando eles tava matando chega um moleque, que eu lembro quem que era, e vê e assusta, pensô que ia morrê também, corre e cagueta pra todo mundo. Aí foi caindo de boca em boca, ligaram lá [na delegacia] e denunciaram [o Beringela]. Eles mata o cara que matou o Branco. O Branco morre no dia do Brasil e Croácia, né?

No final de 2006, acabaram os primeiros conflitos entre bancas. Desde o assassinato de Digo (junho de 2001), este estudo registrou trinta e três homicídios diretamente ligados à dinâmicas de bancas. Nesse período, foram constatadas também duas guerras entre bancas, as quais resultaram em vinte e um assassinatos. Na Região Norte, apenas um homicídio ocorreu durante esse tempo, cujos protagonistas não eram jovens de banca. O fato ocorreu em fevereiro de 2004, em decorrência de uma briga que causou a morte de uma jovem, assassinada com duas facadas dadas pelo companheiro.

Magrelo, da localidade dos nóias, ainda cobraria a “pedra” pelos anos de represália sofridos pelo grupo da Marcelino Gonzáles.

Magrelo: e o mano da Leste [Leste-Oeste – bairro da Região Oeste de Londrina] já tinha ‘dado ideia’ pra que quando eu trombasse, demorô. E cê tá ligado né, Indião? Então, tava eu, o parceiro e dois menor. Trombamo lá no Favaro. O parceiro tava com aquele 32, lembra? Foi daquele jeito [executaram a vítima]. E eu tava com um blusão laranja. Me pegaram [a polícia] porque do blusão laranja.

Pesquisador: foda!

Magrelo: Pior! Puxei um ano e dois meses. Levei um ‘boi’ [sorte] porque o advogado era bom [eficiente]. Meu primo lá do Bandeira [bairro Novo Bandeirantes] ‘deitou’ aquele cara e tá até hoje lá [preso], seis anos já. [...] Eu gastei quase vinte mil com advogado.

Foi “daquele jeito”, dois disparos atingiram o jovem Carroceiro, um nas costas e outro na nádega. Ficou lembrado como “o comédia que morreu com um tiro na bunda”. Ciganinho, no final de 2006, retornou ao bairro Cambé IV, após assassinar a própria esposa com um tiro de calibre 38 na cabeça. Cezinha, da banca

dos nórias, que em 1991 assassinou Tiaguinho, foi assassinado no ano de 2006, na Região Leste da cidade vizinha de Londrina, com dois tiros na cabeça. Beto, da banca do Vareta, foi morto na capital paranaense por mais de vinte tiros em 2004. Outras cenas ocorreram em Cambé/PR, sobretudo envolvendo Dougão (Região Oeste), Ciganinho (então residente da Região Leste) e Vespinha (Região Leste). No entanto, a dinâmica desses homicídios não se liga aos conflitos da Região Norte, e, em razão disso, não foram inclusos neste estudo. Mesticinha, que foi “casinha” na morte de Bocão, também acaba morrendo por conta do rompimento de dezenas de cápsulas de cocaína em seu estômago enquanto servia de “mula”.

4.3. NOVA DINÂMICA CRIMINAL: AS QUADRILHAS

No final do ano de 2006, as bancas da Região Norte de Cambé/PR têm seus últimos conflitos com morte, os quais podem ser chamados de guerras. A dinâmica é complexa. Desde o início da ascensão das bancas, os conflitos foram tomando outro formato, adquirindo o aspecto de guerra. Conjunturas similares aparecem em outros estudos (ZILLI, 2011; MANSO, 2005; ROCHA, 2012; 2017). Em grande medida, pode-se estabelecer um paralelo entre esses primeiros conflitos de bancas e as observações de Zilli (2011, p. 8), para o qual “o recrudescimento do tráfico de drogas é uma decorrência do fenômeno a ser efetivamente compreendido e não o contrário”. Ou seja, as rivalidades e os conflitos entre as bancas aqui estudadas se associa a atividades como tráfico de drogas, uso de armas de fogo, assaltos, roubos e, sobretudo, homicídios enquanto um processo de socialização e sociabilidade vivenciado por jovens que se organizam em grupos e disseminam conflitos territorializados, violentos e armados entre si.

Em 2008, o cenário cambeense é outro e os conflitos entre bancas têm novas repercussões. Os jovens dos bairros da Região Norte passam a se relacionar – com rivalidades imbricadas – a partir de um novo modelo de organização, as chamadas quadrilhas. Não há espaço, aqui, para tratar dessa complexidade de forma circunstanciada; pode-se dizer apenas que, ainda que se organizando de outra maneira, os jovens das antigas bancas conservaram as rivalidades e os conflitos de outrora.

As quadrilhas, segundo Zaluar (1997, p. 44), “são compostas por um número relativamente pequeno de pessoas, em geral jovens, que se organizam com

a finalidade de desenvolver atividades ilegais para enriquecimento rápido de seus membros”, o que as difere das bancas, que, de acordo com Manso (2005, p. 56), “não são necessariamente quadrilhas, embora, na maioria das vezes, seus integrantes vivam do dinheiro obtido em atividades criminosas”. Em Cambé/PR, os primeiros sinais de uma nova dinâmica criminal ficam evidentes em 2008, com a chegada da facção de origem paulista Primeiro Comando da Capital (PCC).

Figura II – Menção à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no Jardim Tupi em Cambé/PR



Imagem: do pesquisador. Av. Xavantes, Jardim Tupi, em Cambé/PR, 2018

No bairro Ana Rosa, as primeiras ações do grupo foram para desbancar jovens que estavam ascendendo no cenário criminal. Na região, a organização não era representada só por sua sigla, mas pelo nome do indivíduo, por exemplo, Ratueira do PCC. Ratueira foi um dos “caras considerados” que retornou ao bairro Ana Rosa em 2008, após dez anos de ausência. Trouxe consigo a sigla PCC e transformou o que antes eram “bocas de fumo” em “biqueiras”.

A primeira ação do grupo foi executar Dougão com vários tiros de pistolas de diversos calibres. Dougão vinha se destacando no Ana Rosa; seus três homicídios foram contra membros do grupo do Chepa (agora líder de quadrilha juntamente com Ciganinho). O primeiro homicídio de Dougão foi em março de 2008, quando assassinou Mania após ambos cometerem um assalto. Nesse caso, segundo interlocutores, Dougão tinha o objetivo de ficar com a arma de Mania e com

o dinheiro do assalto. Na primeira semana de novembro de 2008, matou mais dois “correrias” de Chepa, o Joninho e o Lipinho. Para matar o primeiro, fez uso de uma pistola 765; depois, com o segundo, utilizou uma de calibre 38. Dougão foi morto três dias após assassinar Lipinho.

Lipinho, de 18 anos, era um dos meninos que faziam a “correria” para Chepa. A ele é atribuído o assassinato de Ferrugem, sucedido em março de 2008, que corria com Coelho (antigo membro da banca do Marcelinho e então líder de quadrilha). Este foi o primeiro homicídio cujas causas têm relação direta com as antigas rivalidades de banca.

Interlocutor II: O Mestiço bateu nesse Lipinho à toa. Não sei o que é [aparentemente] ele encostou no carro [do Mestiço] foi um bagulho assim. O Mestiço bateu no Lipinho. [...] eu sei porque, no dia, foi um bafafá. [...] esse Lipinho “colava” com o Chepa.

No bairro Tupi, o PCC tinha como representante a pessoa de Valdinho, antigo braço direito do Lelo e agora líder de quadrilha. Assim como no bairro Ana Rosa, o PCC chegou ao bairro Tupi desbancando jovens que estavam criminalmente ascendendo. No Tupi, o rival do Valdinho/PCC foi Ratinho. Ele, no intuito de medir forças com seu rival, formou sua própria “facção”, o Primeiro Comando Tupi (PCT). Estudos recém-publicados (MANSO & DIAS, 2017) estimam que o PCC conta com aproximadamente 29 mil filiados, distribuídos por todo o território nacional. O PCT foi modesto, tinha um grupo de 9 membros, todos residentes no jardim Tupi. Valdinho/PCC em seu primeiro ataque a Ratinho cometeria uma falha que, segundo alguns interlocutores, não é admissível no PCC.

Interlocutor III: Mas por que o PCC deixou quieto? [nos conflitos entre Ratinho e Valdinho] Porque morreu a mãe! PCC não faz esse tipo de coisa, você sabe disso, né? Tipo assim, você é PCC e você vem e mata meu irmão, e meu irmão não tem nada a vê com o crime, só que você é PCC, aí vão vê qual que é a sua atitude, vai pegá umas testemunha fala porque que você matou o menino. Aí os caras [PCC] vai vê que você quis usar a sua autoridade, do comando, querendo humilhá o menino, o menino não aceitou a humilhação, fez uma retaliação em você, e você sem falar com o comando foi e matou o menino, sem a ordem deles. O PCC manda matar você. “uma vida paga com uma vida” é o lema deles, entendeu? Então, o Valdinho ele entrô [na casa] pra matá o Ratinho, mas matou a mãe. Aí o PCC falou assim: “a briga é entre você [Valdinho] e o Ratinho, nós tamo fora, mas a treta é docês dois, cês dois se resolve do jeito que cês qué, mas o PCC não vai envolver mais”, entendeu?

Sem possíveis retaliações do PCC e motivado pela vingança do

assassinato de sua mãe, Ratinho partiu para o ataque para executar Valdinho e seus comparsas. Chiqueti (correria de Valdinho) e seus dois irmãos foram assassinados por Ratinho e o bando do PCT em 2009. O conflito ainda ganharia novos capítulos. No bairro Ana Rosa, os grupos de Ciganinho e Coelho se envolveram em novas divergências. Em dezembro de 2010, Cara Larga, do grupo do Coelho, matou a tiros Chepa, braço direito do Ciganinho. O revide viria seis meses depois, com o “correria” de Ciganinho assassinando Jeff.

O grupo do Coelho ainda cobraria duas pendências do passado. A primeira referente ao assassinato de Nandes, de maio de 2005. Na ocasião, Bola teria agido como um “traíra” (de forma desleal), levando Nandes ao encontro de Andinho. Em fevereiro de 2012, dois jovens “correrias” de Coelho executaram Bola dentro de um bar no bairro Ana Rosa. A segunda foi contra Cafetão, que estaria “passando um pano” para Ciganinho em suas retaliações contra seu grupo, isso em maio de 2012.

Interlocutor III: Mas no dia, ainda, ele pilantrou, os moleques contam até hoje. [...] os moleques não sabiam certo quem era [o Bola] quando os moleques chegou, chegou no Bola, falou assim: “aí, mano, quem é o Bola?” aí o Bola falou assim: “é ele lá” (risos). Apontou o cara, mano [dono do bar] que era camarada do Bola. Aí os moleques foi e voltou “que nada, mano, o Bola é você”. Fritou!

Do antigo grupo do Madeira, um remanescente veio a ser a figura mais importante do PCC em 2012, o Escuro. Ratueira, por sua vez, foi excluído da facção após ter dado “balão” (ter roubado) em quarenta mil reais. Sob ordens da facção, em fevereiro de 2012, Indinho executou, na mesma cena, dois rivais ligados de algum modo a Ciganinho. O contra-ataque foi proporcional: em julho de 2012, Ciganinho assassinou dois rivais do grupo de Valdinho. As guerras entre Coelho e Ciganinho se mantinham. Cinco mortes foram registradas no dia 02 de novembro de 2012. No período matutino, Ciganinho teria cometido um atentado contra Marcelo, do grupo do Coelho. Foram aproximadamente trinta tiros de pistola desferidos contra o rival. No período noturno, o revide. O grupo do Coelho assassinou Juninho com mais de cinquenta tiros de diversos calibres. Na fuga, o grupo foi surpreendido por policiais, os quais executaram três membros do grupo, entre eles Zoinho, que outrora assassinara Vermelhinho, em setembro de 2004.

A PM acabou tendo que intervir legalmente contra os grupos do bairro Tupi. Em setembro de 2012, uma intensa troca tiros entre a PM e membros do grupo

do Ratinho levaria a atual Conexão Tupi, antigo PCT, a perder três membros. Valdinho também perdeu um parceiro em dezembro de 2013. Valdinho e Barata, após o ataque malsucedido aos rivais, foram surpreendidos pela PM, que, por sua vez, atuaram legalmente contra Barata, causando seu óbito.

A proposta de apresentar uma “nova dinâmica criminal” consiste em mostrar que os conflitos com desfechos fatais não se encerram com o fim da “ascensão das bancas” ou “dinâmicas de bancas”. Além disso, alguns atores das antigas bancas – sobretudo aqueles que desenvolvem atividades criminais – conservam rivalidades outrora instauradas. Na verdade, a dinâmica é demasiada complexa para ser entendida em poucas páginas. Além do mais seria necessário um outro conjunto metodológico, bem como a entrevista de outros interlocutores. Aqui, expomos essa nova dinâmica criminal apenas para contextualizar os resquícios de conflitos ligados às antigas bancas. Por exemplo, Claudião e Dihh, antigo membro da banca do Vareta, foram assassinados em 2016 por conta das chamadas “tretas de cadeia”. Essa “treta de cadeia” pode ter a marca de alguma divergência de banca, de quadrilha ou até mesmo – como aparentemente foi o caso de Claudião e Dihh – do surgimento de facções prisionais e do estabelecimento de uma nova moral de conduta nas prisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

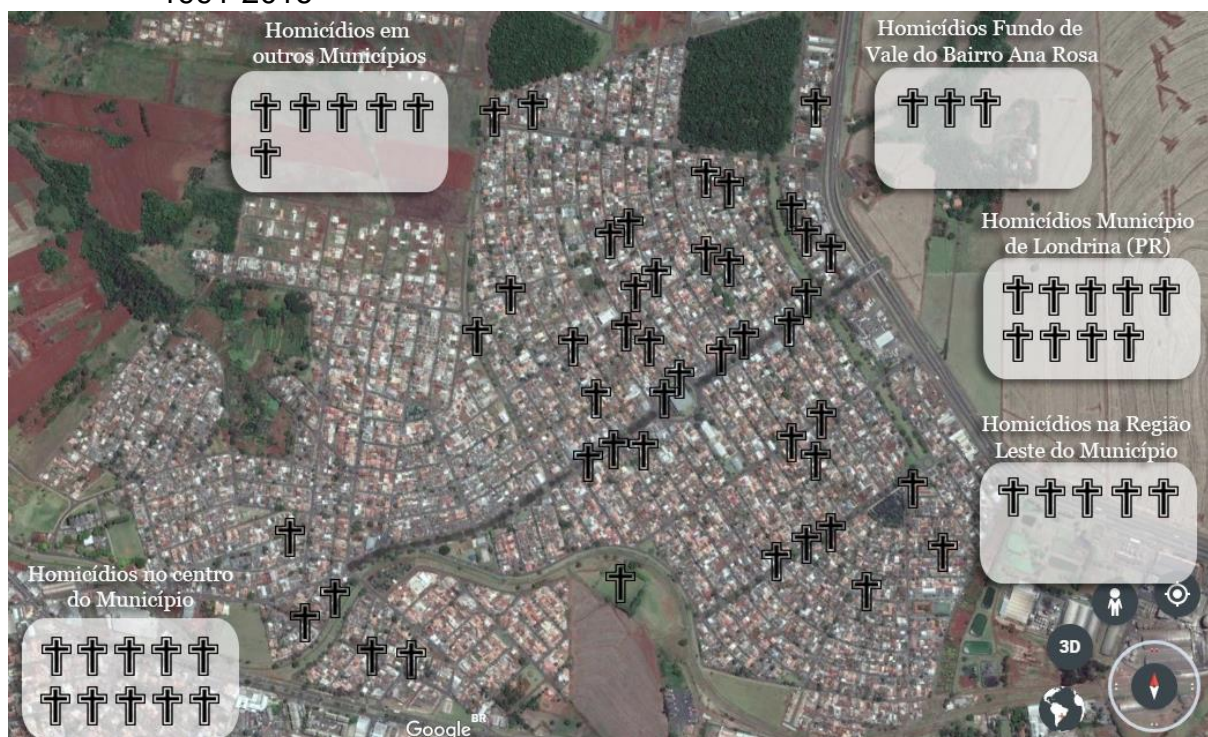
Buscou-se compreender a dinâmica dos homicídios na Região Norte do município de Cambé/PR por meio de uma análise qualitativa, de orientação etnográfica, a partir de entrevistas e da coleta de informações e dados, oficiais e não oficiais, que foram organizados de forma cronológica e em narrativa. Os dados mostram que, a partir do ano de 2001, o município teve um aumento relativamente significativo no número absoluto de homicídios. A primeira hipótese é a seguinte: o aumento no número absoluto de homicídios poderia ser explicado pelos conflitos estabelecidos entre as chamadas bancas – grupos de aproximadamente trinta membros, jovens, do sexo masculino, moradores do mesmo bairro e entrelaçados em uma multiplicidade de conflitos cujas causas são das mais variadas.

Entendia-se que, para sustentar tal pressuposto, seria necessário realizar uma pesquisa de campo bem detalhada, que trouxesse em forma de narrativa a história de vida dos indivíduos implicados na dinâmica dos conflitos com desfecho fatal. Assim, a pesquisa foi estruturada de modo que fosse apresentada a trajetória dos atores dos eventos – resguardando suas identidades –, tendo por fio condutor os homicídios, tanto individuais quanto coletivos. Os procedimentos metodológicos de entrevistas e a elaboração cronológica dos eventos foram viabilizados, em grande medida, pela proximidade e familiaridade do pesquisador com o contexto geral e com seus participantes, diretos e indiretos.

O que norteou a pesquisa foi a necessidade de entender como se articularam e o que levou jovens a se envolverem em conflitos que resultaram em homicídios. Respondendo a essa questão, mesmo que de forma velada, com o desenvolvimento da narrativa, foi possível elaborar a dinâmica em três fases, as quais somam um total de setenta e sete homicídios. A primeira diz respeito aos homicídios ocorridos entre os anos de 1991 e 2000, sobretudo no bairro de maior familiaridade do pesquisador, o Ana Rosa. Os primeiros homicídios se ligaram à urbanização da Região Norte, algo que foi de vital importância para a compreensão dos processos de socialização e de sociabilidade violenta em territórios marcados pela falta de investimento estatal e pela degradação urbanística (Zilli, 2011). Nesse período, os homicídios assumiam aspectos individuais, por assim dizer, sendo resultantes de desentendimentos interpessoais.

No segundo período, que vai de 2001 a 2006, o cenário é outro, com jovens se organizando em bancas, unindo-se por diversas afinidades e iniciando conflitos que vão se intensificando com o passar dos anos. Entre 2004 e 2006, marcadamente o período mais crítico, surgiram as guerras, durante as quais os homicídios se tornaram fontes de fatores multiplicadores (Zilli, 2011; 2015; Manso, 2005; Rocha, 2012; 2017). Os acontecimentos desse tempo, em uma perspectiva relacional, corroboram a hipótese inicial desta pesquisa, visto que o número absoluto de homicídios aumenta em relação ao período anterior. Por fim, o pesquisador esforçou-se para apresentar, ainda, os resultados dos conflitos de banca ocorridos em um período que se define por uma nova dinâmica criminal, onde jovens já não se organizam em bancas, mas em quadrilhas, conforme entende a literatura especializada (Zaluar, 1997).

Mapa IV – Localização dos homicídios na Região Norte do município de Cambé-PR, 1991-2016



Fonte: pesquisa de campo e entrevistas. Imagem: Google Earth

Como contribuição, dentro de suas limitações, este estudo permite visualizar os processos de socialização e sociabilidade violenta em bairros periféricos, mostrando que um evento como o homicídio pode ilustrar a transição de formas de organização de tais processos. A narrativa dos eventos foi o método eleito

como o mais apropriado para dar uma resposta para o problema dos homicídios; contudo, não se pode afirmar que seja o mais correto.

O estudo deixa algumas lacunas. Uma delas, em particular, é a não explicação do processo de transição de jovens outrora organizados em bancas para as quadrilhas. De fato, para responder a essa questão, seria necessário outro conjunto de entrevistas, o que, por razões várias, não foi possível ser feito. No que se refere às questões específicas, a pesquisa atingiu seus objetivos. Ademais, ficam ainda registrados os eventos, os quais, com o passar dos anos, acabarão sendo esquecidos. Assim, de certo modo, na medida do possível, as memórias ficam aqui eternizadas.

NOTAS DO PESQUISADOR

Enquanto escrevia a conclusão deste estudo (10 de novembro de 2018), fui comunicado por amigos que o Dentinho havia sido assassinado naquela madrugada na cidade de Curiúva/PR, onde morava há mais de oito anos. Era casado, pai de quatro filhos e pastor evangélico. Dentinho foi o líder da banca BCR, e, aqui, aparece como o autor do primeiro homicídio no período de bancas (junho de 2001). Segundo alguns interlocutores, Dentinho fora rastreado pelos antigos rivais após monitorarem seu perfil nas redes sociais – o que não se pode afirmar com precisão devido à falta de informação. Encerro essa dissertação com a transcrição da mensagem de áudio enviada por um dos indivíduos entrevistados neste estudo após saber da morte do Dentinho:

[“muito Triste” disse-lhe em mensagem] Demais, né varão? Estava em Cristo e morrer dessa forma aí, um pecado, né? Nós tamo sujeito a tudo isso, né? Morrer, ter um final, mas, que pena que a dele foi dessa forma, varão. [alguns segundos de silêncio e um suspiro] Mais é isso aí, vai ficar só na memória agora né? Como tantas coisas que a gente passou junto aí, de infância e de adolescência, só memória. A vida é, a vida é muito triste, né? Muitos momentos de alegria, mas os momentos de tristezas marcam muito fortes. Alegria a gente esquece rapidinho, mas a tristeza não. Ouve uma música, troca ideia com alguém, você já lembra. Mas fica com deus aí, varão. Tudo de bom, tá. Tomará que deus dê força pros pais dele, né? Coitados!

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. (1995). Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos*, n43, CEBRAP, novembro, pp. 45-62.
- ADORNO, S., & DIAS, C. C. (2017). Fronteiras em Mutação: um novo paradigma na sociologia das prisões? In: M. d. PRIORE, & A. MULLER, *História dos Crimes e da Violência no Brasil* (pp. 433-460). São Paulo: Unesp.
- ASBURY, H. (2002). *As gangues de Nova York: uma história informal do submundo*. (B. Sidou, Trad.) São Paulo: Globo S.A.
- BEATO, C., & MARINHO, F. C. (2007). Padrões regionais de homicídio no Brasil. In: M. V. CRUZ, & E. C. BATITUCCI, *Homicídios no Brasil* (1ª ed., pp. 177-190). Rio de Janeiro: FGV.
- BORGES, D., MIRANDA, D., DUARTE, T., NOVAES, F., ETEL, K., GUIMARÃES, T., et al. (2013). Mortes Violentas no Brasil: Uma análise do fluxo de informações. In: I. FIGUEIREDO, C. NEME, & C. LIMA, *Pensando a Segurança Pública - Homicídios no Brasil: Registro do fluxo de informações* (1ª ed., Vol. 1, pp. 329-409). Brasília, Goiás, Brasil: SENASP/Ministério da Justiça.
- CANO, I., & RIBEIRO, E. (2007). Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: M. V. CRUZ, & E. C. BATITUCCI, *Homicídios no Brasil* (1ª ed., pp. 51-78). Rio de Janeiro: FGV.
- CANO, I., & SANTOS, N. (2007). *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil* (2ª ed.). Rio de Janeiro: 7Letras.
- CARNEIRO, L. P. (1999). *Resultados dos modelos de regressão Ordinary Least Square (OLS) que têm como variável dependente a taxa de homicídio por 100 mil habitantes e variáveis sócio-econômicas como variáveis independentes*. Washington: Banco Mundial.
- CERQUEIRA, D. (2012). Mortes Violentas não Esclarecidas e Impunidade no Rio de Janeiro. *Economia Aplicada*, 16 (2ª), 201-235.
- CERQUEIRA, D., & MELLO, J. M. (2012). *Menos Armas, Menos Crimes*. Brasília: Ipea.
- CERQUEIRA, D., LIMA, R. S., BUENO, S., VALENCIA, L. I., HANASHIRO, O., MACHADO, P. h., et al. (2017). *Atlas da Violência*. IPEA & FBSP. Rio de Janeiro: IPEA.
- CERQUEIRA, D., LOBÃO, W., & CARVALHO, A. (2007). O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: M. V. CRUZ, & E. C. BATITUCCI, *Homicídios no Brasil* (1ª ed., pp. 141-176). Rio de Janeiro: FGV.
- CORTEZ, E. S. (2012). *Danziger Hof: A hospedaria dos danzigueses em Cambé*. Cambé-PR: Objetiva.

COSTA, A. T. (2014). Criação da base de indicadores de investigação de homicídios no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 8 (2), 164-172.

COSTA, A. T., ZACKSESKI, C. M., & MACIEL, W. C. (2016). Investigação e processamento dos crimes de homicídio na Área Metropolitana de Brasília (AMB). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10 (1), 36-54.

CRUZ, M. V., BATITUCCI, E., PEIXOTO, B., GODINHO, L., SOUSA, R. R., & SILVA, S. F. (2011). *Criminalidade em Belo Horizonte: notas para a discussão*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública da fundação João Pinheiro.

DIAS, C. C. (2011). *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo [Tese].

DURKHEIM, É. (1978). *As Regras do Método Sociológico*. (M. I. Queiroz, Trad.) São Paulo: Nacional.

ELIAS, N. (1994). *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ELIAS, N. (1997). *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.

EUFRÁSIO, M. (2009). *Estudos Urbanos da Escola de Chicago: textos resumidos de Havner, Frazier, Thrasher, Burgess, Bogue e Lendesco*. São Paulo: Ceru/USP.

FBI, F. B. (2015). *National Gang Intelligence Center*. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation.

FELTRAN, G. d. (2010). Crime e Castigo na Cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRN*, 23 (58), 59-73.

FELTRAN, G. d. (2008). *Fronteiras de Tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Campinas, São Paulo: UNICAMP.

FERREIRA, A. A. (2017). A Cor dos Homicídios no Município de Cambé/PR: Análise de 2000-2015 a partir do banco de dados do SIM/MS. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança - LEVS/UNESP*, 20 (20), 111-137.

GAWRYSZEWSKI, V. P., & COSTA, L. S. (2005). Social Inequality and Homicide Rates in São Paulo City, Brazil. *Revista de Saúde Pública*, 39 (2), 191-197.

GIRARD, R. (2012). *Anatomia da Vingança: Figuras elementares da reciprocidade*. São Paulo: Realizações.

GONZALES NETO, J. G. (1987). *Cambé: confronto e composição política 1947-1968*. Cambé-PR: Prefeitura do Município de Cambé - PMC.

GONZALES NETO, J. G., CORTEZ, C., GARCIA, E., SILVEIRA, R. A., PASCUETTO, L., & CARVALHO, M. S. (1992). *Cambé: Repensando sua história*. Cambé-PR: Prefeitura do Município de Cambé - PMC.

HIRATA, D. V. (2010). *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP) [TESE].

HOWELL, J., & MOORE, J. (2010). History of Street Gangs in the United States. *National Gang Center Bulletin* , 4.

KAHN, T., & ZANETIC, A. (2005). *O Papel dos Municípios na Segurança Pública*. Brasília-DF: SENASP Secretaria Nacional de Segurança Pública.

KANH, T., & GOERTZEL, T. (2009). The great São Paulo homicide drop. *Homicide Stud* , 13 (4), 398-410.

LACHNER, D. E. (2010). Morbidade e Mortalidade por agressão em município de médio porte do sul do Brasil. 98. Londrina: UEL.

LIMA, R. S. (2011). *Entre Palavras e Numeros: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda.

MACHADO DA SILVA, L. A. (2011). O Significado do Botequim. *enfoques - revista dos alunos do PPGSA-UFRJ* , 10 (1), 115-136.

MANSO, B. P. (2012). *Crescimento e Queda dos Homicídios em SP entre 1960 e 2010: Uma análise dos mecanismos da escolha homicida*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

MANSO, B. P. (2005). *O Homem X: uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo*. Rio de Janeiro: Record.

MANSO, B. P., & DIAS, C. C. (2017). PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *revista Brasileira de Segurança Pública* , 11 (2), 10-29.

Misse, M. (2006). *Crime e Violência no Brasil Comtemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana* (1 ed.). (J. d. Almeida, & J. L. Almeida, Eds.) Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MUNIZ, J. O. (2010). Sobre o Uso da Variável Raça-Cor em Estudos Quantitativos. *Sociologia e Política* , 18 (36), 277-291.

NERY, M. B. (2016). *Crime e violência no cenário paulistano: o movimento e as condicionantes dos homicídios dolosos sob um recorte espaço-temporal*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M., ZAVERUCHA, J., & ROCHA, E. C. (2009). Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empiricos. *BIB, São Paulo*, nº 67 , pp. pp. 75-94.

OLIVEIRA, R. T. (2016). *Banalidades e brigas de bar: Estudo sobre os conflitos interpessoais com desfechos fatais (São Paulo: 1991-1997)*. São Paulo: Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia.

PAIVA, L. F. (2016). As dinâmicas do monopólio da violência e do controle em um território transfronteiriço e amazônico. *Tempo da Ciência* , 23 (46), 60-79.

PEIRANO, M. (1994). A favor da etnografia. *Anuário Antropológico* , 197-223.

PERALVA, A. (2000). *Violência e Democracia: O paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.

PERES, M. F. (2007). Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídio. In: M. V. CRUZ, & E. C. BATITUCCI, *Homicídios no Brasil* (1ª ed., pp. 125-139). Rio de Janeiro: FGV.

PERES, M. F., VICENTIN, D., NERY, M. B., LIMA, R. S., SOUZA, E. R., CERDA, M., et al. (2011). Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. *Panam Salud Publica* , 29 (1), 17-26.

PINKER, S. (2011). *Os Anjos Bons da Nossa Natureza: Por que a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras.

RATTON, J. L., GALVÃO, C., & FERNANDEZ, M. (Agosto de 2014). O pacto pela vida e a redução de homicídios em Pernambuco. *Instituto Igarapé* , 10-28.

RATTON, J. L., GALVÃO, C., ANDRADE, R., & PAVÃO, N. (2011). Configurações de Homicídios em Recife: um estudo de caso. *Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública* , 6, 73-90.

ROCHA, R. L. (2012). *A guerra nunca acaba: Uma análise das relações de rivalidade violenta entre gangues em um aglomeramento de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG - Dissertação.

ROCHA, R. L. (2017). *Vinganças, guerras e retaliações: Um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG - Tese.

ROLIM, M. (2014). *A Formação dos Jovens Violentos: para uma etiologia da disposicionalidade violenta*. Porto Alegre: Tese de Doutorado.

ROLIM, M. (2006). *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no sec. XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SABERWAL, S. (1982). Uncertain Transplants: Anthropology and Sociology in India. *Ethnos* , 36-49.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. (1997). As gangues e a estrutura da sociedade Norte-Americana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* , 12 (34).

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. (1991). *Islands in the street: gangs and american urban society*. Berkeley: University of California Press.

SANTOS, J. V. (2007). A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: M. V. CRUZ, & E. C. BATITUCCI, *Homicídios no Brasil* (1ª ed., pp. 11-24). Rio de Janeiro: FGV.

SAPORI, L. F. (2012). Avanço no Socioeconômico, retrocesso na segurança pública: paradoxo brasileiro? *Desigualdade e Diversidade - Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, 11, 133-158.

SAPORI, L. F., & ANDRADE, S. (2007). Arranjos institucionais e políticas de segurança pública na sociedade brasileira. In: M. V. CRUZ, & E. C. BATITUCCI, *Homicídios no Brasil* (pp. 191-228). Rio de Janeiro: FGV.

SAPORI, L. F., & ANDRADE, S. (2013). Desafios da Governança do Sistema Policial no Brasil: o caso da política de integração das polícias em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 7 (1), 102-130.

SCHWARCZ, L. M. (2000). História e Antropologia: embates em região de fronteira. In: L. m. SCHWARCZ, & N. GOMES, *Antropologia e História: Debate em região de fronteira* (pp. 11-31). Belo Horizonte: Autêntica.

SILVERMAN, R., & KENNEDY, L. (1987). Relational Distance and Homicide: The Role of the Stranger. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 78, 272-308.

SOARES, G. A. (2000). *Homicídios no Brasil: vários factóides em busca de uma teoria*. Miami, Florida: Latin American Studies Association.

SOARES, G. A. (2008). *Não Matarás: Desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SOARES, G. A., & ANDRADE, S. d. (2017). Vidas Desiguais, Mortes Desiguais. *Em Debate*, v.9 (n.1), pp.25-34.

SOARES, G. A., BATITUCCI, E. C., & RIBEIRO, L. M. (2007). As mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informação de Mortalidade. In: M. V. CRUZ, & E. C. BATITUCCI, *Homicídios no Brasil* (1ª ed., pp. 79-104). Rio de Janeiro: FGV.

THRASHER, F. (1963). *The gang: a study of 1.313 gangs in Chicago*. Chicago: The University of Chicago Press.

VIEIRA, J. M. (2009). *Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências sócio-demográficas*. Campinas/Sp: UNICAMP.

WASELFSZ, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil* (Vol. 1º). Brasília: SEPIR/PR: CEBELA, FLASCSO.

WASELFSZ, J. J. (2008). *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008* (1ª Edição ed.). Brasília.

ZALUAR, A. (1985). *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

ZALUAR, A. (1994). *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ.

ZALUAR, A. (1997). Gangues, galéras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: H. VIANNA, *Galéras cariocas: Territórios de conflitos e encontros culturais* (pp. 17-55). Rio de Janeiro: UFRJ.

ZILLI, L. F. (2011). *"O Bonde tá Formado": Gangues, Ambiente Urbano e Criminalidade Violenta*. Belo Horizonte: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

ZILLI, L. F. (2015). O "mundo do crime" e a "lei da favela": aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnográfica*, 19 (3), 463-487.

ZILLI, L. F., & BEATO, C. (2015). Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de atividades criminosas na região metropolitana de Belo Horizonte. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e controle Social* (Edição Especial nº1), 73-110.

ZILLI, L. F., & VARGAS, J. D. (2013). O trabalho da polícia investigativa face aos homicídios de jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (3), 621-632.

ANEXOS

ANEXO I

1ª edição do Jornal Comunitário "A Voz dos Bairros"

JORNAL COMUNITÁRIO

A VOZ DOS BAIRROS

Endereço: Rua João Dalapria, 849 - Jd. Ana Rosa

Cambé - Julho/89 - Ano 1 - Nº 1

Diretor/Editor: Silvío Vidotte - R.P. nº 23210980

Tiragem: 2000 exemplares

ONDA DE ASSALTOS PREOCUPA MORADORES DO JD. ANA ROSA

De uns meses para cá, tem aumentado o número de assaltos, roubos, arrombamentos e mesmo outros tipos de ocorrências policiais, como brigas e perturbação da ordem pública por embriaguês, no Jardim Ana Rosa.

Isto se deve, na opinião de moradores, entrevistados pelo Jornal Comunitário, à falta de um melhor policiamento no Jardim Ana Rosa, pois o bairro que é um dos maiores, senão o maior de Cambé, vem tendo um grande crescimento populacional, sendo que a cada dia que passa, surgem novas construções residenciais e comerciais. Por outro lado, a urbanização do bairro não acontece na mesma proporção do crescimento populacional, por isso a violência tem mais chances de proliferar.

O comerciante José Antonio Gracioso, proprietário da Mercadoria Atador, (antiga Mercadoria Yolin), é um dos que esteve por mais de uma vez às voltas com marginais, que já levaram do referido estabelecimento, 300 cruzados novos em dinheiro e só não levaram produtos porque foram interceptados por um dos funcionários que pernoitava no local.

O comerciante conta ainda, que houve duas outras tentativas de arrombamento em seu estabelecimento, felizmente sem sucesso para os ladrões, devido as ações do guarda noturno e do próprio Antonio que desativaram os marginais, comunicando a polícia.

Na opinião de Gracioso, está sendo muito fraco o policiamento do Ana Rosa e região, principalmente à noite, pois "é raro ver uma viatura por aqui durante a noite", reclama ele.

Mesmo durante o dia aconte-

cem pequenos furtos em sua mercearia, praticados por pessoas que entram para comprar e acabam carregando produtos escondidos dentro de bolsas, sendo "em alguns casos flagrados no ato", explica.

Ainda segundo José Antonio, a falta de pavimentação asfáltica no bairro acarreta muita poeira, o que dificulta a exposição de certas mercadorias que se danificam com o pó. Ele acha também que o asfalto melhoraria as condições habitacionais do bairro, trazendo mais gente para morar no Ana Rosa.

Pensamento semelhante quanto a falta do asfalto, tem a comerciante dona Geralda, proprietária do Mercado Geapol, para quem o asfaltamento do bairro afastaria os marginais, que acabariam se mudando dali, pois só ficariam as pessoas que realmente querem habitar em paz e construir suas vidas no Ana Rosa".

Ainda segundo ela, os marginais se favorecem da pouca urbanização do bairro.

Outro comerciante que se manifestou sobre a insegurança no Jardim Ana Rosa foi o Sr. Osvaldo Victorelli, do Minimercado Santo André. Ele conta que teve seu mercado assaltado há cerca de seis meses. Teve porém a sorte de recuperar praticamente toda a mercadoria roubada, após identificar o autor do roubo e avisar a polícia.

Apesar de concordar que os assaltos e tentativas de arrombamento tenham diminuído, devido a existência agora de um guarda noturno particular que atua nas proximidades de seu estabelecimento, Osvaldo acha que a solução mais efetiva pa-



Data vazia coberta pelo mato no Jardim Ana Rosa.

ra os problemas de segurança no bairro seria a implantação imediata de um módulo policial com viatura.

Ele acha também que traria mais segurança para os pedestres principalmente para as crianças escolares a instalação de mais um quebra-molas um pouco mais acima do já existente em frente ao Colégio Raminelli, pois o número de crianças que por ali transitam é grande e os motoristas passam a toda velocidade por aquela via.

Outro problema é o fato de que nos dias chuvosos, muitas pessoas são postas em grande insegurança, principalmente à noite, quando tem que descerem dos coletivos debaixo de chuva e as vezes coincide de acabar a energia elétrica, o que agrava ainda mais a insegurança, tudo

porque com a chuva os ônibus deixam de fazer o itinerário completo, passando somente pela avenida Raminelli, pois as demais ruas ficam com acesso comprometido, tal é o estado precário em que se encontram certos trechos, sem asfalto ou com asfalto tão ruim que os ônibus são impedidos de trafegarem, pois correm o risco de ficarem encahalados ou sofrerem acidentes.

Também em residências tem acontecido assaltos com arrombamentos à noite, ou mesmo durante o dia, tal é a facilidade que tem os marginais de agirem, devido não só a falta de policiamento, como também às inúmeras datas vazias com matagais, sem que as autoridades tomem providências em relação aos fatos, apesar das constantes reclamações dos moradores.

COMÉRCIO DE VERDURAS REGIANI LTDA.

**SACOLÃO
REGIANI**

Rua Belo Horizonte, 1215

Centro - Cambé - PR.



**SACOLÃO
ANÁ ROSA**

Av. Raminelli, s/nº
ao lado da farmácia

Jardim Ana Rosa

FRUTAS E VERDURAS A PREÇO ÚNICO